

LEIS DE 1974

- 01 - LEI nº 4.833, de 03 de janeiro.
Dispõe sobre o reajustamento do pessoal da Câmara Municipal.
- 02 - LEI nº 4.836, de 28 de fevereiro.
Modifica denominação de via pública.
- 03 - LEI nº 4.837, de 28 de fevereiro. /
Concede título de Cidadania.
- 04 - LEI nº 4.838, de 28 de fevereiro.
Considera de utilidade pública a FUEGO.
- 05 - LEI nº 4.839, de 04 de abril
Denomina Praça Veríssimo de Souza e Silva.)
- 06 - LEI nº 4.840, de 04 de abril.
Institui o cupom-reclamação para o usuário de taxi da Estação Rodoviária de Goiânia.
- 07 - LEI nº 4.842, de 27 de março.
Faz denominação de Av. Anhanguera. /
- 08 - LEI nº 4.843, de 04 de abril.
Considera de utilidade pública a Tenda de Umbanda "Pai Sete Serra".
- 09 - LEI nº 4.845, de 28 de março
Modifica nome de via pública. /
- 10 - LEI nº 4.846, de 09 de abril
Considera de Utilidade Pública a União Brasileira de Escritores.
- 11 - LEI nº 4.847, de 09 de abril
Estabelece normas sobre dispositivos de segurança nas edificações
- 12 - LEI nº 4.848, de 22 de março
Modifica o art. 1º da Lei 4.828, de 31/12/73.
- 13 - LEI nº 4.849, de 22 de março
Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos com o BEG S/A.

- 14 - LEI nº 4.850, de 22 de março
Acresce parágrafo único ao art. 4º da Lei 4.786, de 02/10/73.
- 15 - LEI nº 4.851, de 24 de março
Denomina Praça Cel. Diógenes de Castro Ribeiro,
- 16 - LEI nº 4.852, de 24 de março
Denomina Trevo "Rotary Clube"
- 17 - LEI nº 4.853, de 30 de março
Denomina Praça Dr. Silvio Gomes de Melo
- 18 - LEI nº 4.854, de 19 de abril
Concede Título Honorífico de Cidadão Goianiense.
- 19 - LEI nº 4.855, de 19 de abril
Considera de Utilidade Pública a "Casa Espírita de Meimei".
- 20 - LEI nº 4.857, de 19 de abril
Considera de Util. Pública a "Arcádia Goiana da Cultura".
- 21 - LEI nº 4.858, de 04 de abril
Modifica a Lei nº 4.523, de 31/12/71.
- 22 - LEI nº 4.856, de 04 de abril
Denomina rua José Sinimbu Filho, a atual rua 69.
- 23 - LEI nº 4.859, de 10 de maio
Autoriza o Executivo a permitir o uso de uma área, que especifica
- 24 - LEI nº 4.861, de 14 de maio
Autoriza fazer, no corrente exercício, operações de crédito por antecipação de receita.
- 25 - LEI nº 4.862, de 14 de maio
Considera de Util. Púb. o Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes
- 26 - LEI nº 4.863, de 14 de maio
Autoriza o D.E.R.M. a contrair empréstimos bancários.
- 27 - LEI nº 4.864, de 14 de maio
Autoriza abertura de créditos especiais.

- 28 - LEI nº 4.865, de 14 de maio
Autoriza abertura de crédito especial.
- 29 - LEI nº 4.866, de 14 de maio
Autoriza a venda de bens públicos
- 30 - LEI nº 4.867, de 20 de junho
Concede Título Honorífico
- 31 - LEI nº 4.868, de 20 de junho
Concede Título de Cidadão Goianiense
- 32 - LEI nº 4.869, de 20 de junho
Concede título de Cidadã Goianiense
- 33 - LEI nº 4.870, de 18 de junho
Concede título de Cidadã Goianiense
- 34 - LEI nº 4.872, de 02 de julho
Denomina Rua Senador Jaime.
- 35 - LEI nº 4.874, de 09 de julho
Considera de Utilidade Pública a A.S.C.B - Goiás.
- 36 - LEI nº 4.875, de 27 de junho
Autoriza convênio com o Ministério do Exército.
- 37 - LEI nº 4.877, de 18 de julho
Concede Título Honorífico de Cidadão Goianiense
- 38 - LEI nº 4.878, de 15 de julho
Concede Título de Cidadania
- 39 - LEI nº 4.879, de 15 de julho
Concede título de Cidadão Goianiense
- 40 - LEI nº 4.880, de 18 de julho
Dá nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 4.827, de 31/12/73.
- 41 - LEI nº 4.881, de 22 de agosto
Altera dispositivo da Lei 3.737, de 06/10/67.
- 42 - LEI nº

- 42 - LEI Nº 4.883, de 26 de agosto
Denomina Praça Tiradentes.
- 43 - LEI nº 4.884, de 26 de agosto
Denomina Praça da Felicidade
- 44 - LEI nº 4.886, de 22 de agosto
Autoriza doação de extensão de rede elétrica à CELG.
- 45 - LEI nº 4.887, de 22 de agosto
Revoga a Lei 2.380/63 e denomina Praça.
- 46 - LEI nº 4.888, de 22 de agosto
Dá nova redação a dispositivo da Lei 4.594/72.
- 47 - LEI nº 4.889, de 22 de agosto
Cria Escola Municipal de 1º Grau na Vila Isaura
- 48 - LEI nº 4.890, de 22 de agosto
Autoriza a Prefeitura a firmar convênio com o DNOS
- 49 - LEI nº 4.891, de 22 de agosto
Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e especial.
- 50 - LEI nº 4.893, de 23 de setembro
Proíbe estacionamento de Taxi no Setor Central de Goiânia
- 51 - LEI nº 4.894, de 09 de setembro
Eleva o quantitativo de cargo em comissão de Diretor de Ginásio
- 52 - LEI nº 4.895, de 09 de setembro
Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alienar área urbana inaproveitável
- 53 - LEI nº 4.897, de 09 de setembro
Autoriza a PAVICAP a vender ou permutar produtos derivados de sua pedreira, que excederem de seu consumo.
- 54 - LEI nº 4.896, de 09 de setembro
Modifica leis que especifica e dá providências.

- 55 - LEI nº 4.898, de 09 de setembro
Modifica a Lei 4.272, de 30/12/69.
- 56 - LEI nº 4.899, de 09 de setembro
Autoriza a abertura de créditos adicionais especial e suplementar.
- 57 - LEI nº 4.900, de 16 de setembro
Concede auxílio às Obras Sociais Claretianas
- 58 - LEI nº 4.901, de 16 de setembro
Concede auxílio de CR\$ 50.000,00 à Federação Goiana de Desportos
- 59 - LEI nº 4.902, de 16 de setembro
Concede auxílio de CR\$ 10.000,00 ao Jôquei Clube de Goiás
- 60 - LEI nº 4.903, de 16 de setembro
Concede Título de Cidadania
- 61 - LEI nº 4.904, de 16 de setembro
Considera de Util.Púb. o Terreiro de Capoeira Angola
- 62 - LEI nº 4.905, de 16 de setembro
Considera de utilidade pública a Associação Goiana dos Criadores de Zebu.
- 63 - LEI nº 4.907, de 14 de outubro
Declara de util.públ. a Editora de Catálogos Telefônicos do Brasil
- 64 - LEI nº 4.908, de 14 de outubro
Considera de util.públ.a "Casa Espírita Anália Franco"
- 65 - LEI nº 4.909, de 14 de outubro
Autoriza permuta de área
- 66 - LEI nº 4.910, de 21 de outubro
Denomina Grupo Escolar Iaiá Câmara
- 67 - LEI nº 4.911, de 15 de outubro
Cons. de util.públ. o Grupo Espírita Irmã Márcia.

- 68 - LEI nº 4.912, de 15 de outubro
Denomina Praça do Expedicionário.
- 69 - LEI nº 4.913, de 15 de outubro
Considera de Utilidade Pública a ASPAF
- 70 - LEI nº 4.914, de 21 de outubro
Cria o Fundo de Urbanização de Goiânia
- 71 - LEI nº 4.915, de 21 de outubro
Autoriza a Prefeitura a criar a COMURG
- 72 - LEI nº 4.916, de 04 de novembro
Autoriza alienação de bens que especifica
- 73 - LEI nº 4.917, de 04 de novembro
Autoriza doação de veículos ao DERMU
- 74 - LEI nº 4.918, de 04 de novembro
Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o ano de 1975.
- 75 - LEI nº 4.919, de 04 de novembro
Modifica a Lei nº 3.353, de 07/02/66
- 76 - LEI nº 4.922, de 04 de novembro
Considera de util. públ. a Sociedade Pestalozzi de Goiânia
- 77 - LEI nº 4.925, de 04 de novembro
Denomina Grupo Escolar Municipal no Setor Pedro Ludovico
- 78 - LEI nº 4.926, de 04 de novembro
Considera de util. públ. a "Escola de Aviação Elite".
- 79 - LEI nº 4.926, de 04 de novembro
Declara de util. públ. a Federação Esportiva Varzeana
- 80 - LEI nº 4.928, de 04 de novembro
Considera de util. públ. a Congregação Cristã no Brasil
- 81 - LEI nº 4.929, de 04 de novembro
Concede título de Cidadania
- 82 - LEI

- 82 - EEI nº 4.931, de 04 de novembro
Considera de util.públ. o Centro de Tradições Gaúchas Saudades dos Pampas
- 83 - LEI nº 4.932, de 04 de novembro
Considera de util. públ. a Fundação Educacional de Goiás
- 84 - LEI nº 4.933, de 04 de novembro
Considera de util. públ. a "Congregação das Irmãs Franciscanas"
- 85 - LEI nº 4.934, de 04 de novembro
Considera de util. públ. o Tujupar de Xangô Xapanã.
- 86 - LEI nº 4.936, de 04 de novembro
Concede isenção de taxas sobre loteamentos da COHAB-GO
- 87 - LEI nº 4.937, de 19 de novembro
Modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.594/72
- 88 - LEI nº 4.938, de 19 de novembro
Transfere para a FUMDEC, medicamentos e instalações da Farmácia
- + 89 - LEI nº 4.939, de 08 de novembro
Doa área de terra a entidade que especifica
- 90 - LEI nº 4.940, de 21 de novembro
Reajusta vencimentos dos funcionários da Prefeitura
- 91 - LEI nº 4.941, de 21 de novembro
Reajusta vencimentos dos servidores da Câmara Municipal
- 92 - LEI nº 4.944, de 16 de dezembro
Considera de util.públ. o CASC.
- 93 - LEI nº 4.945, de 17 de dezembro
Concede título de Cidadão Goianiense
- 94 - LEI nº 4.946, de 16 de dezembro
Considera de util.públ. a Sociedade Beneficente Ortodoxa de Goiás
- 95 - LEI nº 4.947, de 20 de dezembro
Concede Título de Cidadania

96 - 4.948, de 23 de dezembro

Denomina Avenida Independência

97 - LEI nº 4.949, de 23 de dezembro

Eleva quantitativo de cargo em Comissão.



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.949, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Eleva quantitativo de cargo em Comissão."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

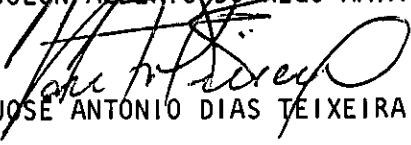
Art. 1º - Fica elevado para 20 (vinte) o quantitativo do cargo, de provimento em comissão, de Diretor de Ginásio, Símbolo C-6, de que trata o anexo VI, da Lei nº 4.531, de 04 de janeiro de 1.972, com a modificação que lhe introduziu o Art. 2º da Lei nº 4.815, de 19 de dezembro de 1.973.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias
do mês de DEZEMBRO de 1.974.


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO REGO MAIA


JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIANNY POVOA



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.948, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Denomina Avenida".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada AVENIDA INDEPENDÊNCIA o trecho compreendido entre a BR-153, no trevo Goiânia-Brasília-São Paulo, passando pela Avenida B até encontrar a Rua 801; segue por esta Rua até encontrar a Rua 5, seguindo por esta até a Rua 257; daí, pela Rua 67 (antiga Avenida 5 de Julho) até a praça do Trabalhador; daí, continua pela Rua 67 até encontrar a Avenida Getúlio Vargas; segue pela Avenida Getúlio Vargas até encontrar a Praça "A".

Art. 2º - Em consequência do disposto no artigo anterior, as denominações primitivas dos citados logradouros serão alteradas - neste trecho.

Art. 3º - Fica expressamente revogada a Lei de nº 4.275, de 30 de dezembro de 1.969.

Art. 4º - É o Escritório de Planejamento autorizado a, no prazo de 30 dias, realizar as providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de DEZEMBRO de 1.974.

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

ALCINA MUNDIM PEDROSA

PAULO DE TARSO DAHER

GOTAMY POVOA



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.947, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Concede Título de Cidadania"

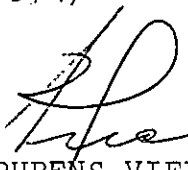
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:

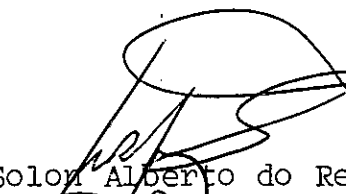
Art. 1º - Fica concedido ao Sr. JOÃO PIEROBOM,
o Título Honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contra
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
20 dias do mês de DEZEMBRO de hum mil novecentos e
setenta e quatro (1.974).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.945, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Concede Título Honorífico de Cidadão Goianiense"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Goianiense, ao Sr. HONÓRIO MARTINS ROCHA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 17 dias do mes de DEZEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro. (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Alcina Muniz Pedrosa

Gilmar Póvoa

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.944, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública"

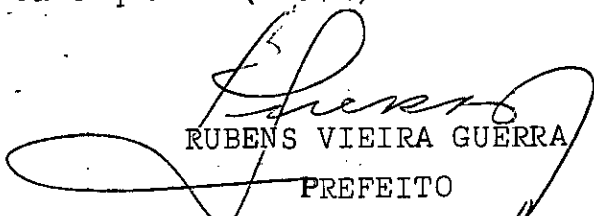
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

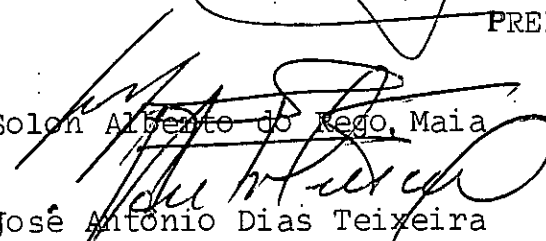
Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o Centro de Assistência Social de Campinas - CASC - com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

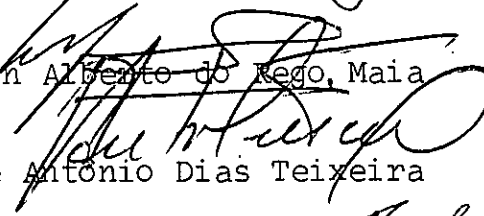
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

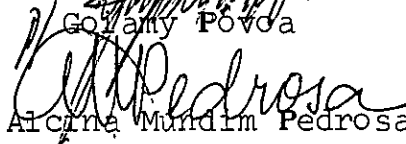
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos 16 dias do mês de DEZEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego, Maia


Gofany Póvoa


José Antônio Dias Teixeira


Alcina Mundim Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.941, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1.974.

" Reajusta os valores dos vencimentos
dos servidores da Câmara Municipal
de Goiânia e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam reajustados em trinta por cento (30%) os
valores dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Goi
ânia.

PARÁGRAFO ÚNICO - O reajustamento de que trata este arti
go estende-se, nas mesmas bases, aos valores das funções gratifi
cadas e dos proventos da aposentadoria.

Art. 2º - O reajustamento a que se refere o artigo 1º se
rá feito em duas parcelas, sendo a primeira, que vigorará a par
tir de 1º de dezembro de 1974, de dez por cento (10%), e a segun
da, com vigência a partir de 1º de março de 1975, de vinte por
cento (20%) sobre os atuais vencimentos.

Art. 3º - O salário-família fica fixado na quantia men
sal de quarenta cruzeiros (40,00) por dependente, a partir de 1º
de janeiro de 1975.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a
abrir créditos adicionais necessários ao fiel cumprimento desta
lei.



prefeitura

Goiânia

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de NOVENembro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Goiamy Pavao

Jose Antonio Dias Teixeira

Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

X

LEI Nº.4.940 , DE 21 DE NOVEMBRO DE 1.974.

" Reajusta os valores dos vencimentos dos funcionários da Prefeitura Municipal de Goiânia e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI:

Art. 1º - São reajustados em trinta por cento (30%) os valores: I) dos vencimentos e gratificações de representação dos Secretários do Município, do Procurador Geral do Município, do Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito, do Secretário Particular e dos ocupantes de cargos equivalentes, símbolo C-1 ; II) dos vencimentos dos cargos dos funcionários da administração centralizada do Poder Executivo; III) dos proventos dos funcionários inativos; IV) das pensões concedidas pelo Município; V) das funções gratificadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O reajustamento a que se refere este artigo será feito em duas parcelas, sendo a primeira, que vigorará a partir de 1º de dezembro de 1974, de dez por cento (10%), e a segunda, com vigência a partir de 1º de março de 1975, de vinte por cento (20%) sobre os atuais vencimentos.

Art. 2º - O salário-família fica fixado na quantia mensal de quarenta cruzeiros (40,00) por dependente, a partir de 1º de janeiro de 1975.

[Handwritten signature]

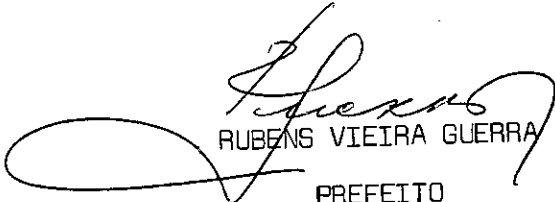


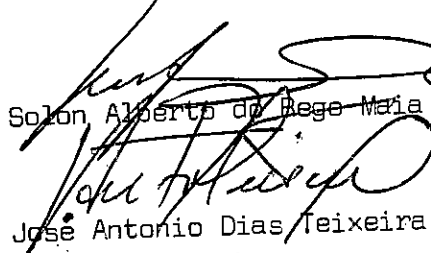
prefeitura Goiânia


Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para atender as despesas decorrentes desta lei.

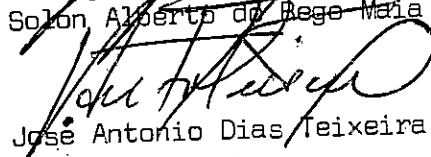
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Goiandy Poyoa


José Antonio Dias Teixeira


Alcina Mundim Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº4.938, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1974.

"Transfere para a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC - , medicamentos, produtos químicos farmacêuticos e instalações pertencentes à Farmácia Municipal".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE -
GUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam transferidos para a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC - todos os medicamentos, produtos químicos farmacêuticos e instalações pertencentes à Farmácia Municipal, de acordo com o levantamento elaborado por comissão técnica designada pela Prefeitura Municipal de Goiânia.

Art. 2º - A Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário poderá destinar os medicamentos transferidos para seus programas de assistência social, ou como fonte de recursos para os mesmos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 19 dias do mês de NOVEMBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

Prefeito

Solon Alberto de Rego Maia

Goiâmy Póvoa

Jose Antonio Dias Teixeira

Alcina Murtim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.937, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Modifica a redação do Art. 2º da Lei nº 4.594, de 23 de junho de 1.972".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
Nº A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Art. 2º da Lei nº 4.594, de 23 de junho de 1.972, alterado pela Lei nº 4.888, de 22 de agosto de 1.974, passa a vigorar com a seguinte redação: "A participação do Município será de até 15% (quinze por cento) de conformidade com o Capital autorizado e necessário para a implantação definitiva das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S.A - CEASA-GO, em consonância com o Programa Federal de Modernização do Sistema de Abastecimento".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 19 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

SOLOM ALBERTO DO REGO MAIA

ALCINA MUNDIM PEDROSA

GOIÂNIA, 19 DE NOVEMBRO DE 1974

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.929, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Concede Título de Cidadania".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido, à Srª. FLORACI PINHEIRO,
o Título de Cidadã Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e
quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alicia Mundim Pedrosa

Goiandy Pávóia

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.939 DE 8 DE *novembro* DE 1.974

"Doa área de terra à entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE
LEI:

Art. 1º - Fica doado à Federação Umbandista do Estado de Goiás o lote nº 05, da quadra 05, com área de 534,4 m², situado à Rua Dr. Clávis Figueiredo, esquina com a Rua Dr. Benjamim Luz Vieira, na Vila São Luiz, desta Capital.

Art. 2º - A área, objeto da presente doação, destinar-se-á à construção da sede da entidade beneficiada.

Art. 3º - Ficará estabelecido o prazo de (2) anos, a partir da vigência desta lei, para o início da construção de que trata o artigo anterior, caso contrário, a área doada reintegrará o patrimônio da Municipalidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 8 dias do mês de *novembro* de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

Rubens Vieira Guerra
RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia
Solon Alberto do Rego Maia

Goianny Rorua
Goianny Rorua

Jose Antonio Dias Teixeira
Jose Antonio Dias Teixeira

Alicina Mundim Pedrosa
Alicina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher
Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.936, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Concede isenção de taxas de serviços diversos incidentes sobre loteamentos da Companhia de Habitação de Goiás - COHAB-GO."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedida, por prazo indeterminado, a isenção de taxas de serviços diversos, incidentes sobre os imóveis pertencentes à Companhia de Habitação de Goiás - COHAB-GO.

Art. 2º - A isenção concedida será automaticamente cancelada quando os imóveis pertencentes à proprietária forem alienados a terceiros, no cumprimento dos seus objetivos sociais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Salon Alberto do Rego Maia

Alcino Mundim Pedrosa

Goiânia, 04 de Novembro de 1974

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.934, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o TUJUPAR. DE XANGÔ XAPANÃ, com sede à Rua 40 nº 291, FAMA, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Alcides Mundim Pedrosa

Geizamy Ruyba

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.933, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Considera de utilidade pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DOS POBRES", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Muniz Pedrosa

Goiandy Povoá

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.932 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974

"Considera de Utilidade Pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GOIÁS, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro, (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

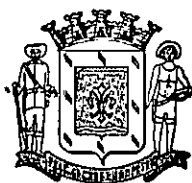
Solon Alberto do Rego Maia

Goiandy Póvoa

Jose Antonio Dias Teixeira

Alcina Muzim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.931, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública o
Centro de Tradições Gaúchas Sauda -
des dos Pampas".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública, o
Centro de Tradições Gaúchas "SAUDADES DOS PAMPAS", com sede nes
ta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04
dias do mês de ~~NOVEMBRO~~ de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goianna Povea

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.928, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974

"Considera de Utilidade Pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Alicina Mundim Pedrosa

Goiamy Dávila

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.927, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Declara de Utilidade Pública a Federação Esportiva Varzeana e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os efeitos legais, a Federação Esportiva Varzeana -F.E.V., com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto de Rego Maia

Alciva Mundim Pedrosa

Goianny Povoá

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.926, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Considera de utilidade pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "ESCOLA DE AVIAÇÃO ELITE", com sede nesta Capital.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

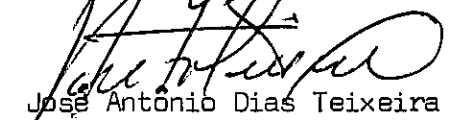

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO


Solon Alberto de Rego Maia


Goiandy Pavao


Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº. 4.925 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974

"Denomina Grupo Escolar Municipal, no Setor Pedro Ludovico".

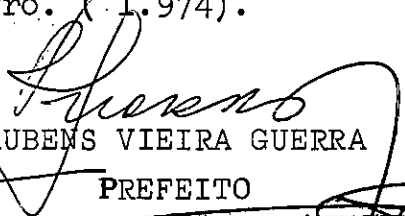
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

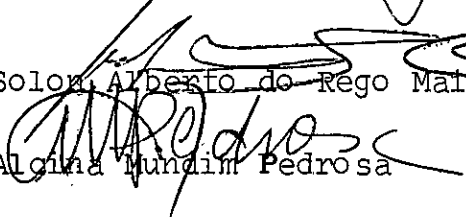
Art. 1º - Passa a denominar-se "FREI DEMÉTRIO ZANQUETA", o Grupo Escolar Municipal recém construído no Setor Pedro Ludovico, nesta Capital.

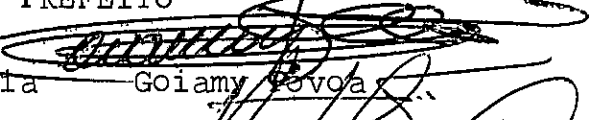
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

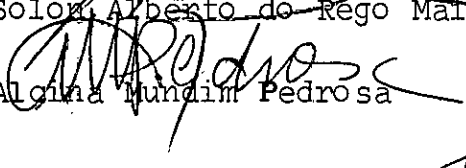
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,
aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro. (1.974).



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberio do Rego Maia


Goiandy Povoas


Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.922 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Considera de utilidade pública a
Sociedade Pestalozzi de Goiânia".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a
SOCIEDADE PESTALOZZI DE GOIÂNIA, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04
dias do mês de NOVEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro
(1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goianny Pávua

Jose Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.918, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do
Município para o Exercício Financeiro
de 1.975".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de
Goiânia para o Exercício Financeiro de 1.975, composto pela Receita e
Despesa da Administração Direta, Entidades da Administração Indireta
e Fundação instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em
Cr\$ 294.982.136,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, novecentos e
oitenta e dois mil, cento e trinta e seis cruzeiros) e fixa a Despesa
em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação
de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na
forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.1 Receitas Correntes	Cr\$ 94.974.000,00
Receita Tributária	Cr\$ 42.210.000,00
Receita Patrimonial	Cr\$ 1.494.000,00
Transferências Correntes	Cr\$ 43.850.000,00
Receitas Diversas	Cr\$ 7.420.000,00
1.2 Receitas de Capital	Cr\$ 92.492.530,00
Transferências de Capital	Cr\$ 15.217.530,00
Outras Receitas de Capital	Cr\$ 77.275.000,00
T O T A L	Cr\$ 187.466.530,00



prefeitura

Goiânia

2.- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÃO (Exclusive Transferências do Município)

2.1 Receitas Correntes	R\$	106.991.106,00
Receitas de Capital	R\$	524.500,00
TOTAL	R\$	107.515.606,00
TOTAL GERAL	R\$	294.982.136,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação no Anexo II, que apresenta sua composição por Órgãos, conforme e desdobramento abaixo:

1 - PODER LEGISLATIVO

1.1 Câmara Municipal	R\$	3.405.000,00
----------------------	-----	--------------

2 - PODER EXECUTIVO

2.1 Secretaria do Prefeito	R\$	22.110.160,00
2.2 Escritório de Planejamento	R\$	7.475.535,00
2.3 Secretaria da Administração	R\$	8.305.100,00
2.4 Procuradoria Geral do Município	R\$	2.071.979,00
2.5 Secretaria da Educação e Cultura	R\$	23.564.416,00
2.6 Secretaria de Finanças	R\$	21.061.200,00
2.7 Secretaria de Serviços Urbanos	R\$	99.473.140,00
TOTAL	R\$	187.466.530,00

3 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Exclusive Transferências do Município)

3.1 Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital	R\$	104.001.106,00
3.2 Departamento de Estradas de Rodagem do Município	R\$	952.000,00



prefeitura

Goiânia

3.3 Mutirama C.E.R.D.	Cr\$	2.562.500,00
TOTAL	Cr\$	107.515.606,00
TOTAL GERAL	Cr\$	294.982.136,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentação de dotações a tribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 5º - O Poder Executivo é autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar as Despesas ao real comportamento da Receita.

Parágrafo Único - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo é autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição.

Art. 6º - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos suplementares, mediante a utilização de recursos adicionais indicados, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei.

Art. 7º - Os Créditos adicionais, autorizados no Exercício Financeiro de 1.974, ao serem reabertos, na forma do § 4º do artigo 62 da Constituição, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de ~~NOVEMBRO~~ de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Mendes do Rego Maia

Goiamy Pavao

Aldina Muniz Pedrosa

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher

ORÇAMENTO PROGRAMA

1 975

ORÇAMENTO PROGRAMA

1975

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA E DAS DESPESAS POR FUNÇÕES

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	82.210.000
Receita Patrimonial	3.500.000
Receita Industrial	55.500.000
Transferências Correntes	43.850.000
Receitas Diversas	16.905.106

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES 201.965.106

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	74.525.000
Alienções de Bens Móveis e Imóveis	3.274.500
Transferências de Capital	15.217.530

TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL 93.017.000

TOTAL GERAL 294.982.136

01 - Legislativa	2.980.000
03 - Administração Superior e Planejamento Global	65.361.800
04 - Agricultura, Abastecimento e Organização Agrária	3.042.000
08 - Educação e Cultura	34.527.661
09 - Energia e Recursos Minerais	879.000
10 - Habitação e Urbanismo	145.765.106
12 - Justiça	1.746.065
14 - Saúde e Saneamento	9.380.160
15 - Trabalho, Assistência e Previdência	12.351.344
16 - Transporte	10.329.000
99 - Reserva de Contingência	8.620.000

TOTAL GERAL 294.982.136

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

R E C E I T A		D E S P E S A	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Receita Tributária	82.210.000	Despesas de Custo	89.667.995
Receita Patrimonial	3.500.000	Transferências Correntes	37.646.599
Receita Industrial	55.500.000		127.314.594
Transferências Correntes	43.850.000		
Receitas Diversas	16.905.106	Superavit do Orçamento Corrente	74.650.512
TOTAL	201.965.106	TOTAL	201.965.106
Superavit do Orçamento Corrente	74.650.512		
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
Operações de Crédito	74.525.000	Investimentos	130.417.512
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.274.500	Inversões Financeiras	5.879.000
Transferências de Capital	15.217.530	Transferências de Capital	31.371.000
TOTAL	93.017.030	TOTAL	167.667.542
	167.667.542		167.667.542

R E S U M O:

RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	201.965.106	127.314.594
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL	93.017.542	167.667.542
TOTALS	294.982.136	294.982.136

ÓRGÃO	1.1 CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA	UNIDADE			
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil				
3.1.2.0	Material de Consumo	2.400.000			
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	60.000			
3.1.4.0	Encargos Diversos	300.000			
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	40.000			
		40.000	2.840.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.1.0	Subvenções Sociais				
3.2.1.5	Instituições Privadas				
3.2.3.0	Transferências de Assistência Social				
3.2.3.1	Inativos				
3.2.3.2	Pensionistas	150.000			
3.2.3.3	Solécio Família	50.000			
	01 - Pessoal Civil				
	03 - Inativos	27.000			
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	8.000			
	01 - Previdência Social				
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	58.000			
3.2.6.0	Fundo de Reserva Orçamentário	12.000			
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	120.000			
		10.000	435.000	3.275.000	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações				
4.1.4.0	Material Permanente	80.000			
		50.000	130.000	130.000	
TOTAL DO ORGÃO					3.405.000

ÓRGÃO		1.1 CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA		UNIDADE		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES						
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO			PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
01.01.0012.112	Processo Legislativo			130.000	2.850.000	2.850.000
01.01.0211.113	Equipamento e Reequipamento				130.000	
15.81.4862.114	Pagamento do Salário Família				35.000	35.000
15.81.4882.115	Atendimento às Despesas com Inativos e Pensionistas				200.000	200.000
15.82.4922.116	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço				12.000	12.000
15.82.4942.117	Contribuição para a Previdência do Servidor Público				58.000	58.000
99.99.9999.118	Reserva de Contingência				120.000	120.000
TOTAL DO ÓRGÃO						3.405.000

ÓRGÃO	2.1 SECRETARIA DO PREFEITO	UNIDADE	2.1.0 GABINETE DO PREFEITO		
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil	3.380.000			
3.1.2.0	Material de Consumo	602.000			
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	1.752.000			
3.1.4.0	Encargos Diversos	1.329.000			
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	<u>450.000</u>	7.513.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.1.0	Subvenções Sociais	1.694.160			
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social				
3.2.3.3	Salário Família	28.000			
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social				
	01 - Contrib. Sociais	247.000			
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	190.000			
3.2.6.0	Fundo de Reserva Orçamentária	8.500.000			
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	<u>653.000</u>	<u>11.312.160</u>	18.825.160	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	55.000			
4.1.4.0	Material Permanente	<u>30.000</u>	85.000		
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS				
4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento do capital de Emp. ou Ent. Com. ou Financeiras	<u>3.000.000</u>	3.000.000		
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
4.3.7.0	Contribuições Diversas	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>	3.285.000	
TOTAL DO ORGÃO				22.110.160	

ÓRGÃO	2.1 SECRETARIA DO PREFEITO	UNIDADE	2.1.0 GABINETE DO PREFEITO		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.07.0202.101	Assessoramento Superior		7.566.000	7.566.000	
15.81.4502.102	Pagamento Salário Família		28.000	28.000	
15.82.4922.103	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		190.000	190.000	
15.82.4942.104	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		247.000	247.000	
03.07.0211.105	Equipamento e Reequipamento	85.000		85.000	
08.47.1272.106	Convênio com o M.E.C. - C.N.A.E.		450.000	450.000	
14.75.4322.107	Convênio com Pronto Socorro - Hospital das Clínicas - UFGO.		1.244.160	1.244.160	
15.81.4572.108	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUNDEC		800.000	800.000	
04.16.0961.109	CEASA-GO...	3.000.000		3.000.000	
99.99.9999.110	Reserva de Contingência		8.500.000	8.500.000	
TOTAL DO ÓRGÃO				22.110.160	

ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 12 da Lei Municipal nº 4.272 de 30 de dezembro de 1969)

À Escritório de Planejamento compete:

- formular e desenvolver direta ou indiretamente, o processo de planejamento do Município, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

ÓRGÃO CENTRAL

ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO

ÓRGÃO	2.2 ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO	UNIDADE	2.2.01 COORDENAÇÃO GERAL	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil	2.750.000		
3.1.2.0	Material de Consumo	137.500		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	665.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos	60.000		
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	15.000	3.627.500	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.1.0	Subvenções Sociais	7.000		
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família			
	01 - Pessoal Civil	5.395		
3.2.3.5	Contribuições de Previdência Social			
	01 - Previdência Social	355.000		
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	220.000		
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	149.640	727.035	4.354.535
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			
4.1.1.0	Obras Públicas	3.000.000		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	89.000		
4.1.4.0	Material Permanente	32.000	3.121.000	3.121.000
TOTAL DO ORGÃO				7.475.535

DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CODIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
03.07.0202.221	Assessoramento Superior		3.634.500	3.634.500
03.07.0201.222	Equipamento e Reequipamento	121.000		121.000
15.81.4862.223	Pagamento do Salário Família		5.395	5.395
03.09.0441.224	Elaboração do Cadastro Técnico Municipal de Goiânia	3.000.000		3.000.000
15.82.4922.225	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		220.000	220.000
15.82.4942.226	Contribuição para a Previdência Social		365.000	365.000
08.47.2352.227	Estagiários		129.640	129.640
	TOTAL DO ORÇÃO			7.475.535

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1 975

COMPETÊNCIA (Art. 21 da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1 969)

A Secretaria da Administração é o Órgão encarregado dos assuntos referentes a:

- recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades de pessoal;
- padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo o material utilizado na Prefeitura;
- registro, conservação e controle dos bens patrimoniais;
- recebimento, distribuição, controle do andamento e arquivamento definitivo de papéis da Prefeitura;
- vigilância e zeladoria.

ÓRGÃO CENTRAL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO	2.3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE	2.3.1 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil	2.332.200		
3.1.2.0	Material de Consumo	390.800		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	437.100		
3.1.4.0	Encargos Diversos	75.000		
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	80.000	3.355.100	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.1	Inativos	1.800.000		
3.2.3.2	Pensionistas	210.000		
3.2.3.3	Salário Família			
	01 - Pessoal Civil	65.000		
3.2.5.0	Contribuição de Previdência Social			
	01 - Previdência Social	258.000		
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	867.000		
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	1.679.000	4.870.000	8.244.100
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	36.000		
4.1.4.0	Material Permanente	25.000	61.000	61.000
TOTAL DO ORGÃO				8.305.100

ÓRGÃO	2.3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE	2.3.1 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES				
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
03.07.0212.311	Assessoramento Superior		4.444.100	4.444.100
15.81.4862.312	Pagamento do Salário Família		65.000	65.000
15.82.4922.313	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		167.000	167.000
15.82.4922.314	F.G.T.S. geral do Servidor Público de Exercícios Anteriores		700.000	700.000
15.81.4582.315	Atendimento às despesas com Inativos e Pensionistas da Prefeitura		2.082.000	2.082.000
15.82.4942.316	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		186.000	186.000
03.07.0211.317	Equipamento e Reequipamento	61.000		61.000
15.84.0002.318	PASEP		600.000	600.000
TOTAL DO ORGÃO				8.305.100

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 19 da Lei Municipal nº 4.272 de 30 de dezembro de 1969)

A Procuradoria Geral do Município é o órgão encarregado:

- do assessoramento jurídico dos órgãos e entidades da Prefeitura;
- da defesa do patrimônio do Município e de sua representação judiciária.

ÓRGÃO CENTRAL

→ F. PROC. GERAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO	2.4 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		UNIDADE	2.4.01 PROCURADORIA GERAL	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil				
3.1.2.0	Material de Consumo	1.535.940			
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	13.000			
3.1.4.0	Encargos Diversos	29.375			
3.1.5.0	Despesas do Exercícios Anteriores	90.000			
		20.000	1.688.315		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.3.0	Transferências da Previdência e Assistência Social				
3.2.3.3	Salário Família				
	Out - Pessoal Civil				
3.2.5.0	Contrib - Previdência Social	6.175			
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	234.533			
		85.201	325.914	2.014.229	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações				
4.1.4.0	Material Permanente	22.000			
		35.750	57.750	57.750	
TOTAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				2.071.979	

ÓRGÃO	2.4 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	UNIDADE	2.4.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
12.69.3922.412	Assessoramento Jurídico		1.688.315	1.688.315	
12.69.3921.413	Equipamento e Reequipamento	57.750		57.750	
15.81.4862.414	Pagamento do Salário Família		6.175	6.175	
15.82.4922.415	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		164.538	164.538	
15.82.4942.416	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público		70.000	70.000	
08.47.2352.417	Estagiários		85.201	85.201	
S O M A				2.071.979	

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 25 da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1969, modificado pela Lei Municipal nº 4 515 de 4 de outubro de 1972).

À Secretaria de Educação e Cultura compete:

- responder pelas atividades de ensino primário, e, complementarmente, pelas de ensino médio;
- responder pela elaboração de estudos e pesquisas sobre a educação primária;
- responder pela orientação pedagógica nas unidades de ensino municipais;
- responder pelo fornecimento de merenda escolar aos alunos das escolas públicas primárias do

Municípios

- responder pela promoção e difusão cultural;
- responder pela promoção e incremento das atividades turísticas e recreativas do Município.

ÓRGÃO CENTRAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Órgão da Administração Descentralizada

MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões

COMPETÊNCIA (Art. 35 da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1969 e Legislação Complementar).

Ao MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões, compete:

- programar, desenvolver e executar atividades recreativas, esportivas e de educação física, proporcionando ambiente de diversão e lazer aos seus frequentadores.

ÓRGÃO	2.5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	UNIDADE	2.5.01 GABINETE	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil	1.293.000		
3.1.2.0	Material de Consumo	54.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	195.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos	45.000		
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	60.000	1.647.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.1.0	Subvenções Sociais	130.000		
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família			
	01 - Pessoal Civil	33.000		
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social			
	01 - Previdência Social	93.000		
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	62.000		
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	508.700	825.700	2.473.700
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTO			
4.1.3.0	Equipamentos e Investimentos	38.000		
4.1.4.0	Material Permanente	56.000	94.000	94.000
S O M A				2.567.700

ÓRGÃO	2.5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	UNIDADE	2.5.2. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESA DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil	16.245.380			
3.1.2.0	Material de Consumo	252.000			
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	397.000			
3.1.4.0	Encargos Diversos	15.000	16.909.380		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social				
3.2.3.3	Salário Família				
	01 - Pessoal Civil	470.000			
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social				
	01 - Previdência Social	1.275.600			
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	909.736	2.655.336	19.564.716	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	32.000			
4.1.4.0	Material Permanente	1.400.000	1.432.000	1.432.000	
SOMA				20.996.716	
TOTAL DO ORÇÃO				23.564.116	

41

CÓDIGO	2.5	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	UNIDADE	2.5.1 GABINETE	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO		PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
08.07.0202.511	Assessoramento Superior			1.647.000	1.647.000
15.81.4962.512	Pagamento do Salário Família			33.000	33.000
15.82.4922.513	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			62.000	62.00
15.82.4942.514	Contribuição de Previdência Social do Servidor Público			93.000	93.000
08.47.2352.515	Estagiários			308.700	308.700
08.46.2352.516	Mutirama - CERD			200.000	200.000
08.42.1892.517	Mobral			130.000	130.000
08.42.0211.518	Equipamentos e Reequipamentos do Setor Administrativo		94.000		94.000
S O M A					2.567.700

30/1

ÓRGÃO	2.5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	UNIDADE	2.5.2 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
08.42.1852.521	Manutenção da Rede Escolar do Município		16.909.380	16.909.380	
15.81.4862.522	Pagamento do Salário Família		470.000	470.000	
15.82.4922.523	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		909.736	909.736	
15.83.4942.524	Contribuição para a Previdência Social		1.275.000	1.275.000	
08.42.1881.525	Equipamento e Reequipamento da Rede Escolar	1.432.000		1.432.000	
SOMA				20.996.716	
TOTAL DO ORGÃO				23.564.116	

SECRETARIA DE FINANÇAS
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 23 da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1969)

A Secretaria de Finanças compete:

- executar a política financeira do Município;
- executar as atividades de lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e rendas municipais;
- executar as atividades de recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do Município;
- executar as atividades de controle e escrituração contábil da Prefeitura.

ÓRGÃO CENTRAL
SECRETARIA DE FINANÇAS

ÓRGÃO		2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS		UNIDADE		2.6.01 GABINETE	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS							
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES						
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO						
3.1.1.0	Pessoal						
3.1.1.1	Pessoal Civil				635.000		
3.1.2.0	Material de Consumo				70.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros				50.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos				20.000		
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores				150.000	925.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
3.2.3.0	Transferência de Assistência e Previdência Social						
3.2.3.3	Salário Família						
	01 - Pessoal Civil				3.000		
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social						
	01 - Previdência Social				56.000		
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço				16.000	75.000	1.000.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL						
4.1.0.0	INVESTIMENTO						
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações				43.500		
4.1.4.0	Material Permanente				30.000	73.500	73.500
S O M A						1.075.500	

Órgão	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.01 GABINETE		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.07.0202.611	Ancessoramento Superior	78.500	925.000	925.000	
15.81.4862.612	Pagamento do Salário Família		3.000	3.000	
03.07.0201.613	Equipamento e Reequipamento			78.500	
15.82.4922.614	Transferências para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		16.000	16.000	
15.82.4942.615	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público		56.000	56.000	
S O M A				1.078.500	

4

ORGÃO	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.02 DEPARTAMENTO DA RECEITA	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil			
3.1.2.0	Material de Consumo	6.591.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	115.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos	430.000		
		116.000	7.272.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família			
	01 - Pessoal Civil			
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	61.500		
	01 - Previdência Social			
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	95.600		
		41.000	195.100	7.470.100
S O M A				7.470.100

ORÇÃO	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.02 DEPARTAMENTO DA RECEITA	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES				
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
03.08.0302.621	Funcionamento do Departamento da Receita		7.272.000	7.272.000
15.81.4862.622	Pagamento do Salário Família		61.500	61.500
15.82.4922.623	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		41.000	41.000
15.82.4942.624	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público		95.600	95.600
S O M A				7.470.100

ÓRGÃO	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.03 DEPARTAMENTO DA DESPESA	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil			
3.1.2.0	Material de Consumo	136.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	30.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos	15.000		
		<u>5.000</u>	236.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família			
	01 - Pessoal Civil			
3.2.5.0	Contribuições da Previdência Social	3.000		
	01 - Previdência Social			
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	15.000		
		<u>5.000</u>	<u>23.000</u>	259.000
S O M A				259.000



ÓRGÃO	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.03 DEPARTAMENTO DA DESPESA	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES				
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
03.08.0322.631	Manutenção do Departamento da Despesa			
15.81.4862.632	Pagamento do Salário Família		236.000	236.000
15.82.4922.633	Transferência para o fundo de Garantia do Tempo de Serviço		3.000	3.000
15.82.4942.634	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público		5.000	5.000
			15.000	15.000
S O M A				259.000

SUBPREFEITURA DE SENADOR CANÊDO
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975.

COMPETÊNCIA (Art. 31 da Lei Municipal nº 4.272 de 30 de dezembro de 1969)

A Subprefeitura de Senador Canêdo compete:

- representar a administração municipal executando ou fazendo executar leis, posturas e atos, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito Municipal;
- arrecadar os tributos e rendas municipais dentro dos limites da sua jurisdição;
- supervisionar a execução de obras de pequeno porte ou outras que lhe forem delegadas;
- executar os serviços públicos distritais e de coordenar as atividades locais executadas pelos diferentes órgãos da Prefeitura.

ÓRGÃO CENTRAL
SUBPREFEITURA DE SENADOR CANÊDO

Órgãos da Administração Descentralizada:

DERMU - Departamento de Estradas de Rodagem Municipal

COMPETÊNCIA (Art. 33 da Lei Municipal nº 4 272, de 30 de dezembro de 1 969, modificada pela Lei Municipal nº 4 533 de 14 de janeiro de 1 972, e Legislação Complementar).

Ao DERMU - Departamento de Estradas de Rodagem Municipal compete:

- a elaboração e execução do Plano Rodoviário Municipal, obedecendo às diretrizes dos planos rodoviários federal e estadual.

PAVICAP - Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital

COMPETÊNCIA (Art. 34 da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1 969 e Legislação Complementar).

A PAVICAP - Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital - tem a seu cargo:

- a realização das obras de pavimentação asfáltica de Goiânia;
- a realização das demais obras complementares de infraestrutura;
- conservação do sistema viário urbano e outras obras que lhe forem delegadas pelo Prefeito.

ÓRGÃO	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.04 CONTADORIA GERAL	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil	368.000		
3.1.2.0	Material de Consumo	40.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	540.000		
3.1.4.0	Encargos Diversos	5.000	953.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.1.0	Subvenções Sociais	3.000		
3.2.3.0	Transferência de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família.			
	01 - Pessoal Civil	8.000		
3.2.4.0	Juros			
3.2.4.1	01 - Juros da Dívida Pública Fundada Interna	4.153.000		
3.2.4.1	02 - Juros da Dívida Pública Fundada Externa			
3.2.4.2	01 - Juros de Empréstimos Interno	1.812.000		
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social			
3.2.5.1	Previdência Social	30.000		
3.2.5.2	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8.000	6.014.000	6.957.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.3.1.0	Amortização			
4.3.1.2	Amortização de Empréstimos			
4.3.1.2	01 - Empréstimos Internos	5.200.000	5.200.000	5.200.000
S O M A				12.157.000

ÓRGÃO		2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.04 CONTADORIA GERAL		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES						
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO		PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.08.0322.641	Funcionamento do Setor			956.000	956.000	
15.81.4862.642	Pagamento do Salário Família			8.000	8.000	
15.82.4922.643	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			8.000	8.000	
15.82.4942.644	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público			30.000	30.000	
03.08.0331.645	Amortização de Empréstimos e Financiamentos		5.200.000		5.200.000	
03.08.3622.646	Custos Financeiros			5.965.000	5.965.000	
S O M A					12.167.000	

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 32 da Lei Municipal nº 4.272 de 30 de dezembro de 1969)

À Junta de Recursos Fiscais compete:

... decidir em grau de recurso e em segunda instância administrativa,
as questões em que sejam partes conflitantes a Fazenda Municipal e os Contribuintes.

ÓRGÃO CENTRAL
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Órgão	2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS	UNIDADE	2.6.05 JUNTA DE RECURSOS FISCAIS		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.07.0212.651	Processamento de Causas a cargo da Junta de Recursos Fiscais		82.600	82.600	
03.07.0211.652	Equipamentos e Reequipamentos	4.000		4.000	
SOMA				86.600	
TOTAL DO ORGÃO				21.061.200	

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1975

COMPETÊNCIA (Art. 27, da Lei Municipal nº 4 272 de 30 de dezembro de 1969, modificado pela Lei Municipal nº 4 615 de 4 de outubro de 1972).

A Secretaria de Serviços Urbanos compete:

- executar as atividades concernentes à construção e conservação das obras públicas;
- executar as atividades concernentes à construção e conservação de prédios públicos;
- executar as atividades concernentes ao licenciamento e fiscalização de edificações e loteamentos;
- executar as atividades concernentes à fiscalização de posturas;
- executar as atividades concernentes à manutenção de limpeza pública da cidade;
- executar as atividades concernentes à manutenção de parques, praças e jardins;
- executar as atividades concernentes à arborização de vias públicas;
- executar as atividades concernentes à fiscalização dos serviços públicos permitidos ou concedidos;
- executar as atividades concernentes ao serviço de trânsito;
- executar as atividades concernentes à administração das feiras livres, mercados e cemitérios;
- executar as atividades concernentes à manutenção e a guarda da frota de veículos e máquinas;
- executar as atividades concernentes aos serviços industriais de marcenaria e carpintaria;
- executar as atividades concernentes aos serviços de erradicação de invasões.

ÓRGÃO CENTRAL

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

ÓRGÃO	2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		UNIDADE	2.7.1. GABINETE	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONOMICAS					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil				
3.1.2.0	Material de Consumo	14.872.000			
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	170.500			
3.1.4.0	Encargos Diversos	85.700			
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	27.900			
		300.000	15.456.100		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.1.0	Subvenções Sociais				
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social	42.000			
3.2.3.3	Salário Família				
	01 - Pessoal Civil				
3.2.5.0	Contribuições da Previdência Social	870.000			
	01 - Previdência Social				
	02 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1.143.000			
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	951.800			
		3.185.240	6.192.040	21.648.140	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações				
4.1.4.0	Material Permanente	1.700.000			
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	300.000			
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis				
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos do Capital de Empresa em Funcionamento	2.000.000			
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	879.000			
4.2.7.0	Contribuições Diversas				
	S O M A	25.477.000	30.356.000	50.356.000 52.004.140	

ORÇÃO

2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE

2.7.1 GABINETE

DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
03.07.0212.710	Custeio dos Serviços Urbanos			
03.07.0211.711	Equipamento e Reequipamento			
10.58.3251.712	Desapropriações			
15.82.1922.713	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	2.000.000	15.456.100	15.456.100
15.82.4942.714	Contribuição para Previdência Social de Servidor Público	2.000.000		2.000.000
15.81.4362.715	Pagamento do Salário Família		951.500	951.500
08.47.2352.716	Estagiários		1.143.000	1.143.000
16.88.5341.717	Transferências ao Departamento de Estradas de Rodagem do Município - DER-MU		870.000	870.000
10.58.3251.718	Transferências a Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital	8.477.000	185.240	8.477.000
09.51.2681.719	Centrais Elétricas de Goiás S/A - Ações	20.000.000		20.000.000
04.13.0692.719.1	Convênio com a ACAR-GOÍAS	879.000		879.000
			42.000	42.000
	</			

OPÇÃO		2.7. SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		UNIDADE		2.7.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS		
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS								
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO				ELCMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0		DESPESAS CORRENTES						
3.1.0.0		DESPESAS DE CUSTEIO						
3.1.2.0		Material de Consumo						
3.1.3.0		Serviços de Terceiros				1.494.000		
						<u>2.400.000</u>	<u>4.416.000</u>	4.416.000
4.0.0.0		DESPESAS DE CAPITAL						
4.1.0.0		INVESTIMENTOS						
4.1.1.0		Obras Públicas						
4.1.3.0		Equipamentos e Instalações				26.794.000		
4.1.4.0		Material Permanente				10.000		
						<u>30.000</u>	<u>26.834.000</u>	26.834.000
						</		

62580		2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	UNIDADE	2.7.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.07.0251.720	Reconstrução, Recuperação e Reforma de Prédios Públicos	1.407.000		1.407.000	
05.46.2291.721	Recuperação do Lago das Rosas	7.000.000		7.000.000	
05.46.2241.722	Praças de Esportes	1.000.000		1.000.000	
10.58.3291.723	Construção de Praças	1.300.000		1.300.000	
10.58.3291.724	Remodelação e Conservação de Praças e Jardins	1.699.000		1.699.000	
10.58.3271.725	Expansão da Rede de Iluminação Pública	8.000.000		8.000.000	
10.58.3271.726	Custeio da Iluminação Pública	2.900.000		2.900.000	
03.07.0212.727	Confecção e Conservação de Móveis	150.000		150.000	
10.58.3241.728	Pontes, Bueiros e Obras Complementares	5.000.000		5.000.000	
10.57.3161.729	Eradicação de Invasões	400.000		400.000	
08.42.1881.7211	Expansão da Rede de Ensino Municipal	2.394.000		2.394.000	
S O M A				31.250.000	

Órgão	2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	UNIDADE	2.7.3 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.2.0	Material de Consumo	5.460.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	1.215.000	6.675.000	6.675.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTO			
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	25.000		
4.1.4.0	Material Permanente	18.000	43.000	43.000
S O M A				6.718.000

CODIGO	2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	UNIDADE	2.7.3 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE		
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CODIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
03.07.0212.731	Custeio dos Transportes		6.675.000	6.675.000	
03.07.0211.732	Equipamento e Reequipamento	43.000		43.000	
SOMA				6.718.000	

ÓRGÃO		UNIDADE		
2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		2.7.4 DEPARTAMENTO DE TRANSITO		
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.2.0	Material de Consumo	150.000		
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	<u>15.000</u>	165.000	
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.1.0	Subvenções Sociais	<u>900.000</u>	<u>900.000</u>	1.065.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			
4.1.1.0	Obras Públicas	50.000		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	230.000		
4.1.4.0	Material Permanente	<u>20.000</u>	<u>300.000</u>	300.000
S O M A				1.365.000

ÓRGÃO	2.7. SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS		UNIDADE	2.7.4 DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES					
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL	
16.91.5732.741	Convênio com o 4º B.P.M.			900.000	
10.58.3241.742	Sinalização de Vias Urbanas	465.000		465.000	
S O M A				1.365.000	

ÓRGÃO		2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		UNIDADE		2.7.5 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO MEIO	
DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS							
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO		ELEMENTO		CATEGORIA	TOTAL
3.0.0.0		<u>DESPESAS CORRENTES</u>					
3.1.0.0		DESPESAS DE CUSTEIO					
3.1.2.0		Material de Consumo		7.200.000			
3.1.3.0		Serviços de Terceiros		194.000			
3.1.4.0		Encargos Diversos		10.000		7.404.000	7.404.000
4.0.0.0		<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>					
4.1.0.0		INVESTIMENTO					
4.1.1.0		Obras Públicas		400.000			
4.1.3.0		Equipamentos e Instalações		300.000			
4.1.4.0		Material Permanente		32.000		732.000	732.000
						</	

ÓRGÃO		2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		UNIDADE		2.7.5 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO MEIO	
DESPESAS POR PROJETOS E ATIVIDADES							
CÓDIGO	PROGRAMA DE TRABALHO				PROJETO	ATIVIDADE	TOTAL
14.77.4562.751	Limpeza Pública						
14.77.4561.752	Equipamento e Reequipamento					7.404.000	7.404.000
14.77.4561.753	Remodelação de Cemitérios				332.000		332.000
					400.000		400.000
SOMA							
TOTAL DO ORGÃO							5.136.000
							99.473.110

ORGÃO: 1.1. CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	LEGISLATIVA			
	Ação Legislativa			<u>2.080.000</u>
	Processo Legislativo			2.080.000
01.01.0012.112	Processo Legislativo		2.850.000	2.850.000
	Administração Geral			
01.01.0211.113	Equipamento e Reequipamento	130.000		130.000
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			<u>235.000</u>
	Assistência Social Geral			235.000
15.81.4562.114	Pagamento do Salário Família			35.000
	Piso Pensionistas e Inativos		35.000	
15.81.4892.115	Arendimento a Inativos e Pensionistas		200.000	200.000
	Previdência			
	Previdência Social Geral			50.000
15.82.4922.116	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		58.000	58.000
	Previdência Social do Servidor Público			
15.82.4942.117	Contribuição para Previdência Social do Servidor Público		12.000	12.000
99.99.9999.118	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		120.000	<u>120.000</u>
TOTAL =		130.000	3.275.000	3.405.000

ORGÃO: 2.1 SECRETARIA DO PREFEITO

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
	Administração			7.651.000
	Supervisão e Coordenação			7.651.000
03.07.0202.101	Assessoramento Superior			7.506.000
	Administração Geral		7.366.000	
03.07.0211.105	Equipamento e Reequipamento	85.000		85.000
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
	Abastecimento			3.000.000
	Central de Abastecimento			3.000.000
04.16.090.109	CEASA-GO	3.000.000		3.000.000
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
	Assistência a Educandos			150.000
	Alimentação e Nutrição			150.000
08.47.4272.106	Convênio com o MEC-CNAE		450.000	450.000
	Saúde e Saveamento			
	Saúde			1.244.160
	Assistência Hospitalar Geral			1.244.160
14.75.4322.107	Convênio com o Pronto Socorro do Hospital das Clínicas - UFGO		1.244.160	1.244.160
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			1.265.000
	Assistência Social Geral			25.000
15.81.4862.102	Pagamento do Salário Família		25.000	25.000
	Assistência Comunitária			
15.81.4872.109	Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário			500.000
			800.000	

TOTAL 21

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

OPÇÃO 2.1 SECRETARIA DO PREFEITO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	Previdência			437.000
	Previdência Social Geral		190.000	190.000
15.82.4922.103	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			247.000
	Previdência Social do Servidor Público		247.000	
15.82.4942.104	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		5.500.000	5.500.000
99.99.9999.110	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL		3.055.000	19.025.160	22.110.160

ORÇÃO 2.2 ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇÃO

edicao	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
	Administração			6.755.500
03.07.0202.221	Supervisão e Coordenação Superior			3.755.500
03.07.0201.222	Assessoramento Superior			3.755.500
	Equipamento e Reequipamento		3.634.500	
	Planejamento Governamental	121.000		
	Informações Geográficas e Estatísticas			3.000.000
03.09.0411.221	Elaboração do CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE GOIÂNIA	3.000.000		3.000.000
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
	Assistência a Educandos			129.640
03.47.235	Bolsas de Estudos			129.640
	Etc.			129.640
			129.640	
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			522.395
15.81.4862.223	Assistência Social Geral			5.395
	Pagamento do Salário Família			5.395
	Previdência		5.395	
	Previdência Social Geral			545.000
15.82.4922.225	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			220.000
	Previdência Social do Servidor Público		220.000	
15.82.4942.225	Contribuição para Previdência Social			365.000
			365.000	
TOTAL - E)		3.121.000	4.354.535	7.475.535

ORGÃO: 2.3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
	Administração			4.505,100
	Administração Geral			4.505,100
03.07.0212.311	Assessoramento Administrativo			4.505,100
03.07.0211.317	Equipamento e Reequipamento	61.000	4.444,100	
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			3.500,000
	Assistência Social Geral			2.147,000
15.81.4562.312	Pagamento do Salário Família			65,000
	Assistência a Inativos e Pensionistas		05,000	
15.81.4582.315	Atendimento às despesas com Inativos e Pensionistas		2.082,000	2.082,000
	Previdência			
	Previdência Social Geral			1.053,000
15.82.4922.313	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			867,000
15.82.4922.314	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço geral do Servidor Público de Exercícios Anteriores		167,000	
	Previdência Social do Servidor Público		700,000	
15.82.4942.316	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público			156,000
	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público		156,000	
15.82.0002.317	PASEP		600,000	600,000
TOTAL E)		61.000	9.244,100	9.305,100

ÓRGÃO: 2.1 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	JUSTIÇA			
	Ordenamento Jurídico			1.716.065
	Assessoramento Jurídico			1.716.065
12.69.3922.412	Assessoramento Jurídico			1.716.065
12.69.3922.413	Equipamento e Reequipamento		1.688.315	
		57.750		
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
	Assistência à Educando			85.201
	Bolsas de Estudos			85.201
08.47.2352.417	Estagiários			85.201
			85.201	
	TRAPALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			211.713
	Assistência Social Geral			6.175
15.81.4362.414	Pagamento do Salário Família			6.175
			6.175	
	Previdência			
	Previdência Social Geral			234.538
15.82.4922.415	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			104.538
	Previdência Social do Servidor Público		154.538	
15.82.4942.416	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público			70.000
			70.000	
TOTAL =>		57.750	2.214.229	2.071.979

ÓRGÃO: 2.5 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA DE TRABALHO DO ÓRGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			20.721.000
	Administração			1.647.000
	Supervisão e Coordenação Superior			1.617.000
08.07.0202.511	Alessoramento Superior		1.647.000	
	Ensino do Primeiro Grau			18.505.380
	Educação Especial			130.000
08.42.1892.517	Mobral		130.000	
	Administração Geral			94.000
08.42.0211.515	Equipamento e Reequipamento do Setor Administrativo	94.000		
	Ensino Regular			18.341.380
08.42.1882.521	Manutenção da Rede Escolar do Município		16.909.380	
08.42.1881.525	Equipamento da Rede Escolar do Município	1.432.000		
	Educação Física e Desportos			200.000
	Parques Recreativos e Desportivos			200.000
08.46.2882.516	Multinema - CERD		200.000	
	Assistência a Educandos			308.700
	Bolsas de Estudos			308.700
08.47.2352.515	Estagiários		308.700	
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			2.513.336
	Assistência			503.000
	Assistência Social Geral			503.000
15.81.4862.512	Pagamento do Salário Família		33.000	
15.81.4862.522	Pagamento do Salário Família		470.000	
	Previdência			2.340.336
	Previdência Social Geral			971.736

TOTAL =>

continua...

ÓRGÃO 2.5 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA DE TRABALHO DO ÓRGÃO

edico	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15.82.4922.523	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		909.730	
15.82.4922.513	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		62.000	
15.82.4942.524	Previdência Social do Servidor Público			1.369.600
15.82.4942.514	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		1.275.600	
	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		93.000	
TOTAL		1.526.000	22.038.416	23.564.416

ORÇÃO: 2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇÃO

cd. orç.	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
	Administração			22.719.100
	Supervisão e Coordenação Superior			1.090.100
03.07.0202.611	Assessoramento Superior			1.003.500
03.07.0201.613	Equipamento e Reequipamento		925.000	
	Administração Geral	78.00		
03.07.0212.651	Processamento de causas a cargo da Junta de Recursos Fiscais			80.600
03.07.0211.652	Equipamento e Reequipamento		82.600	
	Gestão Financeira	4.000		
	Administração de Receitas			19.629.000
03.08.0302.621	Funcionamento do Departamento da Receita			7.272.000
	Controle Interno		7.272.000	
03.08.0322.631	Manutenção do Departamento da Despesa			1.192.000
03.08.0322.641	Funcionamento do Setor		236.000	
	Dívida Interna		956.000	
03.08.0331.645	Amortização de Empréstimos e Financiamentos			5.200.000
	Serviços Bancários e Financeiros	5.200.000		
03.08.3622.646	Custos Bancários			5.965.000
			5.965.000	
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			
	Assistência			75.500
	Assistência Social Geral			75.500
15.81.4962.612	Pagamento do Salário Família			
15.81.4962.622	Pagamento do Salário Família		3.000	
15.81.4962.632	Pagamento do Salário Família		61.500	
15.81.4962.642	Pagamento do Salário Família		3.000	
			8.000	
TOTAL		r}		

continua...

ÓRGÃO 2.6 SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA DE TRABALHO DO ÓRGÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMA DE TRABALHO DO ÓRGÃO		
		PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	Previdência			
	Previdência Social Geral			266.600
15.82.4922.614	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			70.000
15.82.4922.623	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		16.000	
15.82.4922.633	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		41.000	
15.82.4922.643	Transferência para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		5.000	
	Previdência Social do Servidor Público		8.000	
15.82.4942.615	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público			196.600
15.82.4942.624	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		56.000	
15.82.4942.634	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		95.600	
15.82.4942.644	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		15.000	
			30.000	
TOTAL		5.252.500	15.778.700	21.031.200

ORÇÃO: 2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
	Administração			25.730.100
	Administração Geral			24.324.100
03.07.0212.721	Confeção e Conservação de Móveis			24.324.100
03.07.0212.710	Custeio dos Serviços Urbanos	150.000		
03.07.0211.711	Equipamento e Reequipamento		15.450.100	
03.07.0212.731	Custeio dos Transportes	2.000.000		
03.07.0211.732	Equipamento e Reequipamento		6.675.000	
	Edifícios Públicos	43.000		
03.07.0251.720	Reconstrução, Recuperação e Reforma de Prédios Públicos			1.407.000
		1.407.000		
	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
	Produção Agrária			42.000
	Extensão Rural			42.000
04.13.0692.719.1	Convênio com a AACR-GOÍAS			42.000
			42.000	
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
	Educação Física e Desportos			10.579.240
	Desporto Amador			8.000.000
08.46.2241.722	Projetos de Esportes			1.000.000
		1.000.000		
	Parques Recreativos e Desportivos			7.000.000
08.46.2281.721	Recuperação do Lago das Rosas			
		7.000.000		
	Assistência a Educandos			185.240
	Bolsas de Estudo			185.240
08.47.2352.716	Estagiários			
	Ensino do Primeiro Grau		185.240	
	Ensino Regular			2.394.000
				2.394.000
TOTAL				

órgão 2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA DE TRABALHO DO ÓRGÃO

código	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08.42.181.721.1	Expansão da Rede de Ensino Municipal	2.394.000		
	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS			
	Energia Elétrica			879.000
	Distribuição de Energia			879.000
09.51.2681.719	Centrais Elétricas de Goiás S/A - Ações	879.000		
	POPULAÇÃO E URBANISMO			
	Habituação			41.764.000
	Habituações Urbanas			400.000
10.57.3161.720	Combinação de Invasões	400.000		400.000
	Urbanismo			
	Transito			41.364.000
10.58.3241.728	Pontes, Bueiros e Obras Complementares			5.465.000
10.58.3241.742	Sinalização de Vias Urbanas	5.000.000		
	Iluminação Pública	465.000		
10.58.3271.725	Expansão da Rede de Iluminação Pública			10.900.000
10.58.3271.726	Custeio da Iluminação Pública	8.000.000		
	Vias Urbanas		2.900.000	
10.58.3251.712	Desapropriações			22.000.000
10.58.3251.718	Transferências a Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital	2.000.000		
	Parques e Jardins	20.000.000		
10.58.3281.723	Construção de Praças			2.099.000
10.58.3281.724	Remodelação e Conservação de Praças e Jardins	1.300.000		
		1.699.000		
	SÁUDE E SANEAMENTO			
	Proteção ao Meio Ambiente			8.130.000
	Controle da Poluição			8.130.000
				8.130.000

TOTAL E)

CONT. ANO...

ANEXO I (quadro b)

PROGRAMA DE TRABALHO DO ORGÃO

ORGÃO: 2.7 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

CÓDIGO	ESPECÍFICO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
14.77.4561.752	Equipamento e Reequipamento	332.000	7.404.000	
14.77.4562.751	Limpeza Pública	400.000		
14.77.4561.753	Remodelação de Cemitérios			2.061.800
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			870.000
	Assistência			870.000
	Assistência Social Geral			
15.81.4862.715	Pagamento do Salário Família		870.000	2.094.800
	Previdência			951.800
	Previdência Social Geral			
15.82.4922.713	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço		951.800	1.143.000
	Previdência Social ao Servidor Público			
15.82.4942.714	Contribuição para a Previdência Social do Servidor Público		1.143.000	
	TRANSPORTE			2.377.000
	Transporte Rodoviário			3.477.000
	Estradas Vicinais			8.477.000
16.88.5341.717	Transferências ao Departamento de Estradas e Rodagem do Município - DER-MU	8.477.000		900.000
	Transporte Urbano			900.000
	Controle e Segurança do Tráfego Urbano		900.000	
16.91.5732.741	Convênio com o 4º Batalhão da Polícia Militar			
TOTAL		62.946.000	36.527.140	99.473.140

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	LEGISLATIVA			
01	Ação Legislativa			2.900.000
0012	Arquivo Legislativo	130.000	2.350.000	
0011	Administração Geral		2.350.000	
		130.000		
03	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			
07	Administração			65.302.800
020	Supervisão e Coordenação Superior	3.949.500	11.783.300	
021	Administração Geral	199.500	12.125.500	
025	Edifícios Públicos	2.343.000	15.657.800	
		1.047.000		
08	Gestão Financeira			
030	Administração de Receitas	5.200.000	14.429.000	
032	Controle Interno		5.272.000	
033	Divisão Interna		1.192.000	
162	Serviços Bancários e Financeiros	5.200.000		
			5.965.000	
09	Planejamento Governamental			
044	Informações Geográficas e Estatísticas	3.000.000		
		3.000.000		
04	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			
13	Organização Agrária			3.012.000
069	Extensão Rural		42.000	
			42.000	
16	Abastecimento			
096	Centrais de Abastecimento	3.000.000		
		3.000.000		
08	EDUCAÇÃO E CULTURA			
07	Administração			34.597.602
			1.647.000	

TOTAL >

continua...

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
020	Supervisão e Coordenação Geral		1.647.000	
42	Ensino do Primeiro Grau	3.920.000	17.039.380	
185	Ensino Regular	3.626.000	16.903.380	
189	Educação Especial		130.000	
021	Administração Geral	94.000		
46	Educação Física e Esportes	3.555.000	2.207.500	
254	Desporto Amador	1.000.000		
228	Parques Recreativos e Desportivos	7.555.000	2.207.500	
47	Assistência a Educandos		1.158.731	
235	Bolsas de Estudos		705.731	
427	Alimentação e Nutrição		450.000	
09	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS			879.000
51	Energia Elétrica	579.000		
258	Distribuição de Energia	579.000		
10	HABITAÇÃO E URBANISMO			145.765.106
57	Habituação	400.000		
316	Habitacões Urbanas	400.000		
58	Urbanismo	132.406.292	12.258.314	
324	Trânsito	5.465.000		
325	Vias Urbanas	115.942.292	10.051.314	
327	Iluminação Pública	3.000.000	2.900.000	
328	Parques e Jardins	2.999.000		
12	JUSTIÇA			1.746.065

TOTAL

E)

continua...

ANEXO I (quadro c)

PROGRAMA I - TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
69	Orientamento Jurídico	57.750	1.683.315	
392	Apoio Jurídico	57.750	1.683.315	
14	SUDES E SANEAMENTO			9.360.160
75	Sude		1.244.160	
432	Assistência Hospitalar Geral		1.244.160	
77	Proteção ao Meio Ambiente	732.000	7.404.000	
456	Controle da Poluição	732.000	7.404.000	
15	PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			12.351.340
81	Assistência		4.670.070	
486	Assistência Social Geral		1.587.000	
487	Assistência Comunitária		800.000	
488	Assistência a Inativos e Pensionistas		2.282.000	
48	Previdência		7.031.274	
492	Previdência Social Geral		3.493.073	
494	Previdência Social ao Servidor Público		3.538.200	
84	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público		600.000	
16	TRANSPORTE			10.329.000
88	Transporte Rodoviário	6.820.000	2.609.000	
533	Estadas Vicinais	6.820.000	2.609.000	
91	Transporte Urbano		900.000	
573	Controle e Segurança de Tráfego Urbano		900.000	
99.99.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		3.620.000	3.620.000

TOTAL

E)

169.449.542

115.932.594

285.382.136

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
01	LEGISLATIVA			2.900.000
01	Legislação Legislativa	2.850.000	130.000	
0012	Processo Legislativo	2.850.000		
0211	Administração Geral		130.000	
03	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL			65.361.000
07	Administração	39.430.500	3.232.500	
020	Supervisão e Coordenação Superior	12.125.500	199.500	
021	Administração Geral	26.807.000	2.193.000	
025	Edifícios Públicos	547.000	360.000	
09	Gestão Financeira	14.420.000	5.200.000	
030	Administração de Receitas	7.272.000		
032	Controle Interno	1.192.000		
033	Dívida Interna		5.200.000	
362	Serviços Bancários e Financeiros	5.965.000		
09	Planejamento Governamental		3.100.000	
044	Informações Geográficas e Estatísticas		3.000.000	
04	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			3.042.000
13	Organização Agrária	42.000		
069	Extensão Rural	42.000		

TOTAL

CONTINUA...

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
10	HABITAÇÃO E URBANISMO			145.765,105
57	Habitação		401.000	
316	Habitações Urbanas		400.000	
58	Urbanismo	12.942.814	131.272.222	
324	Trânsito	165.000	5.200.000	
325	Vias Urbanas	10.058.814	115.242.222	
327	Iluminação Pública	2.900.000	1.000.000	
328	Parques e Jardins	869.000	1.130.000	
12	DEFESA			1.746.065
6	Defesa Jurídica	1.688.315	57.750	
392	Acessoramento Jurídico	1.688.315	57.750	
14	SANEAMENTO			2.350.160
75	Água	1.244.160		
432	Assistência Hospitalar Geral	1.244.160		
77	Proteção do Meio Ambiente	7.404.000	732.000	
456	Controle da Poluição	7.404.000	732.000	
15	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PROVIDÊNCIA			12.351.344

TOTAL



--	--	--

continua...

ANEXO I - (quadro d)

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
16	Abastecimento			
096	Centrais do Abastecimento		2.000.000	
			2.000.000	
08	EDUCAÇÃO E CULTURA			
07	Administração			34.527.662
020	Supervisão e Coordenação Geral	1.647.000		
		1.647.000		
42	Ensino do Primeiro Grau			
105	Ensino Regular	17.099.380	2.920.000	
	Ensino Especial	16.909.380	3.826.000	
021	Administração Geral	130.000		
			94.000	
46	Educação Física e Desportos			
224	Desporto Amador	2.207.500	3.555.000	
226	Parques Recreativos e Desportivos		2.000.000	
		2.207.500	5.555.000	
47	Assistência a Educandos			
235	Bolsas de Estudos	1.153.781		
427	Alimentação e Nutrição	708.781		
		450.000		
09	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS			
51	Energia Elétrica			579.000
268	Distribuição de Energia		579.000	
			579.000	

TOTAL



--	--	--

PROGRAMA E TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
81	Assistência	<u>4.470.170</u>	<u>200.000</u>	
486	Assistência Social Geral	1.583.073		
487	Assistência Comunitária	600.000	200.000	
488	Assistência a Inativos e Pensionistas	2.282.000		
82	Previdência	<u>7.031.274</u>		
492	Previdência Social Geral	3.493.074		
494	Previdência Social do Servidor Público	3.538.200		
84	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	<u>600.000</u>		
16	TRANSPORTE			10.329.000
88	Transporte Rodoviário	<u>2.060.000</u>	<u>7.369.000</u>	
533	Estados e Municípios	2.060.000	7.369.000	
91	Transporte Urbano	<u>900.000</u>		
573	Controle e Segurança do Tráfego Urbano	<u>900.000</u>		
99.99.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>8.620.000</u>		8.620.000

TOTAL

⇒

127.314.594

117.667.542

244.982.136

NATUREZA DA DESPESA — CONSOLIDAÇÃO GERAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUPLEMENTO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0.00	<u>DESPESAS CORRENTES</u>			115.738.250
3.1.0.0.00	DESPESAS DE CUSTEIO			81.174.995
3.1.1.0.00	Pessoal		52.653.520	
3.1.1.1.00	Pessoal Civil	52.653.520		
3.1.2.0.00	Material de Consumo		9.235.800	
3.1.3.0.00	Serviços de Terceiros		16.332.175	
3.1.4.0.00	Encargos Diversos		1.838.500	
3.1.5.0.00	Despesas do Exercícios Anteriores		1.115.000	
3.2.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			34.563.285
3.2.1.0.00	Subvenções Sociais		2.776.160	
3.2.3.0.00	Transferências de Assistências e Previdência Social		3.798.070	
3.2.3.1.00	Inativos	1.950.000		
3.2.3.2.00	Pensionistas	260.000		
3.2.3.3.00	Salário Família	1.588.070		
3.2.4.0.00	Juros		5.965.000	
3.2.4.1.01	Juros da Dívida Pública Fundada Interna	4.153.000		
3.2.4.2.01	Empréstimo Interno	1.812.000		
3.2.5.0.00	Contribuições de Previdência Social		7.153.274	
3.2.6.0.00	Reserva de Contingência		8.620.000	
3.2.7.0.00	Diversas Transferências Correntes		6.250.781	
4.0.0.0.00	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>			71.728.250
4.1.0.0.00	INVESTIMENTOS			34.972.250
4.1.1.0.00	Obras Públicas		30.244.000	
4.1.3.0.00	Equipamentos e Instalações		2.667.500	
4.1.4.0.00	Material Permanente		2.060.750	
4.2.0.0.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			5.879.000
4.2.1.0.00	Aquisição do Imóveis		2.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES				
INVESTIMENTOS				
INVERSÕES FINANCEIRAS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL				
TOTAL GERAL				

CONTINUA...

NATUREZA DA DESPESA — CONSOLIDAÇÃO GERAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUPLENTO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
4.2.2.0.00	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras		3.000.000	
4.2.3.0.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento		879.000	
4.3.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			30.877.000
4.3.1.2.01	Empréstimos Internos	5.200.000		
4.3.7.0.00	Contribuições Diversas	25.677.000		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		INVESTIMENTOS INVESTIDOS FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		TOTAL GERAL
63.604.864		52.133.416		115.738.280
34.972.250		5.879.000		30.877.000
71.728.250				187.466.530

QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES - EXERCÍCIO DE 1975

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ELEMENTO C.R.	TÍTULO C.R.	CATEGORIA C.R.	TOTAL C.R.
	1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
1.0.0.00	RECEITAS CORRENTES				
1.1.0.00	Receita Tributária				
1.1.1.00	Impostos				
1.1.1.20	Impostos s/patrimônio e Renda				
1.1.1.22	01 - Imposto Territorial Urbano	8.350.000			
	02 - Imposto Predial Urbano	3.300.000	11.650.000		
1.1.1.30	Imposto s/Produção e Circulação				
1.1.1.36	Impostos/Serviços de Qualquer Natureza	15.170.000	15.170.000	26.820.000	
1.1.2.00	Taxas pelo Poder de Polícia:				
1.1.2.11	Taxa de Licença				
	01 - Para localização e funcionamento	5.400.000			
	02 - Para funcionamento em horário especial	350.000			
	03 - Para exercício do Comércio eventual ambulante	420.000			
	04 - Para execução de obras particulares	360.000			
	05 - Taxa de publicidade	280.000			
	06 - Para ocupação de áreas e logradouros públicos	580.000	7.390.000		
1.1.2.20	Taxa pela Prestação de Serviços				
1.1.2.21	Taxa de Expediente e Serviços Diversos		600.000		
1.1.2.22	Taxa de Serviços Urbanos:				
	01 - Coleta e Remoção de Lixo	2.300.000			
	02 - Varrição	2.300.000			
	03 - Capinagem e Regagem	300.000			
	04 - Iluminação Pública	1.400.000			
	05 - Conservação de Passeio e Calçada	200.000			
	06 - Conservação de Asfalto	900.000	7.400.000		
1.2.0.0.00	Receita Patrimonial				
1.2.1.0.00	Receita Imobiliária				
1.2.1.1.10	Aluguel de Próprios Públicos	391.000			

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ELEMENTO C\$.	TÍTULO C\$.	CATEGORIA C\$.	TOTAL C\$.
1.2.1.1.10	Aluguel de Terrenos Municipais	28.000	419.000		
1.2.3.00	Participação e Dividendos				
1.2.3.10	Dividendos da Petrobrás	45.000			
1.2.3.20	Dividendos da CELG	180.000			
1.2.3.30	Participação em Cemitério Parque da Fama	800.000			
1.2.9.00	Outras Receitas Patrimoniais	50.000	1.075.000	1.075.000	
1.4.0.00	Transferências Correntes				
1.4.1.00	Participação em Tributos Federais				
1.4.1.20	Cota Parte do IPI	3.800.000			
1.4.1.30	Cota Parte da Taxa Rodoviária Única	1.400.000			
1.4.1.40	Imposto de Renda Retido na Fonte	500.000			
1.4.2.00	Retorno do Imposto Territorial Rural	150.000	5.850.000	5.850.000	
1.4.4.00	Participação em Tributos Estaduais				
1.4.4.10	Participação do JCM	38.000.000	38.000.000		
1.5.0.00	Receitas Diversas				
1.5.1.00	Multas	1.800.000	1.800.000		
1.5.2.00	Indenizações e Restituições	400.000	400.000		
1.5.3.00	Cobrança da Dívida Ativa				
	01 - Cobrança da Dívida Ativa Amigável	1.900.000			
	02 - Cobrança da Dívida Ativa Executiva	1.570.000	3.470.000		
1.5.9.00	Outras Receitas Diversas				
1.5.9.30	Receitas de Cemitérios		150.000		
1.5.9.90	Outras Receitas		1.600.000		94.974.000
2.0.0.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2.2.0.00	Operações de Crédito		74.125.000		
2.3.0.00	Alienação de Bens				
	01 - Alienação de Bens Móveis	150.000			
	02 - Alienação de Bens Imóveis	3.000.000	3.150.000		
2.5.0.00	Transferências de Capital				
2.5.1.00	Participação em Tributos Federais				

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ELEMENTO Cr\$.	TÍTULO Cr\$.	CATEGORIA Cr\$.	TOTAL Cr\$.
2.5.1.20	Cota Parte do FPM	3.800.000			
2.5.1.30	Cota Parte do Imposto Único s/Combustíveis e Lubrificantes	5.477.000			
2.5.1.40	Cota Parte do Imposto Único s/Energia Elétrica	879.000			
2.5.1.50	Cota Parte do Imposto Único s/Minerais do País	61.530	10.217.530		
2.5.3.00	Auxílios e/ou Contribuições				
2.5.3.20	Auxílios e/ou Contribuições do Estado	4.000.000			
2.5.3.10	Auxílios e/ou Contribuições da União	1.000.000	5.000.000	15.217.530	92.492.530
SOMA DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA					187.464.530
RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
MUTIRAMA	MUTIRAMA - Centro de Educação, Recreação e Diversões			2.488.000	
1.0.0.00	Receitas Correntes				
2.0.0.00	Receitas de Capital			74.500	
PAVICAP	PAVICAP - Superintendência de Pavimentação e Obras da Capital				
1.0.0.00	Receitas Correntes				
2.0.0.00	Receitas de Capital			104.001.106	
DER-MU	DER-MU - Departamento de Estradas de Rodagem Municipal				
1.0.0.00	Receitas Correntes				
2.0.0.00	Receitas de Capital			502.000	
				450.000	
FUNDEC	FUNDEC - Fundação Municipal do Desenvolvimento Comunitário				
1.0.0.00	Receitas Correntes				
2.0.0.00	Receitas de Capital				
SOMA DA RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					107.515.606
TOTAL GERAL DA RECEITA					294.980.136

TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

		DESPESA REALIZADA EM 1 973	DESPESA FIXADA PARA 1 974	DESPESA PREVISTA PARA 1 975
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	Despesas de Custeio			115.738.280
3.1.1.0	Pessoal			81.174.995
3.1.2.0	Material de Consumo	22.612.206,54	32.985.543,00	52.653.520
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	4.823.506,74	5.229.792,00	9.235.800
3.1.4.0	Encargos Diversos	5.226.394,74	6.360.295,00	16.332.175
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	1.596.184,94	2.020.718,00	1.838.500
	TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	575.506,08	922.000,00	1.115.000
		34.833.799,04	47.518.348,00	81.174.995
3.2.0.0	Transferências Correntes			34.563.285
3.2.1.0	Subvenções Sociais			2.776.160
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social	564.500,00	1.496.800,00	3.798.070
3.2.4.0		2.197.864,24	1.247.388,00	5.965.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	876.954,63	460.000,00	7.153.274
3.2.6.0	Fundo de Reserva Orçamentária	2.691.993,37	9.086.037,00	
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	-	50.000,00	
	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.273.821,50	4.919.350,00	6.250.781
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	9.905.133,74	17.249.575,00	34.563.285
		44.738.932,78	64.767.923,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	Investimentos			71.728.250
4.1.1.0	Obras Públicas			34.972.250
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial	6.418.701,48	24.438.175,00	30.244.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	507.435,23	1.100.000,00	
4.1.4.0	Material Permanente	9.977.621,37	6.270.700,00	2.667.500
	TOTAL DE INVESTIMENTOS	484.350,15	501.250,00	2.060.750
		17.388.108,23	32.310.125,00	34.972.250

4.2.0.0	Inversões Financeiras			5.879.000
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis			2.000.000
4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerc. ou Financeiras	180.000,00	1.200.000,00	3.000.000
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento	1.404.885,05	350.000,00	879.000
4.2.4.0	Constituição de Fundos Rotativos	5.000,00		
TOTAL DAS INVERSÕES FINANCEIRAS		1.589.885,05	1.550.000,00	5.879.000
4.3.0.0	Transferências de Capital			30.577.000
4.3.1.0	Amortização	241.444,64	650.000,00	5.200.000
4.3.7.0	Contribuições Diversas	5.984.528,62	10.254.500,00	25.677.000
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		6.225.973,26	10.904.500,00	30.877.000
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		25.203.966,54	44.764.625,00	11.728.250
TOTAL GERAL DA DESPESA:		69.92.899,32	109.532.548,00	187.466.530

TABELA EXPLICATIVA DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

		RECEITA ARRECADADA			RECEITA PREVIS	RECEITA ESTIMADA
		1 971	1 972	1 973	TA PARA 1 974	PARA 1 975
1.0.0.00	RECEITAS CORRENTES					
1.1.0.00	Receita Tributária					
1.1.1.00	Impostos					
1.1.1.22	Imposto Predial e Territorial Urbano	3.780.980,02	5.386.771,28	6.248.650,12	6.800.000,00	11.650.000
1.1.1.36	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.800.233,13	4.248.229,56	6.963.494,45	6.000.000,00	15.170.000
1.1.2.00	Taxas					
1.1.2.10	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.407.799,05	2.042.622,67	3.152.284,29 ✓	3.130.000,00	7.390.000
1.1.2.20	Taxas pela Prestação de Serviços	1.012.184,47	1.399.036,74	3.121.362,98	6.015.600,00	8.000.000
	TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	9.001.196,67	13.076.660,25	19.485.791,84	21.945.600,00	42.210.000
1.2.0.00	Receita Patrimonial					
1.2.1.00	Receitas Imobiliárias	90.316,45	93.810,95	165.819,11	205.000,00	419.000
1.2.3.00	Participações e Dividendos	46.144,54	116.442,29	44.478,71	1.402.000,00	1.025.000
1.2.9.00	Outras Receitas Patrimoniais				1.000,00	50.000
	TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	136.460,99	210.253,24	210.297,82	1.608.000,00	1.494.000
1.4.0.00	Transferências Correntes					
1.4.1.00	Participação em Tributos Federais					
1.4.1.20	Fundo de Participação dos Municípios	1.047.279,42	1.681.881,83	1.902.451,75	2.600.000,00	3.800.000
1.4.2.00	Retorno do Imposto Territorial Rural	11.799,72	22.290,16	15.523,04	30.000,00	150.000
1.4.4.00	Participação em Tributos Estaduais					
1.4.4.10	Participação no Imposto sobre Circ. de Mercadorias	13.121.407,81	17.066.136,49	21.758.486,95	34.780.000,00	39.000.000
1.4.4.20	Taxe Rodoviária Única	271.326,61	434.540,09	76.527,52	1.000.000,00	1.400.000
1.4.9.00	Outras Transferências Correntes					
1.4.9.10	Imposto de Renda Retido na Fonte	86.603,18	154.489,46	127.712,59	120.000,00	500.000
	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.538.916,74	19.359.338,03	23.880.701,85	38.530.000,00	43.550.000

[Assinatura]

1.5.0.00	Receitas Diversas					
1.5.1.00	Multas	534.014,37	864.045,88	1.074.621,41	600.000,00	1.800.000
1.5.2.00	Indenizações e Restituições	14.642,39	3.108,78	45.334,25	18.000,00	400.000
1.5.3.00	Cobrança da Dívida Ativa	927.125,85	1.598.002,82	1.729.896,36	1.500.000,00	3.470.000
1.5.9.00	Outras Receitas Diversas					
1.5.9.30	Receitas de Cemitérios	83.227,13	79.454,56	103.227,44	95.000,00	150.000
1.5.9.90	Outras Receitas	580.152,23	874.030,53	840.605,77	600.000,00	1.600.000
	TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS	2.139.161,97	3.391.642,57	3.793.685,23	2.813.000,00	7.420.000
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	25.816.236,37	36.037.894,09	47.370.476,74	64.896.600,00	94.974.000
2.0.0.00	RECEITAS DE CAPITAL					
2.2.0.00	Operações de Crédito	1.115.813,82	284.885,16	9.400.000,00	36.785.948,00	74.125.000
	TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.115.813,82	284.885,16	9.400.000,00	36.785.948,00	74.125.000
2.3.0.00	Alienação de Bens Móveis e Imóveis	2.610.701,00	8.450,00	139.646,10	410.000,00	3.150.000
	TOTAL DAS ALIENAÇÕES DE BENS	2.610.701,00	8.450,00	139.646,10	410.000,00	3.150.000
2.5.0.00	Transferências de Capital					
2.5.1.00	Participação em Tributos Federais					
2.5.1.20	Fundo de Participação dos Municípios	1.238.819,20	1.681.807,83	2.409.794,74	2.700.000,00	3.800.000
2.5.1.30	Cota-Parte do Imposto Único s/ Comb. e Lubrificantes	2.131.323,27	1.711.570,06	3.336.528,62	3.600.000,00	5.477.000
2.5.1.40	Cota-Parte do Imposto Único s/ Energia Elétrica	244.229,17	-	1.160.655,88	320.000,00	879.000
2.5.1.50	Cota-Parte do Imposto Único s/ Minerais do País	14.008,18	21.144,28	37.193,58	20.000,00	61.530
2.5.3.00	Auxílios e/ou Contribuições					
2.5.3.20	Auxílios e/ou Contribuições do Estado					
2.5.3.10	Auxílios e/ou Contribuições da União					4.000.000
2.5.9.00	Outras Transferências de Capital				800.000,00	1.000.000
2.5.9.90	Outras Transferências					
	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.628.379,82	3.414.522,17	6.944.172,82	7.140.000,00	15.217.530
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7.354.894,64	3.707.857,33	16.483.818,92	44.635.948,00	92.492.530
	TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	33.171.131,01	39.745.751,42	63.854.295,66	109.532.548,00	197.466.530

ORÇAMENTO PROGRAMAS

ESPECIFICAÇÃO DE PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

EXERCÍCIO DE 1975

- | | | |
|--|--|---|
| 01 - AÇÃO LEGISLATIVA | | |
| 0012 - Processo Legislativo | | 235 - Bolsas de Estudos |
| 0211 - Administração Geral | | 427 - Alimentação e Nutrição |
| 07 - ADMINISTRAÇÃO | | 51 - ENERGIA ELÉTRICA |
| 020 - Supervisão e Coordenação Superior | | 268 - Distribuição de Energia |
| 021 - Administração Geral | | 57 - HABITAÇÃO |
| 025 - Edifícios Públicos | | 316 - Habitações Urbanas |
| 06 - GESTÃO FINANCEIRA | | 58 - URBANISMO |
| 030 - Administração de Receitas | | 324 - Trânsito |
| 032 - Controle Interno | | 325 - Vias Urbanas |
| 033 - Dívida Interna | | 327 - Iluminação Pública |
| 362 - Serviços Bancários e Financeiros | | 328 - Parques e Jardins |
| 09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL | | 69 - ORDENAMENTO JURÍDICO |
| 044 - Informações Geográficas e Estatísticas | | 392 - Assessoramento Jurídico |
| 13 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | | 75 - SAÚDE |
| 069 - Extensão Agrária | | 432 - Assistência Hospitalar Geral |
| 16 - ABASTECIMENTO | | 77 - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE |
| 036 - Centros de Abastecimentos | | 456 - Controle da Poluição |
| 07 - ADMINISTRAÇÃO | | 81 - ASSISTÊNCIA |
| 020 - Supervisão e Coordenação Geral | | 486 - Assistência Social Geral |
| 42 - ENSINO DO PRIMEIRO GRAU | | 487 - Assistência Comunitária |
| 180 - Ensino Regular | | 488 - Assistência a Inativos e Pensionistas |
| 189 - Educação Especial | | 48 - PREVIDÊNCIA |
| 021 - Administração Geral | | 492 - Previdência Social Geral |
| 46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DEPORTES | | 424 - Previdência Social ao Servidor Público |
| 224 - Desporto Amador | | 84 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO |
| 228 - Parques Recreativos e Desportivos | | 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO |
| 47 - ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO | | 533 - Entradas Vicinais |
| 91 - TRANSPORTES URBANOS | 573 - Controle e Segurança de Tráfego Urbano | 99.99.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA |

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

- Artigo 24, item I, da Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
- Artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 5.172 de 26 de outubro de 1969;
- Artigo 135, item I, da Emenda Constitucional nº 1 de 7 de junho de 1970, à Constituição Estadual;
- Artigo 116, item I, letra "a" da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios);
- Artigos 115 a 150 da Lei nº 4.280, de 30 de dezembro de 1969 (Código Tributário Municipal).

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

- Artigo 24, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
- Artigos 43 a 45 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
- Artigo 135, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
- Artigo 116, item I, letra "b", da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios);
- Artigos 151 a 210 da Lei nº 4.280, de 30 de novembro de 1969 (Código Tributário Municipal).

TAXAS PELO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA

TAXAS DE LICENÇA

- Artigo 18, item I, da Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
- Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
- Artigo 131, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
- Artigo 116, item II, letra "a", da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios);
- Artigo 211, da Lei nº 4.280, de 30 de dezembro de 1969 (Código Tributário Municipal).

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

TAXA DE EXPEDIENTE

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

Artigo 18, item I, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;

Artigo 77 a 80 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

Artigo 131, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;

Artigo 116, item II, letra "b", da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios);

Artigos 264 a 275 da Lei nº 4.280, de 31 de dezembro de 1969 (Código Tributário Municipal).

RECEITA PATRIMONIAL

RECEITA IMOBILIÁRIA

PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS

OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS

Artigo 124, item I, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios).

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Artigo 25, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;

Artigo 136, item III, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;

Artigo 91 a 93, da Lei Federal 5.172, de 25 de outubro de 1966;

Artigo 117, item III, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios).

RETORNO DE IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- Artigo 24, § 1º, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
- Artigo 136, item I, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
- Artigo 35, item I, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
- Artigo 117, item I, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios).

COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA

- Artigo 5º, parágrafo único do Decreto Lei Federal nº 999, de 21 de outubro de 1969;
- Artigo 1º, do Decreto Lei Estadual nº 123, de 13 de fevereiro de 1970.

PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO S/ CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

- Artigo 23, § 3º, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
- Artigo 136, item V, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
- Artigo 117, item V, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios).

RECEITAS DIVERSAS:

MULTAS

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

OUTRAS RECEITAS DIVERSAS

- Artigo 124, item IV, da Lei Estadual nº 7.000 de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos Municípios).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Artigo 124, item V, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos municípios);
Lei nº 4.278, de 30 de dezembro de 1969;
Lei Orçamentária para o exercício.

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Artigo 124, item V, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos municípios).

COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO S/ COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Artigo 26, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
Artigo 136, item IV, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
Artigo 95, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Artigo 117, item IV, letra "a", da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos municípios).

COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO S/ ENERGIA ELÉTRICA

COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO S/ MINERAIS DO PAÍS

Artigo 26, itens II e III, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, à Constituição Federal;
Artigo 136, item IV, da Emenda Constitucional nº 1, de 7 de julho de 1970, à Constituição Estadual;
Artigo 95, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Artigo 177, item IV, letras "b" e "c" da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos municípios).

AUXÍLIOS E/ OU CONTRIBUIÇÕES

Artigo 124, item V, da Lei Estadual nº 7.000, de 26 de junho de 1968 (Lei Orgânica dos municípios).

SUPERINTENDÊNCIA DO PARQUE MUTIRAMA

Lei nº 4.178, de 14 de agosto de 1969.

SUPERINTENDÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DA CAPITAL -

PAYICAP

Lei nº 3.554, de 7 de fevereiro de 1966;

Lei nº 4.299, de 28 de abril de 1970.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM MUNICIPAL -

D E R M U

Lei nº 3, de 27 de março de 1951.



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.917 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.974.

"Autoriza doação de veículos ao Departamento de Estradas de Rodagem do Município - DERMU".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO - NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o município autorizado a doar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Município DERMU, os veículos abaixo discriminados: 1 Caminhão marca "Ford", ano de fabricação 1.970, Chassis nº F62FA730209; 1 Caminhão marca "Ford", ano de fabricação 1970, Chassis nº F62FA730210; 1 Caminhão marca "Ford", ano de fabricação 1970, Chassis nº F62FA730211; 1 Caminhão marca "Ford", ano de fabricação 1970, Chassis nº F62FA730213; 1 Caminhão marca "Ford", Chassis nº F62FA730216; 1 Camioneta marca "Chevrolet", cabine dupla, ano de fabricação 1973, Chassis nº C48KBR091343.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVEMBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Soloni Alberto do Rego Maia

Goiâmy Pávora

Jose Antonio Dias Teixeira

Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.916, DE 04 DE NOVENBRO DE 1.974.

"Autoriza alienação de bens que especifica".

A. CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar o trator marca Deutz, série F 315114 BR, motor nº 0383/62, modelo 1.962, mediante licitação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de NOVENBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Goiamy Poyoa

Aleina Wurdim Pedrosa

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura
Goiânia

LEI Nº 4.919 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1974

"Modifica a Lei nº 3.354, de 7 de fevereiro de 1966 e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 2º caput, Lei nº 3.354, de 7 de fevereiro de 1966 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - A PAVICAP será dirigida por um conselho Diretor de 4 (quatro) membros de livre escolhido Prefeito Municipal e demissíveis AD-NUTUM nomeados dentre especialistas de reconhecida competência profissional".

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a baixar, mediante decreto, as normas complementares e necessárias à execução desta lei.

Art. 3º - Para fazer face às despesas decorrentes da implantação da presente Lei é o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais necessários ao seu cumprimento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
dias do mês de de hum mil novecentos e se
tenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERREIRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Goianny Póvoa

Aleina Mundim Pedrosa

José Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.919 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1974

"Modifica a Lei nº 3.354, de 7 de fevereiro de 1966 e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 2º caput, Lei nº 3.354, de 7 de fevereiro de 1966 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - A PAVICAP será dirigida por um conselho Diretor de 4 (quatro) membros de livre escolha do Prefeito Municipal e demissíveis AD-NUTUM nomeados dentre especialistas de reconhecida competência profissional".

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a baixar, mediante decreto, as normas complementares e necessárias à execução desta lei.

Art. 3º - Para fazer face às despesas decorrentes da implantação da presente Lei é o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais necessários ao seu cumprimento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dias do mês de de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Goiandy Bôia

Alicia Mundim Pedrosa

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.915, DE 21 DE OUTUBRO DE 1.974.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia a criar a COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA autorizada a instituir uma sociedade anônima de economia mista, sob a denominação de COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA - COMURG, com sede e foro nesta cidade, com a finalidade de administrar o Fundo de Urbanização de Goiânia, podendo, à conta desses recursos, executar e realizar investimentos dos Programas de Equipamento Urbano e de Infra-Estrutura, estudos e projetos vinculados aos referidos programas e bem assim, aplicar seus próprios recursos nas mesmas finalidades, ou em atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade de Goiânia.

Art. 2º - O capital da Sociedade será de CR\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de cruzeiros), sendo obrigatória a detenção, pela Prefeitura, de pelo menos, 51% das ações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos aumentos de capital que venham a ocorrer, por deliberações de assembleias gerais, fica a Prefeitura autorizada a subscrever ações de forma a respeitar os limites previstos neste artigo.

Art. 3º - Fica o Executivo autorizado, igualmente, a abrir crédito especial, até a importância de NR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com a implantação do Órgão, no corrente exercício financeiro.

Art. 4º - Fica a Prefeitura Municipal de Goiânia autorizada a integralizar o capital subscrito, no todo ou em parte, com a



prefeitura

Goiânia

transferência para a Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, de imóveis, móveis, máquinas e equipamentos de sua propriedade.

Art. 5º - Constituem recursos próprios da COMURG:

a - 4% (quatro por cento) dos recursos recolhidos à conta do Fundo de Urbanização de Goiânia, como remuneração pela Administração do referido Fundo:

b - Os lucros e dividendos das operações realizadas diretamente ou através de subsidiários, com recursos próprios ou de terceiros;

c - o produto da prestação de serviços a terceiros;

d - o produto de lançamento de títulos de sua responsabilidade nas condições permitidas pela lei;

e - o produto de transações eventuais.

Art. 6º - Pela administração do Fundo de Urbanização de Goiânia, a COMURG receberá a quantia correspondente a 4% (quatro por cento) dos recursos recolhidos à conta do Fundo.

Art. 7º - A Companhia de Urbanização de Goiânia COMURG deverá elaborar orçamento anuais e plurianuais que definirão a programação do Fundo de Urbanização de Goiânia.

Art. 8º - É vedado à COMURG aplicar ou utilizar recursos do Fundo de Urbanização de Goiânia em operações estranhas aos objetivos desta lei.

Art. 9º - A COMURG encaminhará, anualmente, à Câmara Municipal de Goiânia relatório da gestão do Fundo de Urbanização de Goiânia.

Art. 10º - A Sociedade se constituirá de um Conselho Diretor e de um Conselho Fiscal, cujos membros serão indicados pelo Executivo Municipal.

Art. 11 - A COMURG poderá utilizar, para a sua implantação e funcionamento, de servidores Municipais colocados à sua disposição, sem ônus para o Município.



prefeitura

Goiânia

Art. 12 - O Poder Executivo, com fundamento nos arts. 38 e 39 da Lei nº 7.000 de 26/06/68, baixará Decreto declarando de utilidade pública ou de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis edificados ou não, necessários à execução dos objetivos da entidade, à conta da qual correrão as respectivas despesas.

Art. 13 - A COMURG gozará de isenção de impostos, taxas e emolumentos municipais que incidirem sobre seus bens e serviços.

Art. 14 - Para o fim de atingir os seus objetivos poderá a COMURG celebrar convênios, contratos ou quaisquer instrumentos com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, centralizado ou não, bem como com entidades privadas.

Art. 15 - No caso de liquidação da COMURG, o seu acervo reverterá ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Goiânia, depois de pagas as dívidas e reembolsado o capital dos demais acionistas, inclusive a participação que tiverem em reservas livres.

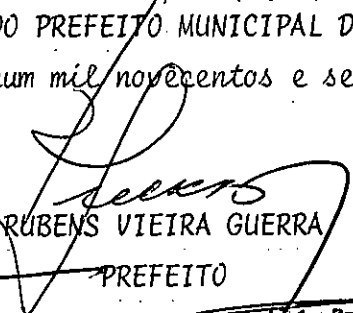
Art. 16 - A duração da companhia será por tempo indeterminado.

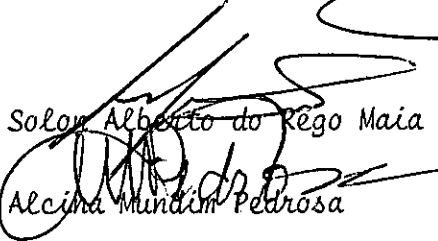
Art. 17 - A Prefeitura de Goiânia fica autorizada a dar concessões à COMURG para a exploração dos serviços públicos municipais, nos termos de contratos de concessão a serem firmados com o Poder Executivo.

Art. 18 - Fica autorizada a COMURG a criar subsídios para a execução das suas atividades.

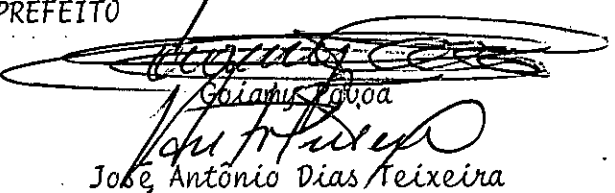
Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 21 dias do mês de OUTUBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1974)


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Alcina Múndim Pedrosa


José Antônio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.914, DE 21 DE OUTUBRO DE 1.974.

"Cria o Fundo de Urbanização de Goiânia e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído na Prefeitura Municipal o Fundo de Urbanização de Goiânia, destinado a atender programas de equipamento urbano e de infra-estrutura.

§1º - A aplicação dos recursos do Fundo de Urbanização de Goiânia far-se-á mediante orçamento próprio, aprovado por ato do Executivo.

§2º - O Fundo é de natureza contábil.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo de Urbanização de Goiânia:

- a - dotações orçamentárias ou subvenções que lhe sejam consignadas no orçamento da Prefeitura, correspondendo, no mínimo, aos:
 - I - Rêditos operacionais oriundos do estacionamento de veículos, nos casos instituídos por lei;
 - II - até 5% (cinco por cento) da receita tributária municipal;
 - III - Rêditos operacionais provenientes dos investimentos vinculados a programas de equipamento urbano e de infra-estrutura.
- b - Empréstimos ou financiamentos contraídos pela Prefeitura para antecipação dos recursos do Fundo.
- c - Outros recursos com destinação específica ao Fundo.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo serão depositados em estabelecimentos de crédito, oficial, em conta especial, denominada Fundo de Urbanização de Goiânia, obedecendo as normas legais.



prefeitura

Goiânia

Art. 3º - O Fundo será administrado por uma pessoa j
rídica a ser organizada para tal fim.

Art. 4º - É o Poder Executivo autorizado a baixar nor
mas no sentido de regulamentar o perfeito funcionamento do Fundo de Urba-
nização de Goiânia.

Art. 5º - Todos os empréstimos e financiamentos conce-
didos com recursos oriundos do Fundo estarão sujeitos a juros e correção
monetária.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 21
dias do mês de OUTUBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974)

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Muniz Pedrosa

Gilmar Fogaça

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.913 DE 15 DE outubro DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública a ASPAF - Associação dos Profissionais em Artes Fotográficas".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública, ASPAF Associação dos Profissionais em Artes Fotográficas.

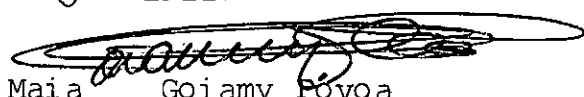
Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

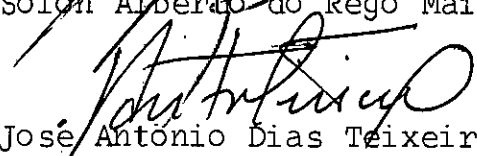
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos 15 dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Goiámy Póvoa


José Antônio Dias Teixeira


Alcina Mundim Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.912 DE 15 DE outubro DE 1974.

"Denomina Praça"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica pela presente lei denominada
"PRAÇA DO EXPEDICIONÁRIO", a praça construída no tre-
vo que liga Goiânia-Nerópolis-GO - 5, e ao 42º Bata-
lhão de Infantaria Motorizada, localizada no Setor
Santa Geneveva, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrá-
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
15 dias do mês de outubro de hum mil novecentos
e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Goiamy Foyoa

Aldina Mundim Pedrosa

José Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.911, DE 15 DE outubro DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública o Grupo Espírita Irmã Marcia".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública , com todos os direitos e vantagens em lei o "GRUPO ESPÍRITA IRMÃ MARCIA", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário .

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Soloni Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Gilamy Pampa

José Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.910, DE 21 DE OUTUBRO DE 1.974.

"Denomina Grupo Escolar"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANÇÃO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Denominar-se-á "Da. IAIÁ CÂMARA", o Grupo Escolar construído na Rua C-234 Q- 549, no Jardim América;


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 21 dias
do mês de OUTUBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1974).

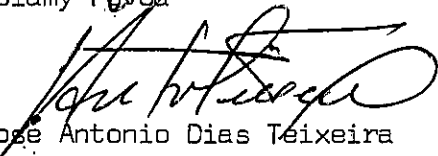

RUBENS VIEIRA GUERRA


PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Goiámy Pávua


Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.909, DE 14 DE outubro DE 1.974.

"Autoriza permuta de área e dá
outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal
autorizado a permutar com o proprietário do terreno necessário à aber-
tura e prolongamento da Rua 227-A, do Setor Universitário, parte da
área que constitui a rua 265-C do mesmo Setor.

Art. 2º - A permuta de que trata o artigo anterior
deverá obedecer o critério da igualdade das áreas permutadas.

Art. 3º - A área remanescente da Rua 265-C, do Se-
tor Universitário, fica reservada para construção de próprios munici-
pais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14
dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

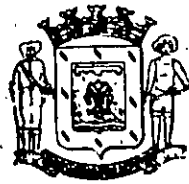
Solon Alberto do Rego Maia

Alcides Mundim Pedrosa

Goianny Póvoa

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura **Goiânia**

LEI Nº 4.908, DE 14 DE OUTUBRO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública"

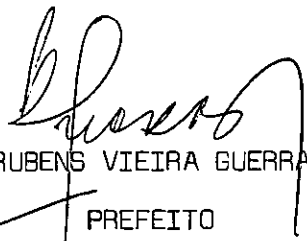
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "CASA ESPÍRITA" ANA LIA FRANCO", com sede à Avenida Contorno, nº 91, Bairro Popular, nesta Capital.

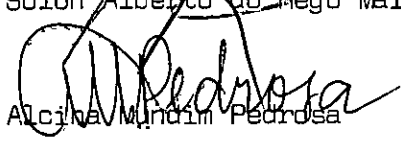
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

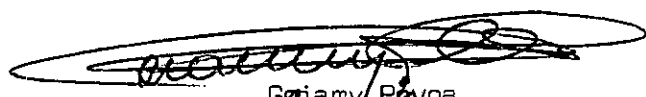
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

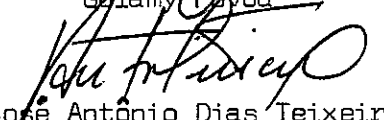
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de OUTUBRO de 1.974. (hum mil novecentos e setenta e quatro).



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rego Maia


Alcina Múndim Pedrosa


Giamy Payoa


José Antônio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.907, DE 14 DE outubro DE 1.974.

"Declara de utilidade pública a EDITORA DE CATÁLOGOS TELEFÔNICOS DO BRASIL S.A. (Capa Azul).

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a EDITORA DE CATÁLOGOS TELEFÔNICOS DO BRASIL S.A. (Capa Azul), editora de listas de endereços e ruas de Goiânia, com sede nesta Capital, à rua Dois, nº 230, 8º andar, sala 803, Edifício Carlos Chagas, Centro.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor esta lei, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

Prefeito

Solon Alberto do Rego Maia

Goiamy Povoá

José Antônio Dias Teixeira

Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.905, DE 16 DE setembro DE 1.974.

"Considera de utilidade pública"

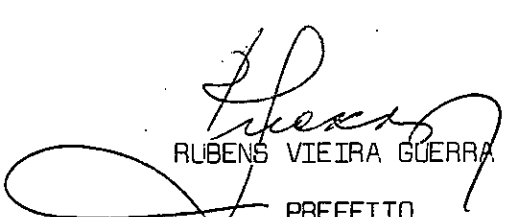
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO:
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública com todos os direitos e vantagens assegurados em lei a ASSOCIAÇÃO GOIANA DOS CRIADORES DE ZEBU.

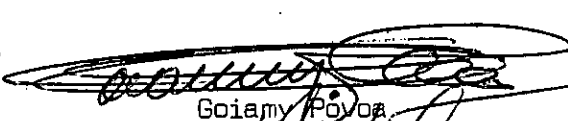
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Selton Alberto do Rego Maia


Goiandy Póvoa


Alcina Mundim Pedrosa


José Antônio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.904, DE 16 DE setembro DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, O TERREIRO DE CAPOEIRA ANGOLA, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,
aos 16 dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Goiandy Pêvea

Alcina Mundim Pedrosa

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.903, DE 16 DE setembro DE 1.974.

"Concede Título de Cidadania"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido a Sra. DILZA COSTA o título de cidadania goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goiamy Pavao

Jose Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.902, DE 16 DE setembro DE 1.974.

"Concede auxílio que especifica e dá providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO:
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder um auxílio ao Jôquei Clube de Goiás, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), como prêmio aos vencedores das realizações turfísticas, levadas a efeito em comemoração ao Dia do Soldado e à Semana da Pátria.

Art. 2º - Fica indicado como recurso para atender à despesa acima mencionada a dotação 2.3.3.1.4.0 - Atividades 006 do Orçamento em vigor.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto de Rego Maia

Aleina Mundim Pedrosa

Goiânia, Goiás

José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.901, DE 16 DE SETEMBRO DE 1.974.

"Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) à Federação Goiana de Desportos e esportiva".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder um auxílio na importância de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) à Federação Goiana de Desportos.

Art. 2º - O valor, mencionado nesta lei, destinar-se-á a fazer face às despesas com a partida de futebol que será realizada, no dia 1º de setembro, como abertura das comemorações da Semana da Pátria.

Art. 3º - Indica-se como recurso para o pagamento do auxílio, ora concedido, a dotação 2.7 - 08.01-SED/021 - 3.1.4.0 - Encargos Diversos, do Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto de Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goiamy Rêgo

Jose Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.900, DE 16 DE setembro DE 1.974.

"Concede auxílio à entidade que
especifica e dá outras providên-
cias".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO*
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido um auxílio, na importância
de R\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), às Obras Sociais Claretianas
desta Capital.

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autori-
zado a abrir crédito especial e a baixar os atos necessários à execu-
ção da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16
dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e quatro
(1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

Solon Alberto do Rego Maia

Aloina Mundim Pedrosa

Goiandy Pádua

Jose Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.899, DE 09 DE SETEMBRO DE 1.974

"Autoriza a abertura de crêdi -
tos adicionais de natureza es
pecial e suplementar e dá ou
tras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Chefe do Executivo Municipal autori-
zado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional de natureza
especial, no montante global de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhen-
tos mil cruzeiros), destinado a custear as despesas com a atualização
do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, da Prefeitura de
Goiânia.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo an-
terior são criados na Secretaria da Administração, no Programa-12, Sub-
programa-01 a Atividade SAD/070 - Despesas de Exercícios Anteriores -
F.G.T.S., e nesta o Elemento 3.2.5.0 - Contribuições de Previdência So-
cial, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzei-
ros).

Art. 3º - Fica acrescido em 30% o limite da autori-
zação para abertura de créditos adicionais de natureza suplementar
constante do artigo 4º e seu inciso I, da Lei nº 4.788, de 27 de outu-
bro de 1.973, e de conformidade com os artigos 7º e 43 da Lei 4.320, de
17 de março de 1.964.



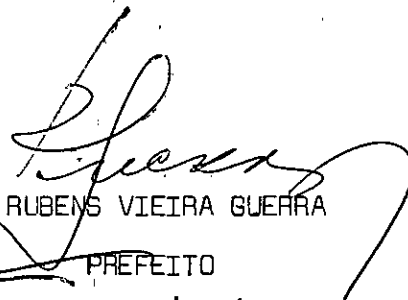
prefeitura

Goiânia

8

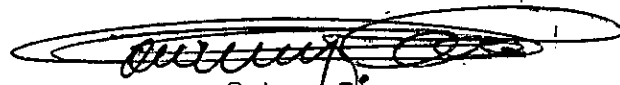
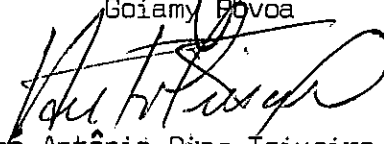
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
09 dias do mês de SETEMBRO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


Solon Alberto do Rêgo Maia


Alcina Mundim Pedrosa


Goiandy Póvoa

José Antônio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.898, DE 09 DE setembro DE 1.974.

"Modifica a Lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1969, e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 23 da Lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23- A Secretaria de Finanças é o órgão encarregado de executar a política financeira do Município, das atividades de lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e rendas municipais, do controle e escrituração contábil da Prefeitura.

Art. 2º - É o Chefe do Executivo Municipal autorizado a baixar normas que regulamentem a guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do Município, bem como aquelas necessárias à execução, acompanhamento e controle do Orçamento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mês de setembro de hum mil novecentos, setenta e quatro (1.974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goiandy Povo

José Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.897, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Autoriza a Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital- PAVICAP, vender e/ ou permutar produtos derivados de sua pedreira, que excederem de seu consumo".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP, efetuar venda ou permuta de produtos derivados de sua pedreira, que excederem de seu consumo, por outros tipos do mesmo produto que houver falta, ou por derivados de artefatos de cimento.

Art. 2º - A autorização objeto desta Lei, prevalecerá como válida para que as transações capituladas no artigo anterior possam se proceder com qualquer entidade de direito público ou privado, legalmente constituída.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mes de DEZEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcina Mundim Pedrosa

Goiamy Pôrto

Jose Antonio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.896, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1.974.

"Modifica as leis que especifica e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É elevado para C-2 o símbolo correspondente ao cargo de Assessor-Chefe de Imprensa, constante do Anexo VI, da Lei nº 4.531, de 4 de janeiro de 1.972.

Art. 2º - O Art. 47, da Lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 47 - Ao servidor ocupante de cargo técnico especializado ou científico, quando no exercício de atividade de real interesse para a Administração, poderá ser concedida pelo Chefe do Executivo gratificação de representação até o valor de 50% (cincoenta por cento) da remuneração do Secretário do Município."

Parágrafo Único - Aos ocupantes de cargos em comissão, da Administração centralizada ou autárquicas, bem como aos servidores colocados à disposição da Prefeitura, a critério do Chefe do Executivo, poderá ser concedida a vantagem estabelecida neste artigo.

Art. 3º - O § 3º, do art. 2º, da lei nº 4.827, de 31 de dezembro de 1.973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos ocupantes de cargos de segundo grau divisional dos órgãos de administração indireta, aos ocupantes de funções de Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito, de Assessor Especial da Secretaria de Serviços Urbanos e aos Coordenadores de Grupo do Escritório de Planejamento."



prefeitura

Goiânia

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 1.974.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mês de SETEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974) .

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

ALCINA MUNDIM PEDROSA

JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

PAULO DE TARSO DAHER

GOIAMY POVOA



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.895, DE 09 DE SETEMBRO DE 1.974.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alienar área urbana inaproveitável".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a alienar a área urbana situada na rua 14, entre as ruas 18 e 85 no Setor Sul, originária de estreitamento daquela via, quando de seu asfaltamento.

Art. 2º - A alienação dessa área urbana, com a extensão de 448,27m², far-se-á aos proprietários de imóveis lindeiros, precedida de prévia avaliação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dias 09 do mês de SETEMBRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Alcine Mundim Pedrosa

Gisamy Poyoa

Jose Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.894, DE 09 DE SETEMBRO DE 1.974.

"Eleva quantitativo de cargo em comissão".

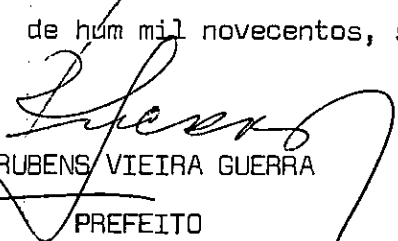
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica elevado para 15 (quinze) o quantitativo do cargo, de provimento em comissão, de Diretor de Ginásio, símbolo C-6, de que trata o Anexo VI da Lei nº 4.531, de 04 de janeiro de 1972, com a modificação que lhe introduziu o Art. 2º da Lei nº 4.815, de 19 de dezembro de 1973.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo-se seus efeitos a 1º de março do ano em curso.

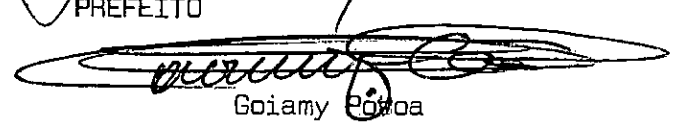
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mes de SETEMBRO de hum mil novecentos, setenta e quatro (1.974).

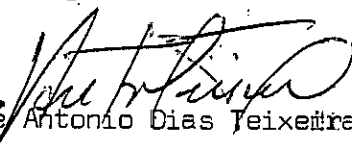

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO


Solon Alberto do Rêgo Maia


Goiámy Póvoa


Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.893, DE 23 DE SETEMBRO DE 1.974

"Fica proibido o estacionamento de
Táxi no Setor Central de Goiânia."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - Ficam proibidos pontos de táxis e
extintos os atuais, nas Avenidas Anhanguera, Tocantins,
Araguaia, Goiás e Ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, no Cen-
tro de Goiânia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

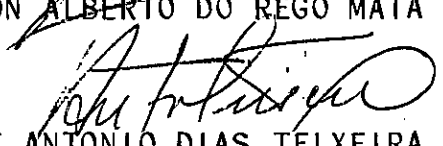
Art. 3º - Revogam-se as disposições em con-
trário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,
aos 23 dias do mês de setembro de um mil, novecen-
tos e setenta e quatro (1.974).

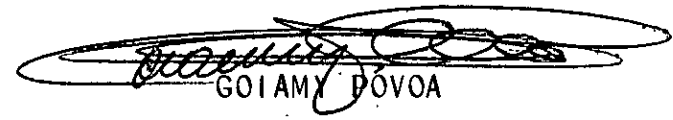

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIAMA PÓVOA



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.892, DE 28 DE A606TO DE 1.974.

"Revoga leis e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam revogadas as leis que alteraram as
designações das ruas e avenidas do setor Central de Goiânia, ficando
restabelecidas as denominações primitivas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês
de A606TO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Goiama Povo

Alcinea Mundim Pedrosa

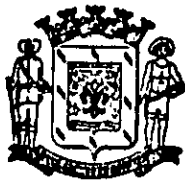
José Antônio Dias Teixeira

Paulo de Tarso Daher

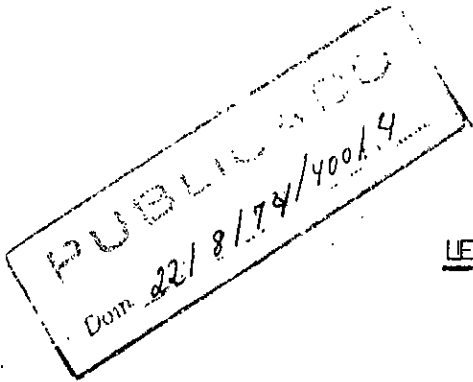
A 1ª Via foi assinada
pelo Exmo. Sr. Pre-
feito Municipal.

EM _____ / _____ / 19 _____

SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA
SECRETÁRIO DO PREFEITO



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.891, DE 22, DE A60510 DE 1.974.

"Autoriza a abertura de crédito adicional de natureza suplementar e especial."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Chefe do Executivo autorizado a abrir no corrente exercício créditos adicionais de natureza suplementar e especial, até o montante de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da consecução do programa de obras, que integra o convênio firmado com o Banco Nacional da Habitação - BNH, nos termos da autorização constante do artigo 1º da Lei nº 4.786, de 2 de outubro de 1.973.

Art. 2º - Serão utilizados para abertura dos créditos acima mencionados os recursos obtidos com a realização das operações autorizadas pelo artigo 2º, da lei citada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de A60510 de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

ALCINA MONDIM PEDROSA

GOIAMY ROLDA

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.890 DE 22, DE AGOOSTO DE 1.974.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia a firmar Convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É autorizada a Prefeitura Municipal de Goiânia a firmar convênio, no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cincoenta milhões de cruzeiros) com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, para executar a canalização do Córrego Botafogo e obras complementares, nesta Capital.

Art. 2º - Para a execução do Convênio previsto no artigo anterior, o Município concorrerá com serviços num montante de Cr\$ 15.700.000,00 (quinze milhões e setecentos mil cruzeiros).

Art. 3º - Caberá à Prefeitura Municipal, às suas expensas, a execução de obras complementares, compreendendo:

- a) - remanejamento das redes de água, esgoto e telefone, existentes nas proximidades da obra, caso interfirirem na construção do canal;
- b) - implantação da rede coletora secundária de águas pluviais, de acordo com o projeto, nas ruas transversais e paralelas ao eixo longitudinal do Canal;
- c) - construção das bocas de lobo e poços de visita necessários à rede secundária;



prefeitura

Goiânia

d) - recomposição do pavimento e das guias, acaso danificados pelos serviços de canalização.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA

aos

22 dias do mês de AGOSTO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

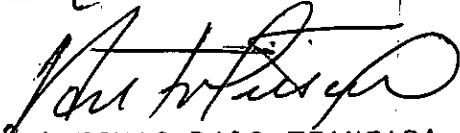

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


GOIAMY PÓVOA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.889 DE 22 DE ABRIL DE 1.974

"Cria Escola Municipal de 1º Grau
na Vila Isaura e dá providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

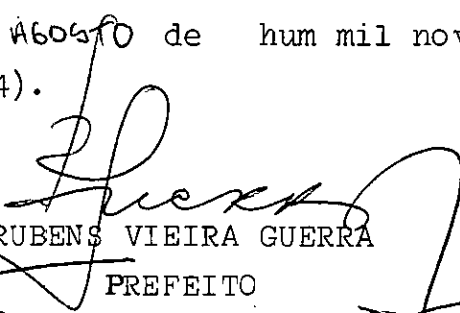
Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a criar uma Escola Municipal de 1º Grau, na Vila Isaura, nesta Capital.

Art. 2º - As despesas necessárias ao cumprimento da presente lei serão arbitradas em Decreto, assinado pelo Chefe do Executivo Municipal.


Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

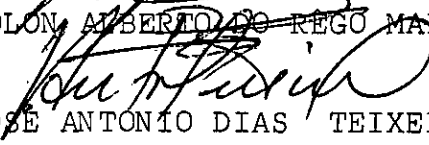
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

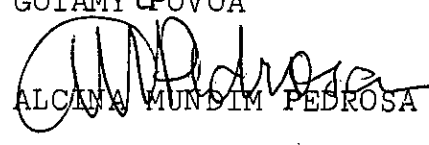
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
22 dias do mês de ABRIL de hum mil novecentos e
setenta e quatro (1.974).



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO REGO MAIA


GOIAMY PÓVOA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.888, DE 22 DE AGOSTO DE 1.974

"Dá nova redação a dispositivo de lei e outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Art. 2º, da Lei nº 4.594, de 23 de junho de 1.972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A participação do Município será de até 15% (quinze por cento) de conformidade com o capital autorizado e necessário para a implantação definitiva da Central de Abastecimento de Goiânia S/A - CEAGO, em consonância com o Programa Federal de Modernização do Sistema de Abastecimento."

Art. 2º - É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, os créditos especiais, até o limite de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para fazer face ao que dispõe a presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de AGOSTO de 1.974

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

ALCINA MUNDIM PEDROSA

PAULO DE TARSO DAHER

GOIAMY POVOA



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.887, DE 22 DE ABRIL DE 1.974

"Revoga lei e denomina praça."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:

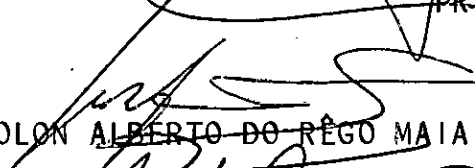
Art. 1º - Fica revogada a lei nº 2.380, de 10 .
07.63.

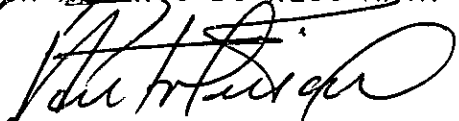
Art. 2º - Passa a denominar praça "José Delfino
de Brito" a confluência das ruas 28-A e 8-A, Setor Aero -
porto, desta Capital.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
22 dias do mês de ABRIL de 1.974


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

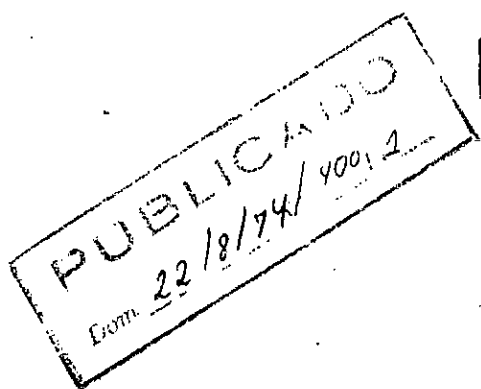

ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIÁMY PÓVOA



prefeitura **Goiânia**



LEI Nº 4.886, DE 22 DE AGOSTO DE 1.974.

Autoriza doação de extensão de re
de elétrica e seus acessórios à
CELG - CENTRAIS ELÉTRICAS DE
GOIÁS S/A.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Chefe do Executivo Municipal fica auto-
rizado a transferir, a título gratuito, à CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS
S/A - CELG - uma extensão de Rede de Alta Tensão com 280 (duzentos e
oitenta) metros de comprimento, construída na Av. Contorno, Bairro Po-
pular, nesta Capital e respectivos acessórios assim discriminados:

"06 grampos linha viva para fio de chumbo nº 06, no valor de Cr\$ 29,88
(vinte e nove cruzeiros e oitenta e oito centavos); 06 toras de aroei-
ra de 1,50 x 20 cms., no valor de Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros); 03
postes de concreto armado centrifugado tipo 11/400, no valor de Cr\$
926,64 (novecentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e quatro centa-
vos); 05 postes de concreto armado centrifugado tipo 11/200, no valor
de Cr\$ 1.108,08 (hum mil, cento e oito cruzeiros e oito centavos); 17
cruzetas de madeira 2,44 x 12, no valor de Cr\$ 119,00 (cento e dezenove
cruzeiros); 17 selas para cruzeta de madeira, no valor de Cr\$ 17,00
(dezessete cruzeiros); 08 parafusos agulha 5/8 x 20, no valor de Cr\$
20,00 (vinte cruzeiros); 02 parafusos agulha 5/8 x 22, no valor de
Cr\$ 5,40 (cinco cruzeiros e quarenta centavos); 34 parafusos franceses
5/8 x 5, no valor de Cr\$ 20,40 (vinte cruzeiros e quarenta centavos);
17 parafusos franceses 5/8 x 1.3/3, no valor de Cr\$ 15,30 (quinze cru-
zeiros e trinta centavos); 02 cintas de ferro galvanizado, de 5.1/2 ,
no valor de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros); 07 cintas de ferro galvanizado
6", no valor de Cr\$ 21,70 (vinte e hum cruzeiros e setenta centavos);



prefeitura Goiânia

07 cintas de ferro galvanizado 6.1/2", no valor de Cr\$ 22,40 (vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos); 07 cintas de ferro galvanizado 9", no valor de Cr\$ 25,90 (vinte e cinco cruzeiros e noventa centavos); 01 cinta de ferro galvanizado 09.1/2", no valor de Cr\$ 3,80 (três cruzeiros e oitenta centavos); 06 cintas de ferro galvanizado 10", no valor de Cr\$ 24,00 (vinte e quatro cruzeiros); 03 cintas de ferro galvanizado 10.1/2", no valor de Cr\$ 12,90 (doze cruzeiros e noventa centavos); 51 isoladores 514 p/15kV, no valor de Cr\$ 71,40 (setenta e um cruzeiros e quarenta centavos); 09 chaves fusíveis 15KV SQA no valor de Cr\$ 360,00 (trezentos e sessenta cruzeiros); 03 elos fusíveis de 5 ampêres, no valor de Cr\$ 2,70 (dois cruzeiros e setenta centavos); 18 grampos paral bimetálico 4 x 6, no valor de Cr\$ 37,80 (trinta e sete cruzeiros e oitenta centavos); 03 porcas olhal 5/8", no valor de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros); 34 mãos francesas 28.1/4", no valor de Cr\$ 57,80 (cincoenta e sete cruzeiros e oitenta centavos); 04 hastes cano 1 x 3m, no valor de Cr\$ 31,20 (trinta e um cruzeiros e vinte centavos); 57 arruelas quadradas 2.114 x 11/16, no valor de Cr\$ 7,98 (sete cruzeiros e noventa e oito centavos); 02 quilos de fio de alumínio nº 6 p/amarras, no valor de Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros); 51 pinos para isoladores 5.1/4, no valor de Cr\$ 112,20 (cento e doze cruzeiros e vinte centavos); 06 para-raios 9 x 12KV, no valor de Cr\$ 312,00 (trezentos e doze cruzeiros); 077 Kg de cabos de alumínio nº 4 ACSR, no valor de Cr\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros); 03 cintas de ferro galvanizado, no valor de Cr\$ 10,50 (dez cruzeiros e cinquenta centavos); 06 grampos bimetálicos 114 x 4, no valor de Cr\$ 12,60 (doze cruzeiros e sessenta centavos); 12 cintas de ferro galvanizado de 7" especial, no valor de Cr\$ 66,00 (sessenta e seis cruzeiros); 20 conectores para cabo, de cobre nº 4, no valor de Cr\$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros); 03 elos fusíveis de 12A, no valor de Cr\$ 3,90 (três cruzeiros e noventa centavos); 03 elos fusíveis de 23A, no valor de Cr\$ 4,50 (quatro cruzeiros e cinquenta centavos); 09 grampos para al. para 4 e 4,



prefeitura **Goiânia**

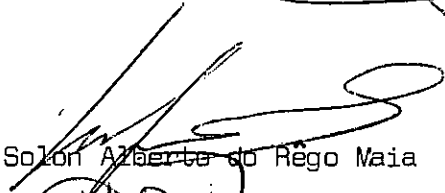
no valor de Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros); 02 quilos de fita de al. nº 8 e 10, no valor de Cr\$ 14,00 (quatorze cruzeiros); 06 isoladores disco 6", no valor de Cr\$ 66,00 (sessenta e seis cruzeiros) 03 grampos tensor, PCB 4 AZ, no valor de Cr\$ 22,50 (vinte e dois cruzeiros e cinquenta centavos); 17 parafusos franceses de 5/8 x 6", no valor de 14,45 (quatorze cruzeiros e quarenta e cinco centavos); 10 Kg de cabos de cobre nu nº 4AWG, no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros); 05 Kg de fio de cobre nu nº 6AWG, no valor de Cr\$ 57,50 (cincoenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos); tudo avaliado em Cr\$..... 4.384,43 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro cruzeiros e quarenta e três centavos).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

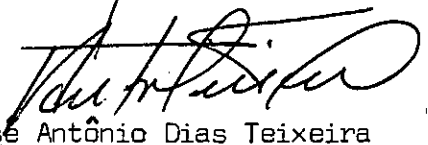
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 22 dias do mês de A60b10 de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


RUBENS VIEIRA GUERRA


PREFEITO


Solon Alberto do Rêgo Maia


Alcina Mundim Pedrosa


José Antônio Dias Teixeira


Goiandy Póvoa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.884, DE 26 DE AGOOSTO DE 1.974.

"Denomina Praça da Felicidade"

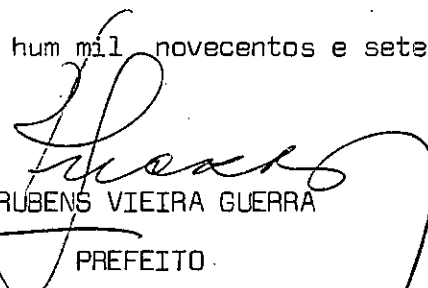
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Denominar-se-á "Praça da Felicidade" a atual*
praça situada entre as ruas T-15, T-14 e Avenida Rui Barbosa, na di
visa do Setor Serrinha e Parque Amazonia, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu
blicação.

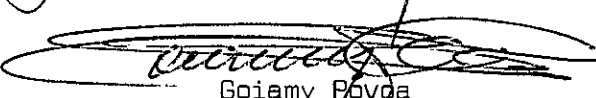
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

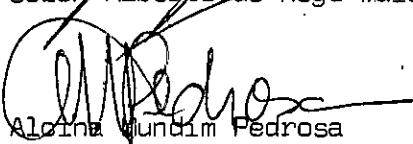
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26
dias do mês de AGOOSTO de hum mil novecentos e setenta e quatro :
(1.974).

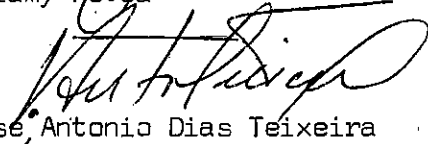

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO


Solon Alberto do Rêgo Maia


Goiamy Póvca


Aloina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.883, DE 26 DE ABRIL DE 1.974.

"Denomina Praça"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada "PRAÇA TIRADENTES", em homenagem à Polícia Militar do Estado de Goiás, a praça existente na confluência das avenidas 85 e 136 e rua 1.127, no Setor Marista, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA aos 26
dias do mês de ABRIL de um mil novecentos e setenta
e quatro (1.974).

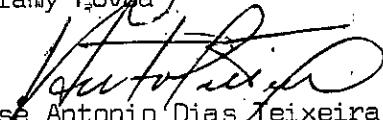

RUBENS VIEIRA GUERRA

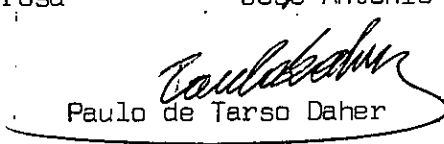
PREFEITO


Solon Alberto do Rêgo Maia


Goiandy Póvoa

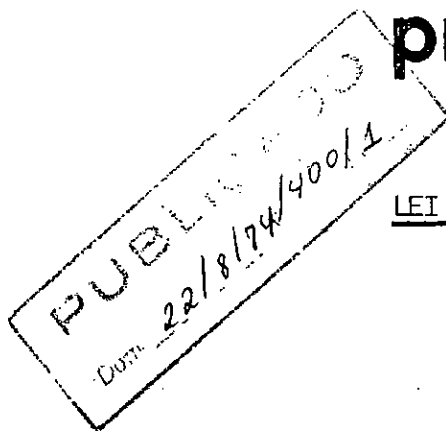

Alcina Mundim Pedrosa


José Antonio Dias Teixeira


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.881, DE 22 de ABRIL DE 1.974.

"Altera dispositivo da Lei nº
3.737, de 6 de outubro de
1.967".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei 3.737, de 6 de outubro
de 1.967, com a redação dada pela Lei 4.626, de 10 de novembro de
1.972 é acrescido dos seguintes parágrafos:

- § 1º - A área poderá ser vendida a um só dos con -
frontantes proprietários nos seguintes casos:
- I - Se o proprietário do imóvel lindeiro manifes-
tar, por escrito, que não se interessa pela
compra;
 - II - Se não requerer a compra da parte a ele re -
servada dentro do prazo de 30 (trinta) dias;
 - III - Se não efetuar o pagamento ou pedir o parce-
lamento do preço dentro de 30 (trinta) dias
após intimado da avaliação;
- § 2º - Caducará o direito de o proprietário lindei-
ro requerer a compra uma vez decorrido o pra-
zo de que trata o item II, do parágrafo an-
terior, podendo a área ser vendida integral-
mente ao proprietário do lado oposto, median-
te simples acréscimo de seu requerimento de
compra;
- § 3º - Os prazos de que tratam os incisos II e III
do § 1º, contar-se-ão da publicação de edi-



✓ prefeitura Goiânia

tais no Diário Oficial do Município, por uma vez, e por duas vezes noutro jornal diário desta Capital, findo os quais ficará a Prefeitura autorizada a vender a totalidade das áreas aos proprietários lindeiros que a requererem.

§ 4º - O parcelamento constante do inciso III do §1º não poderá ser inferior a dez (10) meses, a contar da data de sua concessão."

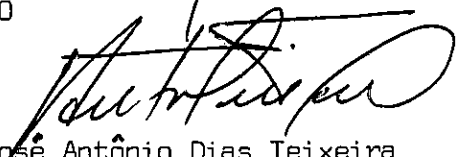
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de AGOSTO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO


Solon Alberto de Rêgo Maia


José Antônio Dias Teixeira


Alcina Mundim Pedrosa


Goiandy Pavao


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.880, DE 18 DE JULHO DE 1.974.

"Da nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 4.827, de 31/12/1.973".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Caput do artigo 3º da Lei nº 4.827, de 31/12/1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Os proventos dos atuais funcionários aposentados, respeitada fixação superior no decreto da aposentadoria, são os fixados, individualmente, na tabela anexa, que observa a percentagem de 80% sobre os vencimentos dos cargos equivalentes em exercício ou, no caso de cargos extintos, dos níveis atuais correspondentes aos da data da aposentadoria".

Art. 2º - Fica revogada o inciso I, do artigo 182, da Lei nº 1.667, de 13 de junho de 1.960.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos do seu artigo 1º a 01 de janeiro de 1.974.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 18 dias do mês de JULHO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

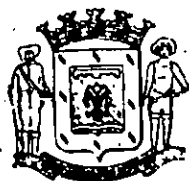
PREFEITO

Solon Alberto do Rêgo Maia

Goiânia, Povoado

Alcides Mundim Pedrosa

Jose Antonio Dias Teixeira



prefeitura

Goiânia

A N E X O

TABELA DE PROVENTOS DO PESSOAL APOSENTADO

<u>N O M E S</u>	<u>APOSENTADO NO CARGO DE</u>	<u>PROV. ATUAL</u>
01 - Hilário V. da Silveira	Secretário	4.000,00
02 - Antônio José de Oliveira	Secretário	4.000,00
03 - Waldir F. de Lima	Procurador Municipal	3.040,00
04 - Romulo Gonçalves	Procurador Municipal - Nível - 16	3.040,00
05 - Celso H. Teixeira	Consultor Jurídico - Padrão "S"	3.040,00
06 - Leon N. Nogueira de Borba	Consultor Jurídico - TC.3.0.1-Q	3.040,00
07 - Jofre G. Brom Dutra	Engenheiro - Padrão "S"	3.040,00
08 - Dorcílio P. Santana	Emplacador - Nível -P	240,00
09 - Isaias F. Lopes	Emplacador - Nível -P	240,00
10 - João de P. Valle	Emplacador - Nível -P	240,00
11-- Joaquim Luiz Furtado	Emplacador - Nível - P	240,00
12 - Francelino A.E. Silva	Enc.Prop.Público - Nível -D	335,20
13 - José Amaral Correia	Enc.Prop.Públicos - Niv.-D	335,20
14 - Sebastião Santos	Fiscal de Transp. Coletivos	320,00
15 - Elias G. Bezerra	Fiscal de Obras - Nível - 4	396,00
16 - José F. Rocha	Fiscal de Obras - AG.6.0.2-E	396,00
17 - Aristoclides Santana	Fiscal de Posturas - Nível-G	356,00
18 - Circe Abreu Gomes	Esc.Datilografo - Nível -5	240,00
19 - João Matias de Abreu	Esc.Datilôgrafo - Nível - 6	240,00
20 - João Rochael	Esc.Datilôgrafo - Nível - 6	240,00
21 - Maria Divina Nunes	Esc.Datilôgrafo - AG.1.1.1-M	240,00
22 - Oscar de Souza Diniz	Arquivista - AG.101-M	240,00
23 - Adolfo Martins da Silva	Zelador - AG.2.0.1-P	240,00
24 - Analia Vieira Rocha	Zelador - AG.2.0.1-P	240,00
25 - Eunice Domingas Antunes	Zelador - AG.2.0.1-P	240,00



fls.2

prefeitura Goiânia

26 - Faustina R. de Souza	Zelador AG.2.0.1-P	240,00
27 - Felipe Duarte	" "	240,00
28 - Joaquina C. Rodrigues	" "	240,00
29 - Lauri Cintra de Amorim	" "	240,00
30 - Lucinda B. da Cunha	" "	240,00
31 - Luiz Altino da C.C.Junior	" "	240,00
32 - Maria Rita dos Reis	" "	240,00
33 - Mario Barreira de Moraes	" "	240,00
34 - Marta Abdalah	" "	240,00
35 - Ondina de Paula Braga	" "	240,00
36 - Paulina Molina Freire	" "	240,00
37 - Tereza Rodrigues de Melo	" "	240,00
38 - Tomazia de Souza Pires	" "	240,00
39 - Walmira Mendes dos Santos	" "	240,00
40 - Izaura Dourado Ferreira	" "	240,00
41 - Albertina Silva e Souza	" AG.2.0.2-P	240,00
42 - Antônio G. de Moura	Vigia Municipal - Nível -0	240,00
43 - Antônio Alves de Souza	" " "	240,00
44 - Baltazar Bento de Oliveira	" " "	240,00
45 - Deoclides P. de Souza	" " "	240,00
46 - Francisco José da Cruz	" " "	240,00
47 - Geraldo Gomes da Silva	" " "	240,00
48 - Getulio Alves Fernandes	" " "	240,00
49 - João Roberto Sobrinho	" " "	240,00
50 - Manoel José Pereira	" " "	240,00
51 - Manoel X. dos Santos	" " "	240,00
52 - José Correia da Cunha	Vigia Municipal - AG.2.0.1-0	240,00
53 - Emerentina Silva Dantas	Merendeira - EC.1.0.1-P	240,00
54 - Filisbina S. Cado	Merendeira - "	240,00
55 - Iolanda de Souza Pires	Merendeira - AG.2.0.1-P	240,00
56 - Joana Amélia Pereira	Merendeira "	240,00



prefeitura **Goiânia**

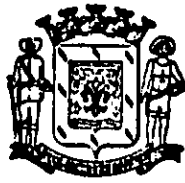
57 - Lazara Rosa de O. Batista	Merendeira - AG.2.0.1-P	240,00
58 - Maria Abadia Botelho	Merendeira "	240,00
59 - Maria de A. Melo	Merendeira "	240,00
60 - Maria Mendes Lopes	Merendeira "	240,00
61 - Maria Silveira do Nascimento	Merendeira "	240,00
62 - Francisca de S. Borges	Merendeira - Nivel -1	240,00
63 - Elza Nascimento Chaves	Prof.Primário - Nivel-N	240,00
64 - Eunice F. de Oliveira	" " "	240,00
65 - Galiana F. Leite	" " "	240,00
66 - Geni Borges Porto	" " "	240,00
67 - Hilarindo Estevan de Souza	" " "	240,00
68 - Leolino R. de Oliveira	" " "	240,00
69 - Margarina Silva Silvestre	" " "	240,00
70 - Apolonia P. Barbosa	Prof.Primário - Nivel-3	240,00
71 - Esmeraldina L. Peixoto	" " "	240,00
72 - Olentina F. de Oliveira	" " "	240,00
73 - Violeta L. Peres	" " "	240,00
74 - Doraci O. Santana Cardoso	" " "	240,00
75 - Francisca D. de Brito Monteiro	" " "	240,00
76 - Iracema França	Prof.Primário - Nivel-4	240,00
77 - Altamira V. Moreira	" " "	240,00
78 - Maria Abadia de Oliveira	Prof.Ens. Primário - EC.2.0.1-L	240,00
79 - Vitoria Silva do Carmo	" " "	240,00
80 - Julia de Brito	Prof.Corte e Costura - Nivel-3	240,00
81 - Maria da C.A. Vespasiano	Prof.Corte e Costura -EC.6.0.1-N	240,00
82 - Maria Pires Rego	Prof.Corte e Costura EC. 6.0.1-N	240,00
83 - Raimunda Maia de Oliveira	Prof.Coste e Costura EC. 6.0.1-N	240,00
84 - Leticia M. de Siqueira	Auxiliar Biblioteca - EC.5.0.1-I	307,20
85 - Maria Inez da Silva	Auxiliar de Ens. Primário Nivel -N	240,00
86 - Adolfo Gomes Mauricio	Contador - Classe "P"	2.141,60
87 - Alcides de Lima	Contador - Classe "P"	2.141,60



prefeitura

Goiânia

88 - ANTÔNIO Catini	Contador - Nível -14	2.141,60
89 - Jim Euripedes Cabral	Contador - Nível- 15	2.141,60
90 - Ana Matias Raidan	Tesoureiro - Ag.4.2.2.-A	710,00
91 - Maria H. de Araujo	Tesoureiro - Padrão "Q"	710,00
92 - Clemente A. Santacruz	Agente Arrecadador - Nível -8	3.200,00
93 - João-Batista de Souza	" " "	3.200,00
94 - João Monteiro de Melo	" " "	3.200,00
95 - Adhayl José de Barros	AG.ARR. Trib. Municipais - Nível-3	3.200,00
96 - Benedito Urbano Fleury	" " "	3.200,00
97 - Roberto Nobre	" " "	3.200,00
98 - Alberto L.C. Cruz Junior	Ag.Arr. Trib. Municipais - Nível-4	3.200,00
99 - Alfredo José dos Santos	" " "	3.200,00
100 - Ariovaldo de Salles	" " "	3.200,00
101 - Elizeu Passos Barbosa	" " "	3.200,00
102 - Felix Soares	" " "	3.200,00
103 - Gabriel P. de Abreu	" " "	3.200,00
104 - Antônio C. de Oliveira	Ag.Fiscal de Trib.Munic. Nível-4	3.200,00
105 - Benedito B. de Oliveira	AG. " "	3.200,00
107 - João Belo de Oliveira	" " "	3.200,00
108 - Odorico L. Rodrigues	" " "	3.200,00
109 - Ilídio Martins Pereira	Coletor de 1ª Classe - Nível-12	3.200,00
110 - José R. Naves Junior	Coletor - Nível -12	3.200,00
111 - José Carmo de Moraes	Coletor - Padrão "M"	3.200,00
112 - José Matias de Sá	Escrivão de Coletoria - Nível-9	3.200,00
113 - Sebastião P. de Campos	Fiscal Arrecadador - AG.4.0.4-L	3.200,00
114 - Alfredo F. Gandara	Fiscal Lançador - Nível -9	3.200,00
115 - Antônio Ramos Jubê	Fiscal Lançador - Nível-9	3.200,00
116 - Benedito M. dos Santos	Fiscal Lançador - Nível-9	3.200,00
117 - José Silva Oliveira	Fiscal Lançador - Nível-9	3.200,00
118 - Tancredo Felix de Souza	Recebedor - Nível-13	3.200,00
119 - José Jango F. Raizama	Consultor Jurídico - Padrão "S"	4.000,00



fls.5

prefeitura

Goiânia

X

120 - Lourenço M. de Brito	Fiscal de Transito - AG.6.0.4-H	320,00
121 - Calimério R. Carrijo	Inspetor de Trânsito - Nível-11	567,60
122 - Flaviano Carlos Pereira	Fiscal de Obras - Nível-E	396,00
123 - Natal Costa Milagre	Fiscal de Obras - Nível-E	396,00
124 - José Matheus Soares	Fiscal de Obras - AG.6.0.2-E	396,00
125 - Bertoldo Rosa	Fiscal de Posturas - Nível-G	356,00
127 - Donald R. Cerqueira	" " "	356,00
128 - Izoldino A. Ferreira	" " "	356,00
129 - Rui Francisco dos Santos	" " "	356,00
130 - Aldemar H. de Macedo	Administrador - Padrão "L"	574,00
131 - Marcolino Fernandes	Assessor Administrativo-AG.1.1.4-A	710,00
132 - Claudio Guedes Meireles	Oficial Administrativo - Nível-10	710,00
133 - Elpidio da Silva Toledo	" " "	710,00
134 - Antônio Olinto da Silva	" " Nível-11	710,00
135 - José F. de Oliveira	" " Nível-12	710,00
136 - Joaquim de Souza Lobo	Magarefe-Chefe	340,00
137 - Benedito Lemes D'Abadia	Almoxarife - Nível-10	463,00
138 - José Benedito Pinheiro	Esc. Datilógrafo - Nível-6	240,00
139 - José Ataides Bretas	Auxiliar de Farmácia - Nível-F	376,00
140 - José Pires F. dos Santos	Biblioteconomista - Padrão-"C"	622,00
141 - Noely B. Fontenelle	Bibliotecário - Padrão "E"	303,60
142 - Dinorah Garces Neves	Auxiliar de Biblioteca EC.5.0.1.-I	307,20
143 - Mariana Cardoso de Faria	" " "	307,20
144 - Ana de Sá Aragão	" " "	307,20
145 - Hermínia F. de Freitas	Orientador Pedagógico - Nível-9	487,16
146 - Julia Semirames B. do Lago	" " EC.3.0.1-D	487,16
147 - Angelica de Araujo Frazão	Professor -Padrão "B"	240,00
148 - Maria do Rosário Borges	Prof.Primário - Padrão "B"	240,00
149 - Adélite Alencar Peixoto	Prof. Primário - Nível-N	240,00
150 - Benedita de O. Santos	" " "	240,00
151 - Zaida H. da Silva	" " "	240,00



prefeitura

Goiânia

152 - Julia L. de Almeida	Prof.de Ens. Primário EC.2.0.1-L	240,00
153 - Benedita P. da Silva	Orientador Pedagógico - AG.5.0.1-D	487,16
154 - Zilda L. Barbosa	" " "	487,16
155 - Benvinda dos S. Rezende	Inspetor Escolar - Nível -9	475,00
156 - Raquel de F. Ferreira	" de Alunos - Nível-3	240,00
157 - Lincoln Louza	Disponibilidade - Veterinário	730,78



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.879, DE 15 DE JULHO DE 1.974

"Concede título honorífico de
Cidadão Goianiense".

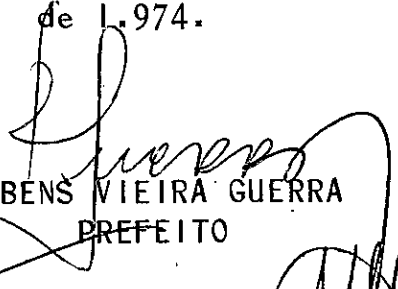
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:

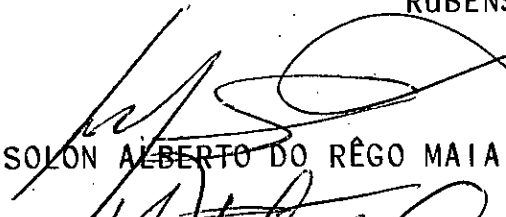
Art. 1º - Fica, pela presente Lei, concedido o
título de "Cidadão Goianiense" ao Senhor Deputado ANTÔNIO
REZENDE MONTEIRO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

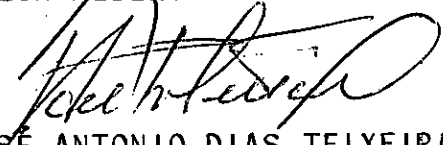
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias
do mês de JULHO de 1.974.


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIÁMY PÓVOA



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.878, DE 16 DE JULHO DE 1.974

"Concede Título de Cidadania".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN
CIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - Fica concedido ao Sr. Dr. MANOEL DOS
REIS SILVA, o título honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
15 dias do mês de JULHO de 1.974.


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO

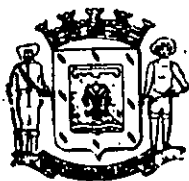

SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER


GOTAMY PÓVOA



prefeitura **Goiânia**

LEI Nº 4.877, DE 18 DE JULHO DE 1.974

"Concede Título Honorífico de Cida
dão Goianiense."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Concede o título de Cidadão Goianiense, so Sr. BENEDITO SOARES DE CASTRO.

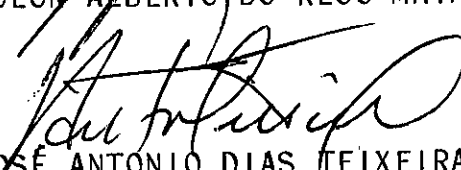
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
18 dias do mês de JULHO de 1.974


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIAMA PÓVOA



prefeitura **Goiânia**

LEI Nº 4.875, DE 24 DE JUNHO DE 1.974.

"Autoriza assinatura de convênio com
o MINISTÉRIO DO EXÉRCITO",

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o MINISTÉRIO DO EXÉRCITO para construção, com recursos próprios, de um Pavilhão de Comando do Quartel General de Brigada, e respectivas instalações hidro sanitárias, redes de águas pluviais, elétricas e telefônicas internas, no Setor Nordeste desta Capital, em área de propriedade do referido Ministério.

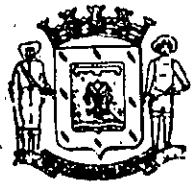
Art. 2º - Fica autorizada a abertura de concorrência pública para execução das obras de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - O pavilhão será transferido ao Ministério do Exército na forma legal, após sua edificação.

Art. 4º - É autorizado o Chefe do Executivo Municipal a contrair financiamentos ou empréstimos de entidades financeiras, se necessário, para edificação ou conclusão das obras do pavilhão a que se refere o artigo 1º desta lei.

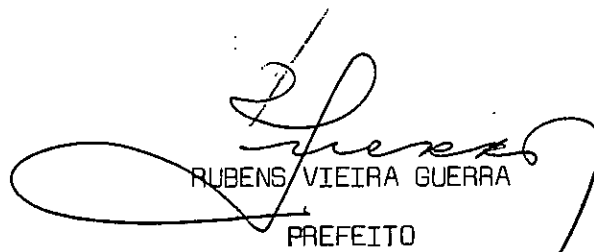
Art. 5º - Fica autorizada a abertura de um crédito especial de até Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, para cumprimento desta lei.

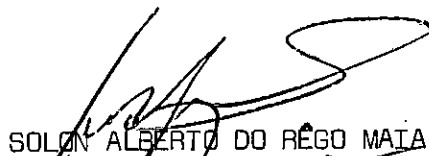
Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



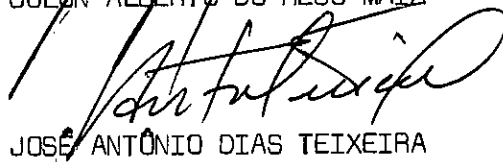
prefeitura **Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 24 dias do
mês de JUNHO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO REGO MAIA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIAMY PIVÔA



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.874, DE 09 DE JULHO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO-
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública
com todos os direitos e vantagens assegurados em lei a ASSOCIAÇÃO
DOS SERVIDORES CIVIS DO BRASIL - DELEGACIA REGIONAL DE GOIÁS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
09 dias do mês de JULHO de hum mil novecentos e setenta
e quatro (1.974.).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

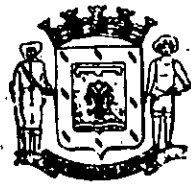
Solon Alberto do Rêgo Maia

Goiamy Póvoa

Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher

Jose Antônio Dias Teixeira



prefeitura ***Goiânia***

LEI Nº 4.872, DE 02 DE JULHO DE 1.974

"Denomina via pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

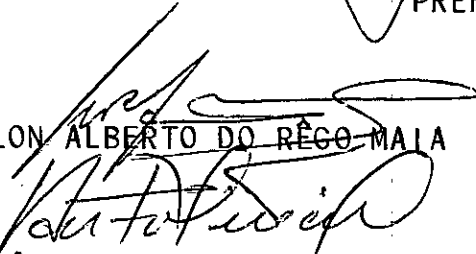
Art. 1º - Fica denominada "Rua Senador Jaime, a atual Av. "B", no Setor Centro Oeste, nesta Capital.

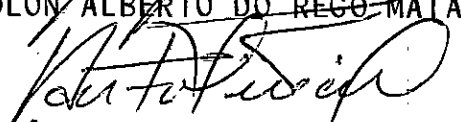
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,
aos 02 dias do mês de de 1.974.

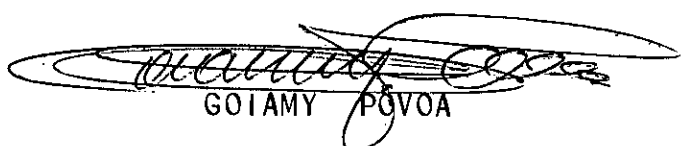

RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER


GOIÁMY POVOA

8

LEI Nº 4.870, DE 18 DE JUNHO DE 1.974

"Concede Título de Cidadã Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:

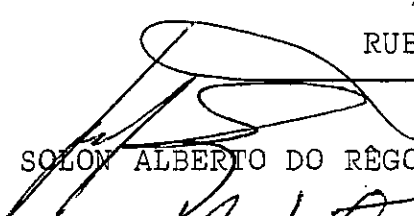
Art. 1º - Fica concedido à Senhora ROSARITA FLEU
RY, o título honorífico de Cidadã Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

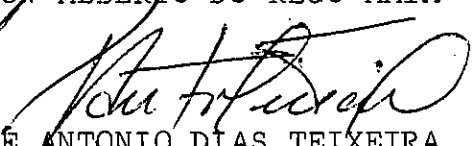
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
18 dias do mês de JUNHO de 1.974.



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


GOIAMY POVOA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER

LEI Nº 4.869, DE 20 DE JUNHO DE 1.974

"Concede Título de Cidadã Goianiense."

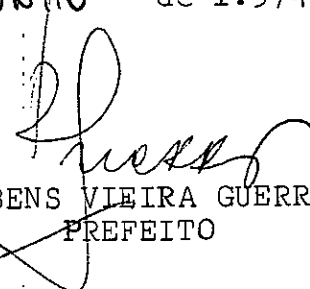
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN_ CIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - Fica concedido à Senhora ANA BRAGA MACHADO GONTIJO, o título honorífico de Cidadã Goianiense.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

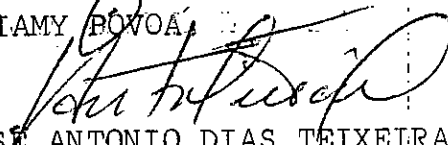
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá— rio.

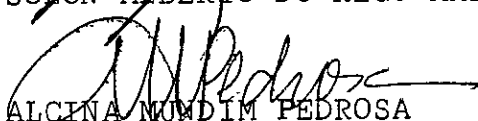
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de JUNHO de 1.974.



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


GOIAMY PÓVOA


SOLON ALBERTO DO RÊGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MONDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER

7

LEI Nº 4.868, DE 20 DE JUNHO DE 1.974

LEI Nº 4.868, DE 20 DE JUNHO DE 1.974

"Concede Título de Cidadão Goianiense".

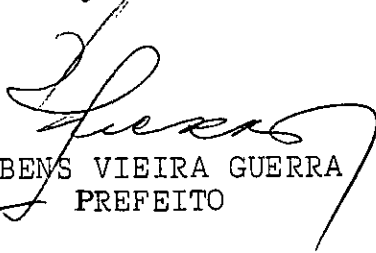
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido à Senhora NELLY ALVES
DE ALMEIDA, o título honorífico de Cidadão Goianiense.

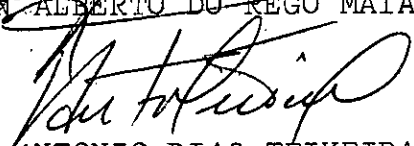
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
20 dias do mês de JUNHO de 1.974



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLOM ALBERTO DO REGO MAIA


JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA


GOIAMY FOVOAT LACERDA


ALCIMA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER

8

LEI Nº 4.867, DE 20 DE JUNHO DE 1.974

"Concede Título Honorífico".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:

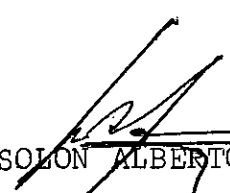
Art. 1º - Fica concedido o título honorífico de
"Cidadão Goianiense", ao Senhor ANTONIO NOBRE.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-
rio.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
20 dias do mês de JUNHO de 1.974 .



RUBENS VIEIRA GUERRA
PREFEITO


SOLON ALBERTO DO REGO MAIA


GOIAMY POVOA

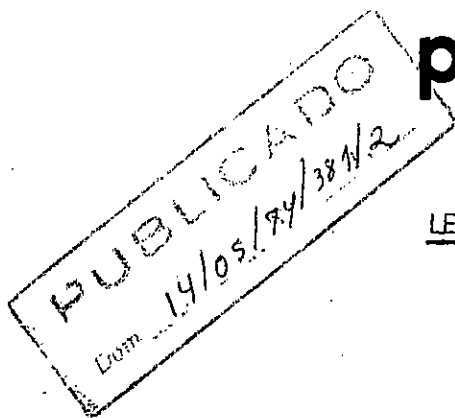

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.866, DE 14 DE MAIO DE 1.974.

"Autoriza a venda de bens públicos e
dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal au
torizado a colocar à venda, mediante concorrência pública, os medicamen -
tos e demais produtos da FARMÁCIA MUNICIPAL apurados em levantamento leva
do a efeito através do processo 00433/73 - GAB.

Art. 2º - Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal
devolver às firmas credoras interessadas os bens delas adquiridos pelo
preço constante das respectivas notas fiscais.

Art; 3º - Para cumprimento desta lei é o Chefe do Poder
Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial até o montante
de R\$ 581.608,44 (quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e oito cruzei
ros e quarenta e quatro centavos).

Art. 4º - É autorizada a assinatura de um convênio entre
a Prefeitura de Goiânia e uma farmácia ou drogaria desta Capital para for
necimento de medicamentos aos servidores municipais mediante consignação
em folha de pagamento, na forma da legislação vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi
cação. revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias
do mês de MAIO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

Joel de Sant'Anna Braga

Joel Rodrigues Barbosa

Manoel dos Reis Silva

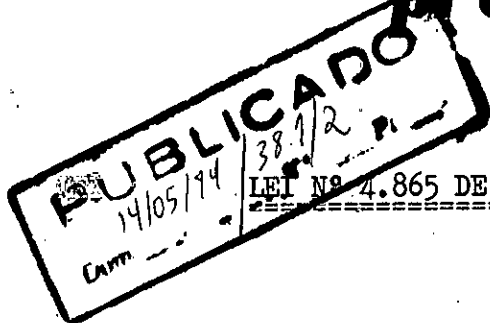
Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Târso Daher



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.865 DE 14 DE MAIO DE 1.974.

"Autoriza a abertura de Crédito Especial".

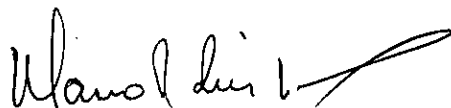
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º É o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional de natureza especial até o montante de Cr\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS), destinados a custear as despesas de desapropriações de que tratam respectivamente a Lei Municipal nº 4.774, de 20 de julho de 1973, e o Decreto nº 334, de 2 de julho de 1973, bem como outras necessárias à locação de equipamentos urbanos de interesse da comunidade.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, são criados no Programa 02 - Administração Geral, Sub-programa 01 - Administração, o Projeto SSU/066 - Desapropriações, e neste o Elemento 4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis, no montante de Cr\$ 700.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

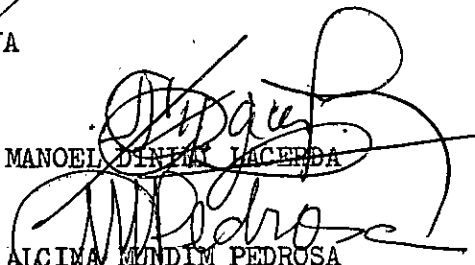
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de MAIO de 1.974.


MANOEL DOS REIS SILVA


PREFEITO


JOEL DE SANT'ANNA BRAGA


JOEL RODRIGUES BARBOSA


MANOEL DINIZ LACERDA

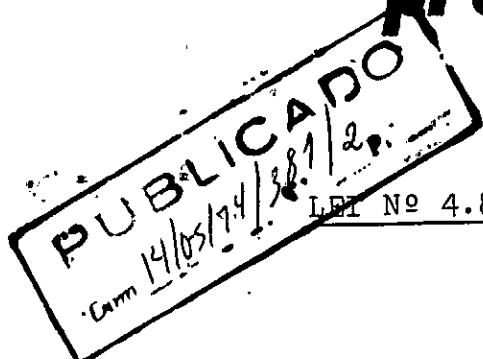

ALCINA MONDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.864, DE 14 DE MAIO DE 1.974.

"Autoriza a abertura de créditos especiais".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - É o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a abrir no corrente exercício créditos adicionais de natureza especial até o montante de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com ampliação dos Fundos Rotativos da Secretaria do Prefeito, do Escritório de Planejamento e do Departamento de Transportes da Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, são criados:

- I - No Programa 03 - Planejamento e Coordenação - Subprograma 01 - Administração - Atividade... EPG/004 - Funcionamento do Escritório de Planejamento - o elemento 4.2.4.0 - Constituição de Fundos Rotativos, no valor de Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros);
- II - No Programa 01 - Administração Superior - Subprograma 02 - Administração - Atividade SEP/006 - Manutenção das atividades da Secretaria do Prefeito - o elemento 4.2.4.0 - Constituição de Fundos Rotativos, no valor de Cr\$... 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros);
- III - No Programa 15 - Transportes - Atividade SSU/046 - Custeio dos Transportes da Prefeitura - o elemento 4.2.4.0 Constituição de Fundos Rotativos, no valor de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta mil cruzeiros).



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.862, DE 14 DE MAIO DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública"

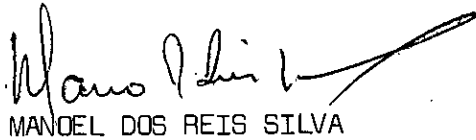
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens adquiridos em lei, o CENTRO ESPÍRITA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES.

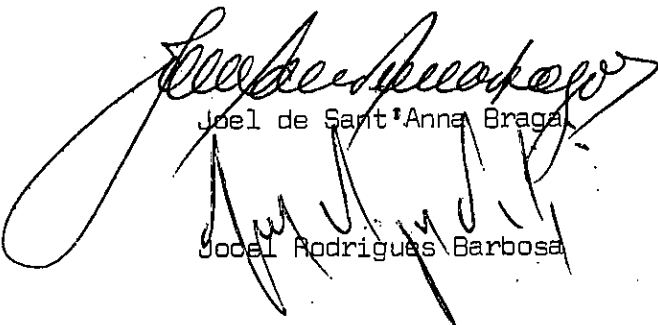
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

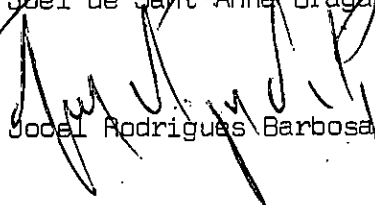
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

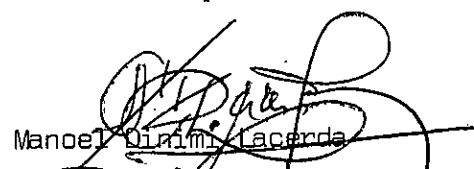
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de MAIO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Joel Rodrigues Barbosa


Manoel Diniz Lacerda

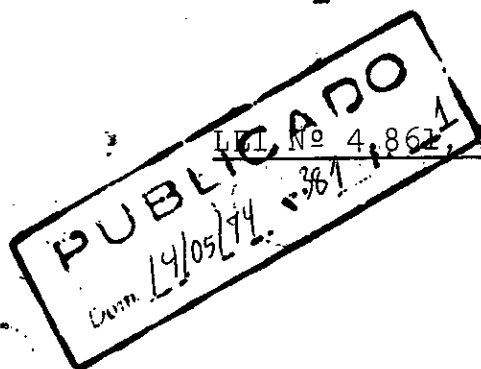

Alcina Mundim Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.862, DE 14 DE MAIO DE 1.974.


"Autoriza fazer, no corrente exercício, operações de crédito por antecipação de receita".

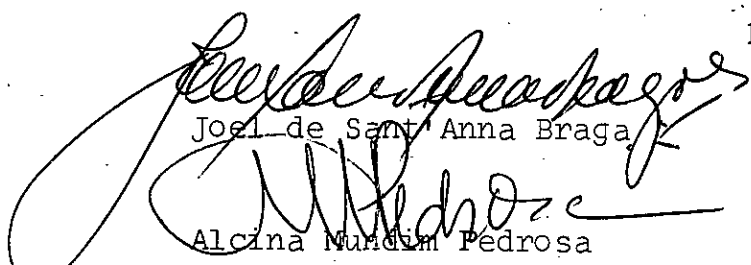
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - É a Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP, autorizada a fazer no corrente exercício operações de crédito por antecipação da receita, até o montante de Cr\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil cruzeiros)

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

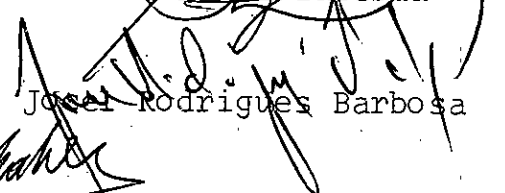
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
14 dias do mês de MAIO hum mil novecentos e
setente e quatro. (1.974).


MANOEL DOS REIS SILVA
PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Alcina Mundim Pedrosa


Manoel Binini Lacerda


José Rodrigues Barbosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

PUBLICADO
Em 24/05/74 381/2

LEI Nº 4.859, DE 10 DE MAIO DE 1.974.

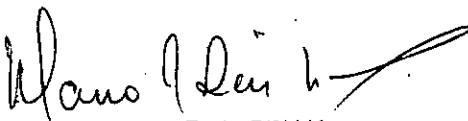
"Autoriza o Executivo a permitir o uso de uma área, que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

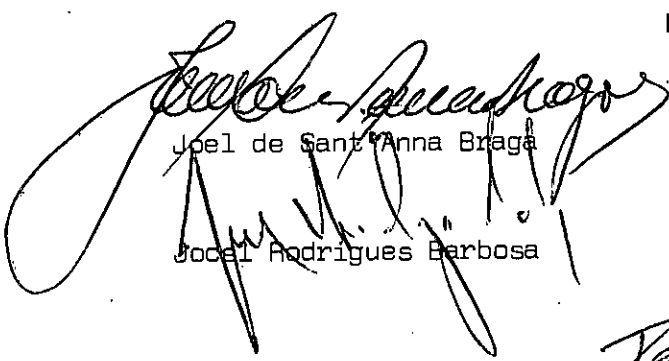
Art. 1º - É o executivo autorizado a permitir o uso de uma área de terras de 960 m²., localizada no Horto Florestal, às margens do Lago das Rosas, nesta Capital, para o fim de ser instalado um recanto de atrações turísticas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de MAIO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA


PREFEITO


Joel de Santa Anna Braga


Joel Rodrigues Barbosa


Manoel Diniz Lacerda


Alcina Mândim Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



Câmara
Municipal

GOIÂNIA

LEI Nº 4.858, DE 04 DE ABRIL DE 1.974

"Modifica lei que especifica e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - O Art. 16 da Lei nº 4.523 de 31 de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16 - A zona mista com predominância residencial (ZM), se_{rá} constituída de diversos setores administrativos (bairros). Nela é permitida a edificação de: habitações individuais ou em série, estabelecimentos de comércio a varejo, estabelecimentos de ensino e cultura, serviços particulares em habitações individuais, clubes recreativos, locais de reunião e culto, supermercados, ambulatorios, estabelecimentos assistenciais, abastecimento de combustíveis e postos de serviços automob_{il}ísticos.

§ 1º - Nesta zona serão consideradas subzonas de adensamento as faixas constituídas pelas quadras que fazem frente à vias preferenciais que cortam ou limitam a ZM.

§ 2º - Nestas subzonas será permitida a edificação de: habita_{ções} coletivas, individuais ou em séries, locais de reunião e culto, ci_{nes}emas, auditórios, teatros, restaurantes e similares, padarias e con_{feitarias}, estabelecimentos de comércio a varejo, serviços públicos e particulares, artesanatos, oficinas, bancos, abastecimentos de combustí_{vel} e postos de serviços automobilísticos, editoras e gráficas, esta_{bele}cimentos de ensino e cultura, supermercados, ambulatorios, estabelecimentos assistenciais e clubes recreativos.

§ 3º - Em toda ZM será permissível o uso do solo para: gara_{gens} coletivas, estabelecimentos de saúde, pequenas indústrias e depó_{sitos}, (com exceção de nocivos e/ou perigosos), estas ocupando lote a_{te} 720 (setecentos e vinte) metros quadrados, desde que atendam aos se



Câmara
Municipal

GOIÂNIA

quintos fatores corretivos, a fim de permitir uma coexistência com o uso predominantemente residencial desta zona:

- a) - Abertura ou retenção de ruídos e emissões inócuas e substâncias poluidoras;
- b) - existência de áreas dentro do lote para repouso dos operários nos intervalos de trabalho;
- c) - plantio de elementos vegetais em posição e quantidade adequadas;
- d) - existência de pátio de manobras em que possam ocorrer as operações de carga e descarga;
- e) - ter no mínimo 20 (vinte) operários, 50 (cinquenta) HP de força motriz e realizar o limite de 20 (vinte) operações diárias de carga e de carga, com veículos de até 10 (dez) toneladas.

§ 4º - As edificações de ZII obedecerão as seguintes restrições no uso do lote, além daquelas estabelecidas pelo Código de Edificações, excetuadas as que forem feitas no mesmo alinhamento das que já existem na mesma quadra ou rua:

- a) - recuo mínimo de 5 (cinco) metros de frente, 3 (três) metros de fim de e 1,50 (um e meio) das divisas laterais, sendo permitida a cobertura parcial de recuos laterais para fim exclusivo de abrigo de carro;
- b) - área máxima construída de 1 (um) vez a área do lote, excluídas as áreas destinadas a estabelecimentos;
- c) - número máximo de 2 (dois) pavimentos.

§ 5º - Na ZII será permitido ainda:

- a) - construção em série de 2 (duas) a 6 (seis) casas contíguas, em lotes de pelo menos 150 (cento e cinquenta) m² e 6 (seis) m de frente, na em cada casa, sendo os recuos mínimos de 5 (cinco) m de frente e dos fundos;
- b) - construção de conjuntos habitacionais em lote mínimo, por habitação, de 200 (duzentos) m² e frente mínima de 8 (oito) m, obedecendo recuos mínimos de 5 (cinco) de frente e dos fundos;
- c) - construções isentas de responsável técnico com projeto fornecido pela Prefeitura;



Câmara
Municipal

GOIÂNIA

§ 6º - Nas subterras de adensamento será permitido utilizar um índice multiplicador de 4 (quatro) vezes a área do lote e elevar o número de pavimentos para 6 (seis) não sendo exigidos recuos laterais.

§ 7º - Na ZH não serão aprovadas edificações em lotes com metros de 360 (trezentos e sessenta) m² e frente inferior a 12 (doze) m, com exceção das casas em série, dos conjuntos habitacionais com mais de 50 (cinquenta) unidades e dos lotes remanescentes de loteamentos antigos, casos estes que serão considerados pela Escritório de Planejamento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, expressamente revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 (três) de julho de mil novecentos e setenta e quatro (1974).

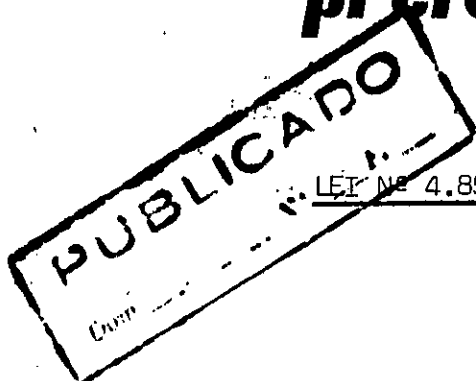
DR. FOLIO RASSI

Presidente.



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.857, DE 19 DE ABRIL DE 1.974.

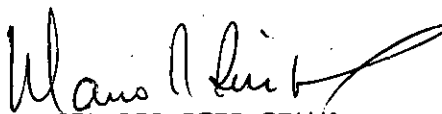
"Considera de Utilidade Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

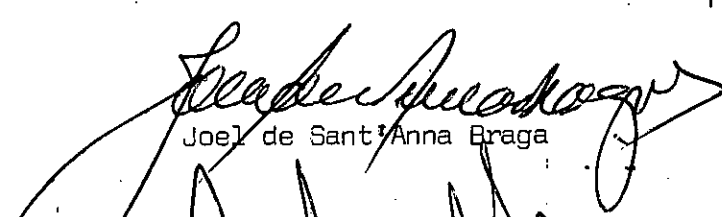
Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a
"ARCÁDIA GOIANA DA CULTURA", com todos os direitos previstos em
lei;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 19 dias do
mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974)


MANOEL DOS REIS SILVA

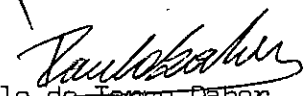
PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Joel Rodrigues Barbosa


Manoel Diniz Lacerda


Alcina Mundim Pedrosa


Paulo de Tarsis Daher



GOIÂNIA

Câmara
Municipal

LEI Nº 4.856 DE 04 DE ABRIL DE 1974.

**"Modifica denominação de rua e dá
outras providências".**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEQUIN
TE LEI:**

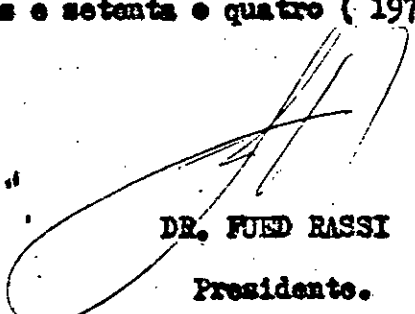
**Art. 1º - Fica, pela presente lei, denominada rua JOSÉ SIVIM
DÓ FILHO, a atual rua 69, Setor Norte Ferroviário, nesta Capital.**

**Art. 2º - A rua 69 "A", no mesmo Setor, passará a denominar-
se rua 69.**

**Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-
ção.**

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03
de julho de mil novecentos e setenta e quatro (1974).**


DR. FUED RASSI
Presidente.



prefeitura **Goiânia**

LEI Nº 4.855, DE 19 DE ABRIL DE 1.974.

"Considera de Utilidade Pública"

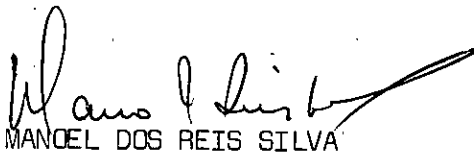
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei considerada de U
tilidade Pública com todos os direitos e vantagens asseguradas
em lei, a "CASA ESPÍRITA DE MEIMEI", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 19 dias do
mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974).

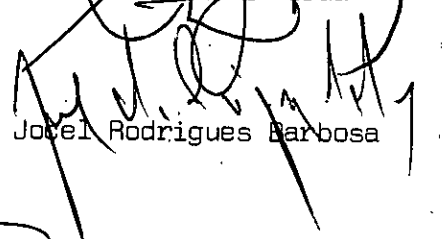

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


José de Sant'Anna Braga


Alcina Mundim Pedrosa


Manoel Simão Pereira

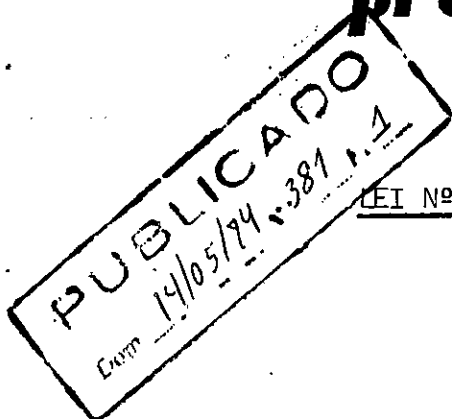

José Rodrigues Barbosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.854, DE 19 DE ABRIL DE 1.974.

"Concede Título Honorífico de Ci
dadão Goianiense".

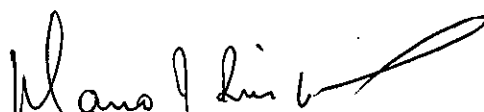
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN -
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Concede Título de Cidadão Goianiense ,
ao Sr. IVAN MOACIR DA FROTA.

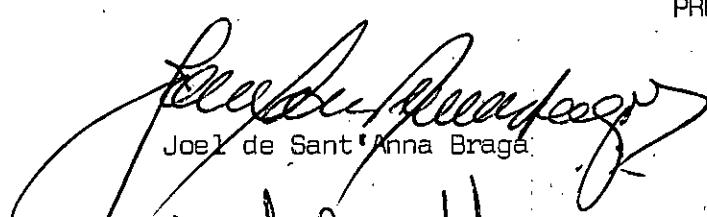
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

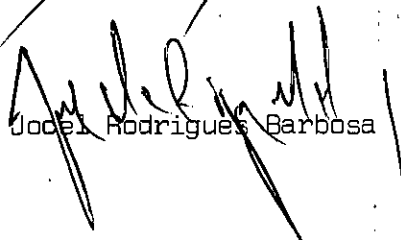
GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 19 dias do
mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA


PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Manoel Diniz Lacorda

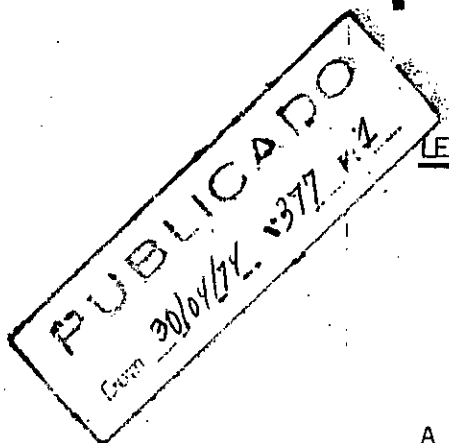

Joel Rodrigues Barbosa


Alcina Maria Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.853, DE 30 DE março DE 1.974.

"Denomina Praça"

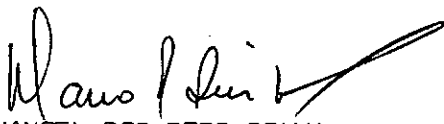
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica pela presente lei denominada "Dr .
SILVIO GOMES DE MELO", a praça situada na confluência das ruas
29-A e 28-A, no Setor Aeroporto, nesta Capital.

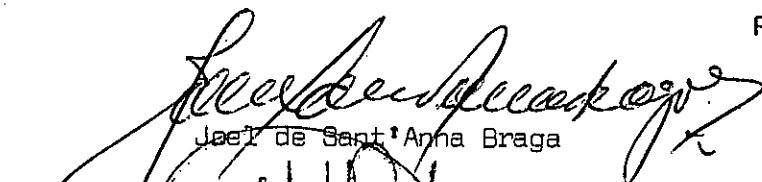
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
30 dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e
quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA


PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Alcina Murdim Pedrosa


Manoel Daniel Lacerda


Joel Rodrigues Barbosa


Paulo de Taro Daher



prefeitura
Goiânia



GABINETE

LEI Nº 4.852, DE 24 DE maio DE 1.974.

"Faz denominação"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado Trevo "ROTARY CLUBE"; o trevo existente nas proximidades de Vila Redenção, BR-153, cruzamento com a estrada de Bela Vista de Goiás, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA aos
dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

Joel de Sant'Anna Braga

Manoel Dirim Lacerda

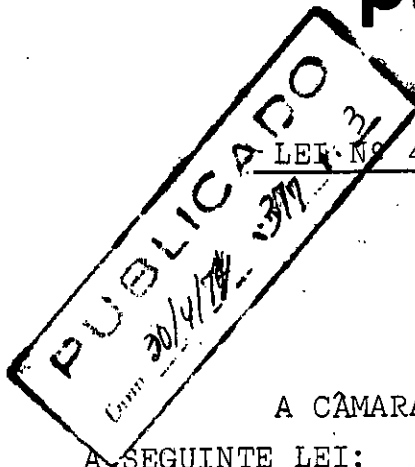
Joaci Rodrigues Barbosa

Alcina Mundim Pedrosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.851, DE 29 DE MARÇO DE 1.974

"Denomina Praça"

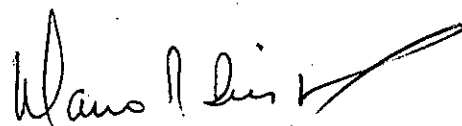
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

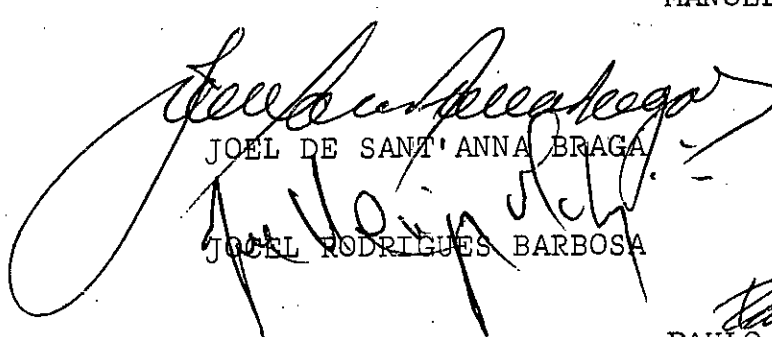
Art. 1º- Passa a denominar-se "Praça Cel. DIÓGENES DE CASTRO RIBEIRO", a praça existente na vila Jaraguá, na confluência da Av. Central e ruas 21 e 19, entre Nova Vila e Setor Criméia-Leste, nesta Capital.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 24 dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


MANOEL DOS REIS SILVA
PREFEITO


JOEL DE SANT'ANNA BRAGA


JOEL RODRIGUES BARBOSA

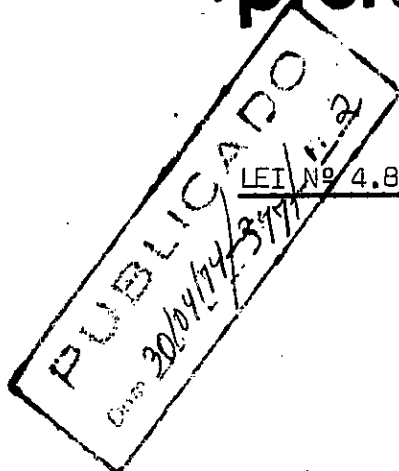

MANOEL DINAMI LACERDA


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.850, DE 22 DE MARÇO DE 1.974.

"Acresce ao artigo 4º da Lei nº 4.786, de 2 de outubro de 1973, parágrafo único".

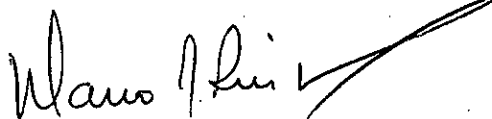
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO:
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 4.786, de 2 de outubro de 1.973, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único - As garantias mencionadas no artigo 4º poderão, também, ser oferecidas a Agentes Financeiros designados pelo Banco Nacional da Habitação, com os quais poderá a Prefeitura firmar os contratos de repasse e empréstimos necessários.

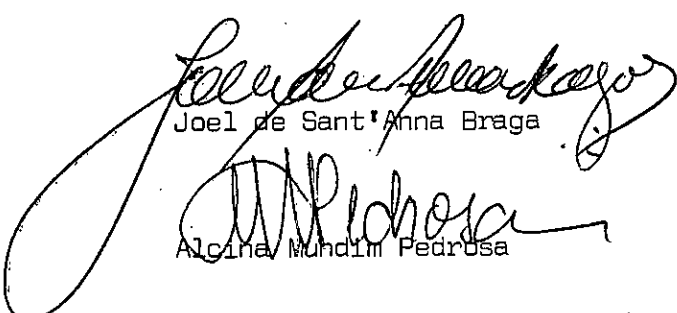
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de março de 1.974.



MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Alcina Mundim Pedrosa

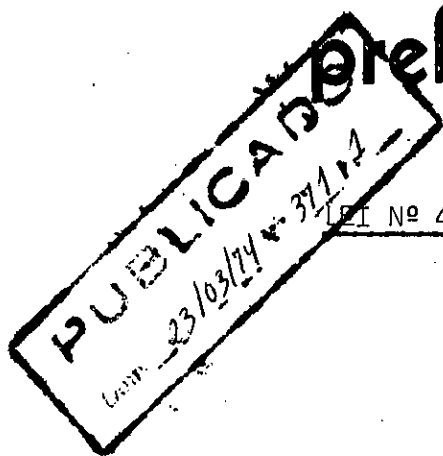

Manoel Pinheiro Jacenda


Joel Rodrigues Barbosa


Paulo de Tarso Daher



Prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.849, DE 22 DE MARÇO DE 1.974.

"Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos com o Banco do Estado de Goiás S/A, bem como garantir as obrigações que este assumir com o Banco Nacional de Habitação - BNH".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos com o Banco do Estado de Goiás S/A, até o montante de Cr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) corrigíveis monetariamente, correspondente a 105.432,89 UPC (cento e cinco mil e quatrocentos e trinta e dois virgula oitenta e nove unidades padrão da capital), com os recursos provenientes de operação de crédito efetivada entre o referido Banco e Banco Nacional da Habitação e destinados a realização do Programa Municipal de Saneamento, mediante a execução de obras de implantação de sistema de drenagem, que visem o controle de inundações no Município de Goiânia.

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a dar, em garantia da dívida e demais obrigações que o Banco do Estado de Goiás S/A assumir com o Banco Nacional da Habitação, nos contratos destinados ao financiamento da execução do Programa de que trata o artigo 1º, os recursos constituídos das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios, do produto da arrecadação de impostos cabíveis ao Município, na forma da legislação em vigor e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo ao Banco Nacional da Habitação, para efeito da excussão da garantia, poderes irrevogáveis e especiais para reter a utilização e levantar os recursos correspondentes ao valor do débito corrigido e demais encargos contratuais.



prefeitura

Goiânia

§ 1º - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação, na hipótese de o Banco do Estado de Goiás S/A não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações por ele assumidas nos contratos de empréstimo celebrado com aquela empresa pública.

§ 2º - Poderá o Banco Nacional da Habitação subestabelecer, em parte e com reservas ao Banco do Estado de Goiás S/A os poderes de que trata este artigo para o fim especial e exclusivo de permitir que o Banco do Estado de Goiás S/A possa se ressarcir das parcelas pagas ao BNH, nos respectivos vencimentos, se não tiverem sido saldados nas épocas próprias pela Prefeitura Municipal de Goiânia, os pagamentos das obrigações ajustadas no contrato de que trata o artigo 1º.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de março de 1.974.

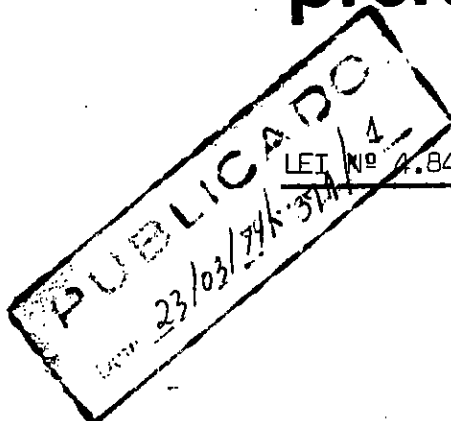
MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

Joel de Sant'Anna Braga
Alcina Mundim Pedrosa
Manoel Dirceu Jacaranda
Joel Rodrigues Barbosa
Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.848, DE 22 DE MARÇO DE 1.974.

"Modifica o artigo 1º da lei nº 4.828, de 31 de dezembro de 1.973".

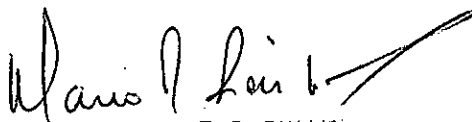
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO:
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa o artigo 1º da Lei nº 4.828, de 31 de dezembro de 1.973, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - É a Prefeitura Municipal de Goiânia autorizada a participar, na qualidade de interveniente garantidora, do contrato de mútuo a ser celebrado entre a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário FUMDEC, e o Banco Nacional da Habitação - BNH, tendo o BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S/A como Agente Financeiro, destinado a executar projeto de construção de unidades habitacionais tipo embrião, até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros)".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do mês de março de 1.974.

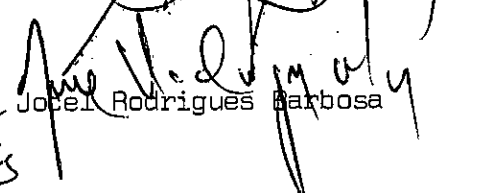

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


Joel de Santa Anna Braga


Alcina Mundim Pedrosa

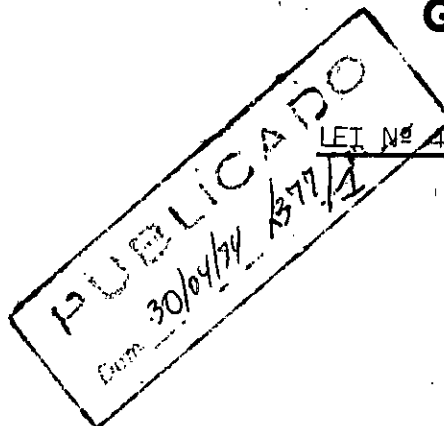

Manoel Diniz Lacerda


Joel Rodrigues Barbosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.847, DE 09 DE ABRIL DE 1.974.

"Estabelece normas sobre dispositivos de segurança nas edificações".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam, obrigados a todas as edificações acima de 4 (quatro) andares colocarem dispositivos de segurança contra raios.

Art. 2º - Os prédios existentes, terão prazo de 90 dias para colocarem os referidos dispositivos de segurança contra raios.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

Joel de Sant'Anna Braga

Alcira Muniz Pedrosa

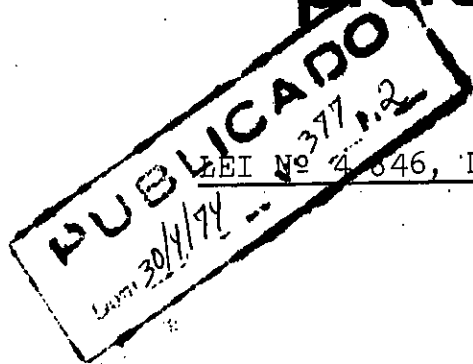
Manoel Domingos Lacerda

Joazeir Rodrigues Barbosa

Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia



LEI Nº 4.646, DE 09 DE ABRIL DE 1.974

"Considera de Utilidade Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica considerada de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em Lei, a União Brasileira de Escritores - Seção de Goiás.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 09 dias do mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

MANOEL DOS REIS SILVA

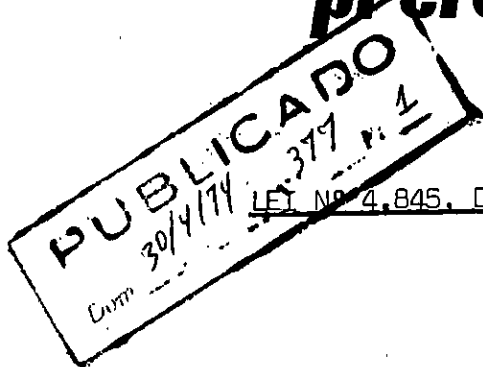
PREFEITO

JOEL DE SANTA ANNA BRAGA
JOEL RODRIGUES BARBOSA
MANOEL DINIZ LACERDA
ALCINA MUNDIM PEDROSA
PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia



"Modifica nome de via pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica pela presente lei, denominada rua " De sembargador ELADIO AMORIM", a atual rua 16, Setor Central, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu**bli**cação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de MAÇO de um mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).

MANOEL DOS REIS SILVA
PREFEITO

Joel de Sant'Anna Braga

Alcina Muniz Pedrosa

Manoel dos Reis Silva

Joel Rodrigues Barbosa

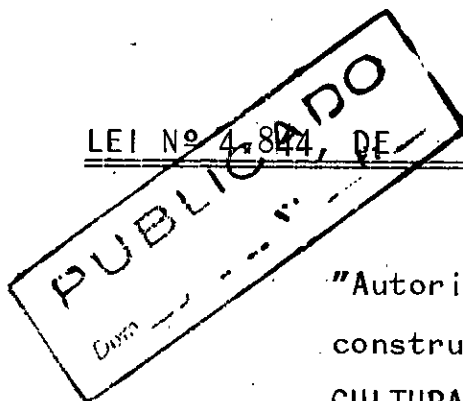
Paulo de Taro Daher



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.844, DE DE DE 1.974.



"Autoriza a doação de uma área de terras para construção urbana à LOJA MAÇÔNICA "TRABALHO, CULTURA E PERFEIÇÃO", desta Capital".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-
GUINTE LEI:

Art. 1º - FICA, pela presente lei, a Prefeitura Municipal de Goiânia autorizada a doar uma área de terras - lote - à LOJA MAÇÔNICA TRABALHO, CULTURA E PERFEIÇÃO, com as seguintes característi-
cas e respectivas dimensões:

Lote de terras de nº cinco (5), da Quadra cinco (5), em Vi-
la São Luiz, nesta Capital, com a área de 534,40 m² (quinhentos e
trinta e quatro vírgula quarenta metros quadrados) limitando, pelos
fundos, com o lote de nº 4 (quatro), numa extensão de 23,04 metros;
pela esquerda, com o terreno de Domingos Tocafundo, numa extensão -
de 24,43 metros; pela frente, com a Rua Dr. Benjamim Luiz Vieira, nu-
ma extensão de 16,09 metros; pela linha do chanfrado, numa extensão
de 7,07 metros, e, finalmente, pela direita, com a Rua Dr. Clovis -
Figueiredo, 19,40 metros; cadastrado na Receita Municipal sob o nº
1.000.169, referência nº 23.783.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo de três (3) anos para o
início da construção da sede própria da mencionada Loja Maçônica do
natária, sendo que a não observância dessa condição importará em re-
versão da área objeto da presente doação ao patrimônio municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-
ção.



"2"

prefeitura **Goiânia**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dias do
mês de de 1.974.

MANOEL DOS REIS SILVA
PREFEITO

JOEL DE SANT'ANNA BRAGA

MANOEL DINIMÍ LACERDA

JOCEL RODRIGUES BARBOSA

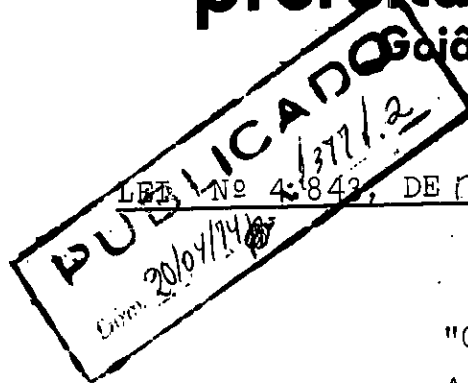
ALCINA MUNDIM PEDROSA

PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia



Lei Nº 4.842, DE 04 DE 04 DE 1974.

"Considera de Utilidade Pública'
A Tenda de Umbanda "PAI SETE SERRA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN -
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica, considerado de Utilidade Pública,
com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a
Tenda de Umbanda "PAI SETE SERRA", com sede nesta Capital.

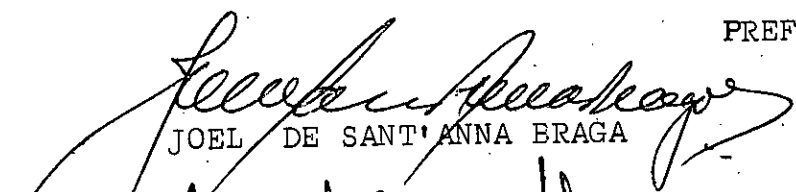
Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de
sua publicação.

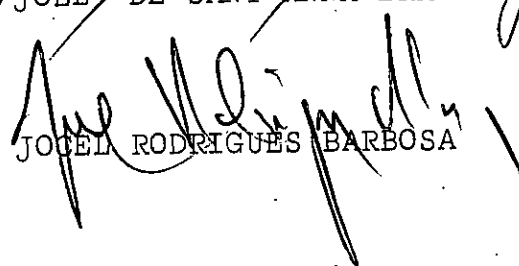
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

OH GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos
dias do mês de ABRIL de um mil novecentos e
setenta e quatro (1974).


MANOEL DOS REIS SILVA


PREFEITO


JOEL DE SANT'ANNA BRAGA


JOEL RODRIGUES BARBOSA


MANOEL VINÍCIUS LACERDA

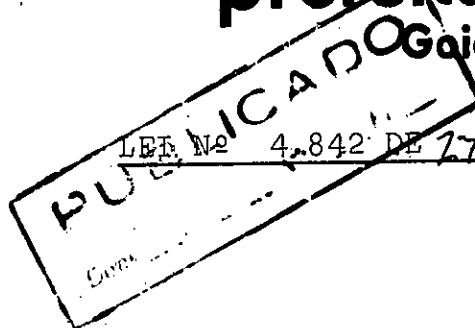

ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.842 DE 27 DE maio DE 1.974.

"Faz denominação"


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Denomina "Avenida Anhanguera", a continua
ção dessa mesma via pública, a atual "Avenida Montevideo",
no Setor Palmito, nesta Capital.

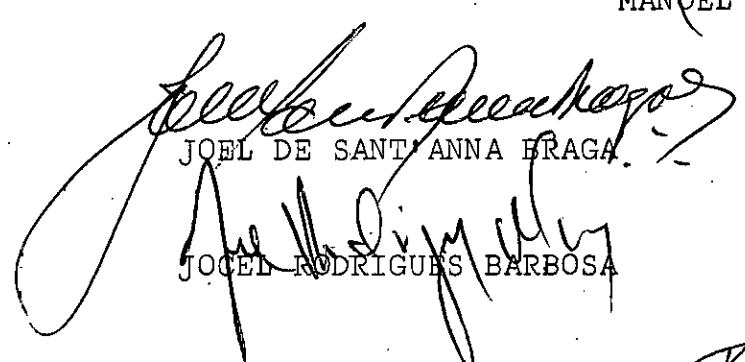
Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

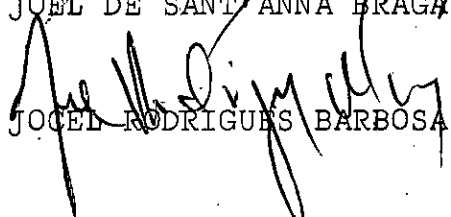
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 27 ao
dias do mês de maio de um mil novecentos e seten
ta e quatro (1.974).

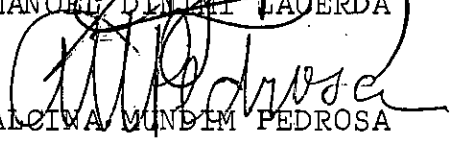

MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


JOEL DE SANTA ANNA BRAGA


JOEL RODRIGUES BARBOSA


MANOEL DINIZ LACERDA


ALCINA MUNDEM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura

Goiânia

LEI Nº 4.840, DE 04 DE ABRIL DE 1.974.

"Institui o cupom-reclamação para o usuário de táxi da Estação Rodoviária de Goiânia.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica instituído o cupom-reclamação para o usuário de taxi da Estação Rodoviária de Goiânia.

Art. 2º- Ficam os proprietários dos taxis de Goiânia, obrigados a colocarem no interior dos taxis, uma tabuleta com o número do carro.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).

Manoel dos Reis Silva
MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

Joel de Santa Anna Braga
JOEL DE SANTA ANNA BRAGA

Joel Rodrigues Barbosa
JOEL RODRIGUES BARBOSA

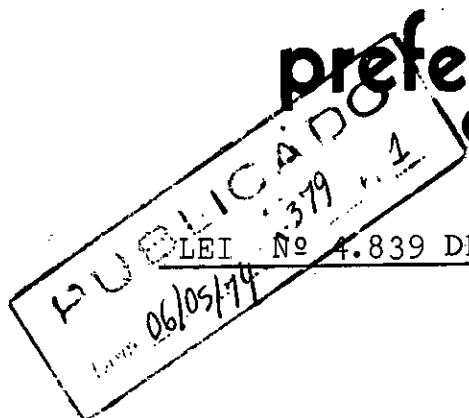
Manoel Diniz Lacerda
MANOEL DINIZ LACERDA

Alicia Mundim Pedrosa
ALICIA MUNDIM PEDROSA

Paulo de Tarsó Daher
PAULO DE TARSO DAHER



prefeitura
Goiânia



LEI Nº 4.839 DE 04 DE ABRIL DE 1.974.

"Denomina Praça"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica pela presente lei denominada Praça "VERÍSSIMO DE SOUZA E SILVA", a Praça existente no cruzamento da Av. Universitária com as ruas 261, 261-A, 256 e 257, no Setor Universitário, nesta Capital.

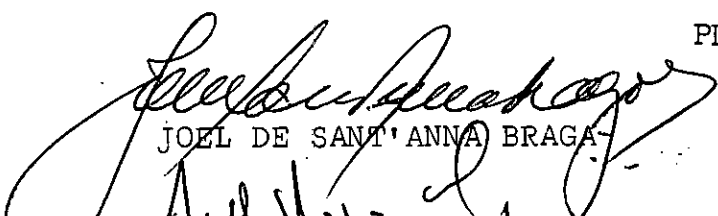
Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

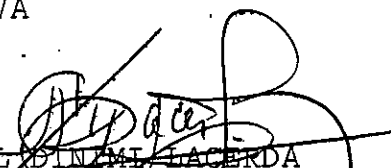
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de ABRIL de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

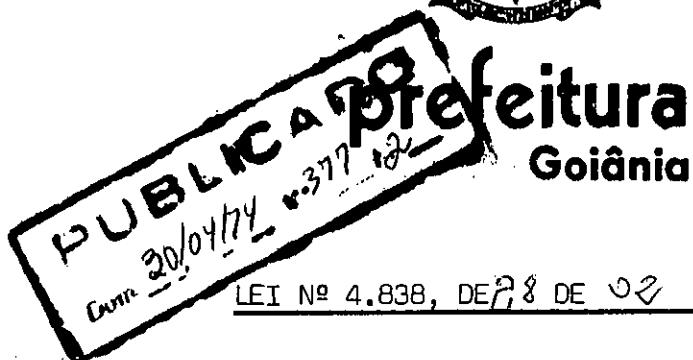

JOEL DE SANT'ANNA BRAGA


JOEL RODRIGUES BARBOSA


MANOEL PINHEIRO LACERDA


ALCINA MONDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER



Gabinete

2

LEI Nº 4.838, DE 28 DE 02 DE 1.974.

"Considera de utilidade pública"

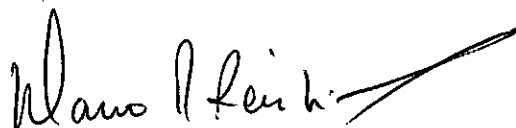
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, considerada de utilidade pública, com to
dos os direitos e vantagens assegurados em lei, a FEDERAÇÃO URBAN-
DISTA DO ESTADO DE GOIÁS - (FUEGO).

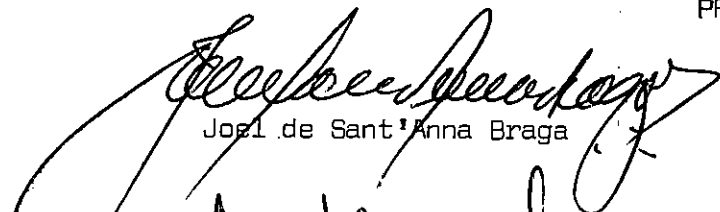
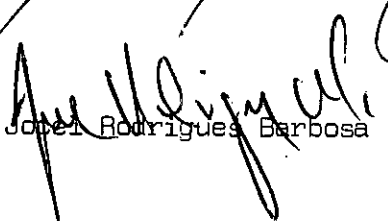
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi
cação.

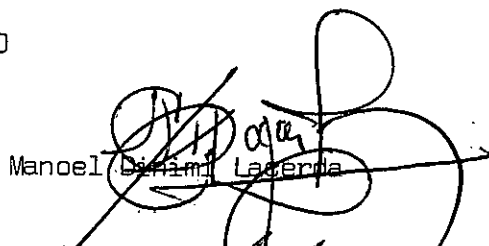
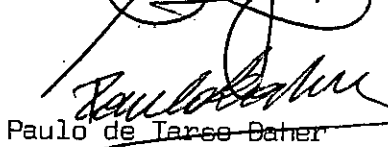
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

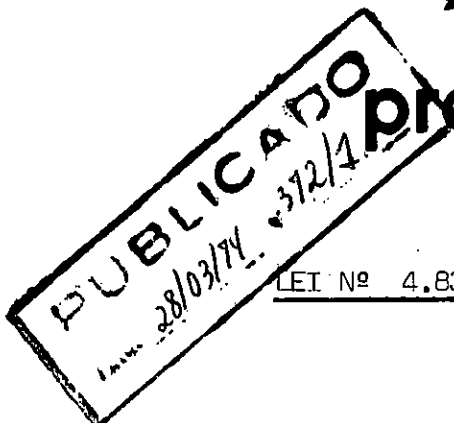
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias do
mês de 02 de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974).


MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO


José de Sant'Anna Braga

José Rodrigues Barbosa


Manoel Diniz Lacerda

Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.837, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.974.

"Concede título de Cidadania"

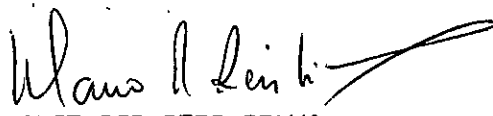
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, concedido o título de Cidadão Goianiense aos Senhores Dr. HÉLIO SEIXO DE BRITO e ENGENHEIRO LEONINO DI RAMOS CAIADO, ex-prefeitos desta Capital.

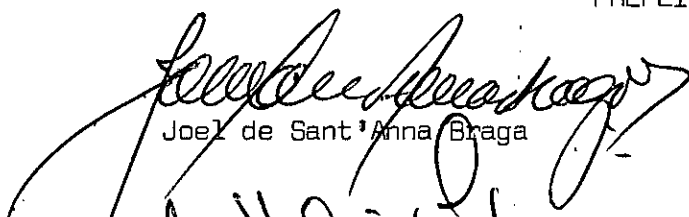
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de FEVEREIRO de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA

PREFEITO

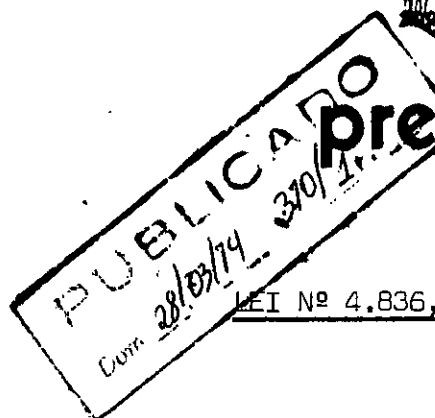

Joel de Sant'Anna Braga


Joel Rodrigues Barbosa


Manoel Delfino Lacerda


Alcina Murtin Pedrosa


Paulo de Tarso Daher



prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.836, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.974.

"Modifica denominação de via pública"


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A
SEGUINTE LEI :

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua "CORONEL AUGUSTO PI
MENTEL PARANHOS ", a atual Rua 88, no Setor Sul, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu
blicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias
do mês de **FEVEREIRO** de hum mil novecentos e setenta e quatro (1.974.).


MANOEL DOS REIS SILVA

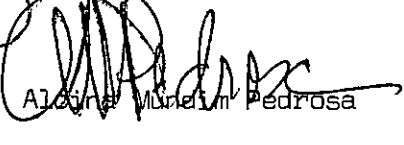
PREFEITO


Joel de Sant'Anna Braga


Joel Rodrigues Barbosa


Manoel Diniz Lacerda

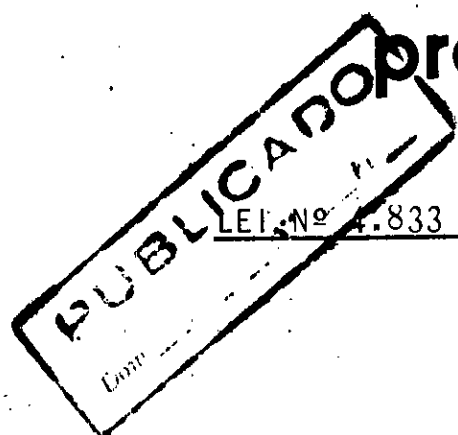

Paulo de Tarso Daher


Alcina Muniz Pedrosa



prefeitura

Goiânia



LEI Nº 4.833, DE 03 DE JANEIRO DE 1.974.

"Dispõe sobre o reajustamento do pessoal da Câmara Municipal de Goiânia e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - São revigorados os artigos 1º, seu parágrafo único e 2º da Lei nº 4.532, de 20 de janeiro de 1972.

Art. 2º - Os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 4.532, de 20 de janeiro de 1.972, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, sem similares no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, de níveis inferior, médio e médio técnico, é concedido um aumento de vencimentos de 30% (trinta por cento)".

"Art. 4º - Os ocupantes de cargos nível LM- 10 quando sujeitos a prestarem serviços em regime de 43 (quarenta e três) horas semanais, perceberão vencimentos mensais de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)".

"Art. 5º - Os funcionários inativos terão seus proventos fixados em 80% (oitenta por cento) dos vencimentos de ocupante do cargo em exercício".

"Art. 6º - É majorado para Cr\$ 13,00 (treze cruzeiros), o salário família pago a funcionários da Câmara, por dependente".



prefeitura

Goiânia

"2"

Art. 3º - Nenhum servidor público municipal poderá ter remuneração superior a Cr\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros), ressalvado o disposto no artigo 58 da Lei nº 3.962, de 12 de agosto de 1.968.

§ 1º - O disposto no presente artigo não se aplica ao ocupante do cargo de Diretor Geral da Secretaria.

§ 2º - É instituída uma Gratificação Especial, no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros), ao ocupante do cargo de que trata o parágrafo anterior.

Art. 4º - Nenhum funcionário ativo ou inativo perceberá vencimentos ou proventos inferiores a 1 (um) salário mínimo.

Art. 5º - Os valores constantes dos anexos II, IV e V da Resolução nº 8, de 13 de dezembro de 1968 e I e II da Lei nº 4.532, de 20 de janeiro de 1972, passam a ser respectivamente, os anexos I, II, III, IV e V, que acompanham a presente Lei.

Art. 6º - O artigo 8º da Lei nº 4.532, de 20 de janeiro de 1.972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Integram o Quadro de Funcionários da Câmara Municipal, os seguintes cargos em comissão, com os respectivos símbolos e quantitativos:

<u>Quantitativo</u>	<u>Cargos</u>	<u>Símbolo</u>
1	Contador	C - 2
1	Chefe de Gabinete do Presidente	C - 2
1	Assessor Chefe de Imprensa	C - 3
1	Chefe Gabinete Vice-Presidente	C - 3
1	Chefe Gabinete 1º Secretário	C - 4
1	Chefe Gabinete 2º Secretário	C - 4
1	Chefe Gabinete Diretor Geral	C - 4



prefeitura Goiânia

"3"

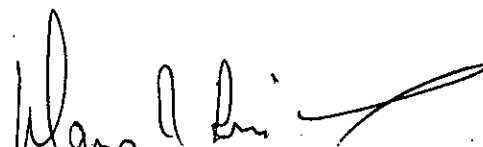
<u>Quantitativo</u>	<u>Cargos</u>	<u>Símbolo</u>
1	Secretário do Diretor Geral	C - 5
3	Redator	C - 5
2	Motorista de Representação	C - 5


Art. 7º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1974.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 03 aos
03 dias do mês de janeiro de 1.974

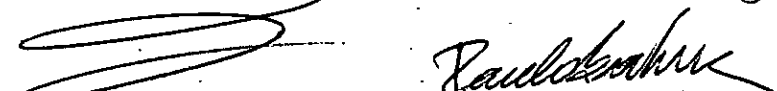

MANOEL DOS REIS SILVA
PREFEITO


JOEL DE SANT'ANNA BRAGA


MANOEL BENIMÍ LACERDA


CÉSAR RIBEIRO DE ANDRADE


ALCINA MUNDIM PEDROSA


PAULO DE TARSO DAHER

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAL, TÉCNICO PROFISSIONAL.

NÍVEIS	REFERÊNCIA BASE	PROGRESSÃO HORIZONTAL					RAZÃO HORIZONTAL
		I	II	III	IV	V	
LM-1	280,00	288,00	296,00	304,00	312,00	320,00	8,00
LM-2	280,00	288,00	296,00	304,00	312,00	320,00	8,00
LM-3	468,00	480,00	492,00	504,00	516,00	528,00	12,00
LM-4	561,00	573,00	585,00	597,00	609,00	621,00	12,00
LM-5	655,00	667,00	679,00	691,00	703,00	715,00	12,00
LM-6	748,00	760,00	772,00	784,00	796,00	808,00	12,00
LM-7	936,00	960,00	984,00	1.008,00	1.032,00	1.056,00	24,00
LM-8	1.123,00	1.147,00	1.171,00	1.195,00	1.219,00	1.243,00	24,00
LM-9	1.404,00	1.440,00	1.476,00	1.512,00	1.548,00	1.584,00	36,00



prefeitura

Goiânia

ANEXO - II

CARGOS EXTINTOS QUANDO VAGAREM

Quantitativos e Níveis

<u>C A R G O S</u>	<u>QUANTITATIVOS</u>	<u>NÍVEIS</u>
Diretor	1	LM-9
Diretor do Serviço de Relações Públicas	1	LM-9
Contabilista	2	LM-9
Assistente de Mesa	2	LM-8

ANEXO - III

TABELA DE VENCIMENTO DO PESSOAL DO
SERVIÇO TÉCNICO-CIENTÍFICO

NÍVEIS	REFERÊNCIA BASE	PROGRESSÃO HORIZONTAL					R A Z Õ E S	
		I	II	III	IV	V	VERT.	HORIZ.
LM-10	3.800,00	3.869,00	3.938,00	4.007,00	4.076,00	4.145,00	-	69,00
LM-11	3.900,00	3.969,00	4.038,00	4.107,00	4.176,00	4.245,00	100,00	69,00

J

[Handwritten signature]

7



prefeitura

Goiânia

ANEXO - IV

TABELA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLOS

FG - 1

FG - 2

FG - 3

FG - 4

FG - 5

VALORES

Cr\$ 800,00

Cr\$ 500,00

Cr\$ 367,00

Cr\$ 250,00

Cr\$ 200,00



prefeitura

Goiânia

ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SÍMBOLOS

VENCIMENTOS

C - 1

5.000,00

C - 2

2.677,00

C - 3

2.190,00

C - 4

1.703,00

C - 5

1.000,00

Gabinete



Câmara
Municipal

GOIÂNIA

LEI Nº 4.763, DE 27 DE JUNHO DE 1.973

"Altera tabela da Lei nº 4.653, de 29 de dezembro de 1.972 e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O item 8 da Tabela Para Cobrança de Taxa de Licença para Publicidade, baixada pela Lei nº 4.653, de 29 de dezembro de 1.972 passa a vigorar com a seguinte redação:

" 8 - Letreiro, placas ou dísticos, metálicos ou não, com indicação de profissão, arte, ofício, comércio ou indústria, quando colocados na parte externa de qualquer prédio, por metro ou fração de metro quadrado e por ano, 5% (cinco por cento), excluindo-se do pagamento os nomes e endereços dos estabelecimentos onde forem instalados."

Art. 2º - Os pagamentos efetuados com base no percentual de 20% (vinte por cento) previsto no item 8, ora alterado, serão revistos e reduzidos de acordo com a nova redação, ficando a diferença apurada a crédito das contribuintes para desconto nos exercícios subsequentes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, em 1º (primeiro) de agosto de mil novecentos e setenta e quatro (1º/08/1974).

Dr. FUED RASSI
Presidente

ernc/